



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



LAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS
FACE DAS DICOTOMIAS
ORTE-SUL E LESTE-OESTE
rezinha de Castro

**CRISE DE ENERGIA
NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**
Sergio Nogueira Furtado de Mendonça

Nº 706
MAR-ABR/83



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

Págs.

RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS EM FACE DA DICOTOMIA NORTE-SUL E LESTE-OESTE — Professora Therezinha de Castro	15
O CONFLITO DAS MALVINAS E SEUS ENSINAMENTOS — Cel Nilson Vieira Ferreira de Mello	31
A CRISE MUNDIAL DE ENERGIA E SEU IMPACTO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS — C/C Sergio Nogueira Furtado de Mendonça	43
O PACIFISMO-PAZ OU NÃO-GUERRA? — Cel Ney da Silva Oliveira	111

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

POLÍTICA TECNOLÓGICA BRASILEIRA — Eng. José Rossi Jr.	5
OS ROBÔS NO JOGO ECONÔMICO E SOCIAL — C/C (RNR) João Metello de Mattos	35

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

OS PRIMEIROS PASSOS DOS BLINDADOS NO BRASIL — Cel Agnaldo Del Nero Augusto	55
O EXÉRCITO ALEMÃO DE HOJE — Tel Cel Pedro Schirmer	83
AS COMUNICAÇÕES TÁTICAS NO EXÉRCITO SOVIÉTICO — Cel Humberto José Corrêa de Oliveira	91
QUADRO DE ENGENHEIROS MILITARES — Maj GEM Clovis Pinto Ilha	131
ARTILHARIA DE TUBO VERSUS LANÇADORES MÚLTIPLOS — Cel Kleber F. de Oliveira	135

ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E FINANÇAS

O SISTEMA FHE/POUPEX — Informe Especial	145
REFORMULAÇÕES NO SFH NO 1º TRIMESTRE DE 1982 (continuação) — Informe Especial	157
INFORMAÇÕES	163
LIVROS	167
REGISTROS	171

A DEFESA NACIONAL
Rio de Janeiro — Brasil

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores: — Primeiros Tenentes BERTHILDO KLINGEN, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: — Bernabé Klöng, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Maria Clementino, Lima e Silva, Paulo Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcante, Euclides Figueiredo, Táborda, Amaro Villa Nova, Márcio da Costa.

(Fac-símile da portada do N. 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

NOSSOS ANUNCIANTES:

VARIG	2ª Capa	Souza Cruz	54
HASPA	3ª Capa	Fleischmann e Royal	81
Grupo João Santos	4ª Capa	Eletrobrás	82
Banco Sul Brasileiro	4	ABECIP	88/89
AKZ Turbinas S.A.	13	Transbrasil	90
Mendes Junior	14	BANERJ	110
CPRM	30	Tristão	139
Alpargatas	40/41	EMBRAER	130
Caixa Econômica Federal	42	FHE/Poupex	144
		IBM	173
		BIBLIX	174/175



A DEFESA NACIONAL



Nossa Capa:

A aeronave EMB-312 TUCANO, fabricada pela EMBRAER, foi especialmente idealizado e projetado como o primeiro turboélice de treinamento militar básico em todo o mundo. Inovações tecnológicas colocam essa aeronave à frente dos modelos existentes no quadro internacional de formação de pilotos militares. Aluno e instrutor ficam alojados "em tandem" nos assentos ejetáveis Martin Baker MK-8L. Tem capacidade para levar 1000 km (2205 lb) de armamento para missões de apoio tático.

A Defesa Nacional



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente:	Gen Bda Mario Vital Guadalupe Montezuma
Diretor-Secretário:	Cel Aldilio Sarmiento Xavier
Diretor-Administrativo:	Ten Cel Sady Nunes
Diretor-Tesoureiro:	Major Walter Soares Vieira
Conselheiros:	Cel Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves Cel Amaury Friese Cardoso
Conselho Fiscal:	Ten Cel Lino Palha de Castro Ten Cel José Pordeus Maia Maj Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe:	Gen Bda Mario Vital Guadalupe Montezuma
Redator-Executivo:	Cel Aldilio Sarmiento Xavier
Redator-Assistente:	José Lívio Dantas
Redatores:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis Cel Edson Alves Mey Cel Prof Celso José Pires Cel Agenor Francisco Homem de Carvalho Cel R/1 Asdrubal Esteves CF José Correia de Sá e Benevides Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas Ten Cel José Galaor Ribeiro Maj Hiram de Freitas Câmara Des Antonio de Arruda Prof José Alberto de Assumpção
Revisão:	Renaldo di Stasio
Publicidade:	Florianio Serpa
Expedição:	Raimundo dos Santos Pereira

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números) — Cr\$ 2.000,00

Exterior: US\$ 50,00

Número avulso — Cr\$ 400,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: 283-3030

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.



POLÍTICA TECNOLÓGICA BRASILEIRA

José Rossi Jr.

O país tem dois objetivos primordiais: a preservação de sua *autonomia política* e a obtenção de um *elevado nível econômico-social*. A busca desses objetivos deve subordinar-se ao conceito moderno da macroeconomia, que exige, para a garantia da estabilidade política internacional, a manutenção de um intenso intercâmbio entre as nações.

Para assegurar a permanência de um ativo intercâmbio, que convém seja o mais *diversificado* possível, em *produtos* e em *mercados*, torna-se necessário decompor a análise de sua exequibilidade considerando os fatores de custo sob dois aspectos distintos:

1º *Custo produtivo real*

2º *Efeitos econômicos de proteçãoismo.*

Essa decomposição é essencial quando se quer definir a Política Tecnológica de desenvolvimento, pois a situação mais estável e segura é aquela que alcança a condição de *competitividade com a mínima incidência de protecionismo*.

O *custo real* é aquele apurado quando os incentivos ou *efeitos protecionistas* são nulos.

Diga-se desde logo que o enfoque baseado na desconsideração pura e simples dos efeitos protecionistas é completamente destituído de significado prático, pois não tem contrapartida, visto que nenhum dos países com os quais transacionamos se dispõe a agir dessa mesma forma: no resguardo de seus próprios interesses, nunca se abstém de aplicar dispositivos de *proteção ostensivos* ou *velados*.

A melhor Política Tecnológica seria, portanto, aquela que pudesse sustentar-se com base na *competitividade de custos reais e incentivos mínimos concedidos em períodos restritos*.

O protecionismo é inevitável, mas a sua proliferação e "institucionalização" leva fatalmente a um grau de artificialismo que impossibilita a avaliação da real eficiência do desempenho.

Dentro desse contexto, para sustentar a competitividade dos custos reais torna-se necessário um *permanente esforço de desenvolvimento tecnológico*, orientado para a seleção cuidadosa dos bens e serviços que o país deve preferentemente *exportar ou importar*, levando em conta, em cada caso, o binômio custo/benefício econômico-social.

Num enfoque preliminar, tal seção não pode ser esmiuçada ao nível individualizado de cada produto.

O procedimento mais conveniente consiste em identificar e analisar setores ou *grupos homogêneos* de bens e serviços classificados segundo critérios e parâmetros cuja influência possa ser bem aquilata-da e racionalmente avaliada na análise de viabilidade.

Crítérios Básicos para Definição de uma Política Tecnológica Brasileira

É evidente que a definição de uma política nacional de desenvolvimento tecnológico será falha se ficar condicionada à busca de situações que propiciem unicamente o

incremento das exportações. Conforme ficou dito logo de início, a raiz do enfoque deve residir na obtenção de um padrão sócio-econômico mais elevado para o país como um todo, visando à redução das disparidades sociais que geram incontroláveis tensões e podem comprometer a estabilidade e a segurança nacional.

Portanto, é mister a definição de uma política que não só conduza à "racionalização" do consumo interno como também possibilite intensificar nossa capacidade de exportação.

Em termos de aplicação prática dos conceitos acima, o primeiro passo consiste na elaboração de um *diagnóstico de nosso atual estágio de desenvolvimento*, identificando os parâmetros que o caracterizam.

O próximo passo é a definição de um *elenco de atividades setoriais prioritárias*, dentro das quais deverão ser também prioritários os esforços de desenvolvimento tecnológico.

Se não for aplicada a um quadro coerente de atividades setoriais prioritárias, a mais bem intencionada Política Tecnológica redundará dispersiva e fatalmente conduzirá a lamentáveis desperdícios de recursos.

Diagnóstico de nosso Atual Estágio de Desenvolvimento Sócio-Econômico

Os seguintes aspectos típicos de nosso presente estágio de desenvolvimento sobressaem nitidamente

e, portanto, merecem consideração específica:

- a) Um enorme contingente de população jovem, com insuficiente formação educacional e profissional.
- b) Escassa disponibilidade de recursos monetários próprios, para consumo e para investimento, isto é, baixa renda média e baixo índice de poupança interna.
- c) Grande disponibilidade de recursos naturais:
solos agricultáveis;
reservas minerais;
energia hidroelétrica.
- d) Estrutura operacional produtiva calcada em modelos adventícios, com elevada dependência de recursos energéticos importados.
- e) Dimensões territoriais imensas, com desequilibrada distribuição demográfica: concentrada ao longo da faixa litorânea e ainda escassa no interior avançado.

Atividades Setoriais Prioritárias

Do confronto dos parâmetros apontados no diagnóstico acima decorre, sem grande esforço de imaginação, que as seguintes *atividades setoriais* merecem consideração *prioritária*, pois apresentam uma elevada potencialidade de contribuição econômica e social; ao mesmo tempo, fornecem claras indicações de que possibilitam um quociente custo/benefício favorável:

- produção de alimentos;

- exploração dos recursos minerais;
- substituição do petróleo importado;
- adoção de processos intensamente consumidores de mão-de-obra;
- intensificação do transporte fluvial e de cabotagem;
- estímulo à poupança e desestímulo ao consumo de artigos desnecessariamente sofisticados.
- estímulo ao aprimoramento das capacidades profissionais e intelectuais.

Alguns comentários específicos são úteis para esclarecer melhor o alcance de cada uma das atividades acima enumeradas:

1. Produção de alimentos

Trata-se de buscar o aproveitamento *eficiente* dos solos ainda *virgens* ou *mal-utilizados*, com a produção de alimentos, através da exploração agrícola e pastoril.

O país dispõe de vastas áreas subcultivadas de terras férteis e imensas extensões (mais de 150 milhões de hectares) de cerrado economicamente conversível em solo cultivável. O esforço tecnológico para a exploração adequada dessas terras deve ter como ponto de partida o atendimento *concomitante* dos seguintes *requisitos preliminares*:

- correção química e condicionamento físico do solo;
- suprimento garantido de energia não importada;
- infra-estrutura de armazenamento e transporte.

Com base nesses pré-requisitos torna-se viável a produção de alimento, com tecnologias que devem repousar no *aprimoramento genético* e na adoção de práticas operacionais *adaptadas às peculiaridades regionais*.

2. Exploração dos recursos minerais.

O enfoque neste caso consiste na intensificação da exploração mineral para a obtenção de produtos primários ou semimanufaturados *com elevado conteúdo de energia não importada*.

Nossa ainda ampla potencialidade de energia hidroelétrica e térmica (proveniente de combustíveis vegetais) aponta para a obtenção, a baixos custos (isto é, competitivos), de produtos siderúrgicos intermediários, tais como lingotes, placas, blocos e tarugos, bem como de ferro-ligas, metais não ferrosos (particularmente alumínio), cimento etc.

Neste setor, o direcionamento tecnológico deve concentrar-se particularmente na busca de maior eficiência energética.

3. Substituição do petróleo importado

O sucedâneo óbvio do petróleo importado é o petróleo nacional. Mais importante, porém, como solução permanente do problema, é a substituição por combustíveis alternativos de *fontes renováveis*.

Aí temos o exemplo mais flagrante de êxito comprovado de

um esforço tecnológico integralmente nacional: o Proálcool.

De fato, esse programa, cujo objetivo é a substituição de combustíveis derivados do petróleo pelo álcool produzido a partir de matérias-primas vegetais (sacaríferas, amiláceas e celulósicas), é um programa já vitorioso. A médio prazo, num segundo estágio, o Proálcool deverá também alcançar grande sucesso com a produção de etileno que hoje ainda é obtido mais economicamente a partir do petróleo, e constitui o ponto de partida para a produção de uma extensa gama de produtos petroquímicos finais.

4. Adoção de processos intensamente consumidores de mão-de-obra

Na agricultura e na indústria dos países desenvolvidos, a tendência é para a redução drástica da participação da mão-de-obra no processo produtivo. No setor industrial, alguns países já apelam para a eliminação pura e simples do trabalho humano direto, através da "robotização", deslocando a mão-de-obra para o setor terciário, de serviços.

No Brasil, essa "escola" deve ser encarada com muita reserva, pois enfrentamos a realidade de um enorme contingente humano sem ocupação ou subempregado, configurando dois aspectos opostos: um, negativo, expresso pelo oneroso compromisso social de gerar oportunidades de emprego para uma grande massa ociosa; o outro, positivo, traduzido pelo fato de que a nossa mão-de-obra é barata,

sobretudo a menos qualificada e mais abundante. Portanto, a utilização intensiva do trabalho humano resulta duplamente vantajosa.

Tanto isso é verdade, que muitas empresas dos países desenvolvidos transferiram parte apreciável de suas atividades produtivas para distantes regiões onde a mão-de-obra é também barata e abundante, reduzindo sensivelmente o custo dos componentes, ou mesmo dos produtos finais, que assim retornam competitivos aos países de origem. Recentemente, um industrial norte-americano posicionou as dificuldades que aquele país enfrenta, classificando suas alternativas de maneira pitoresca: "*automation, emigration or... evaporation*".

É correto admitir que, mesmo no Brasil, a automação é um recurso imprescindível para viabilizar determinados setores. Mas certamente ainda dispomos de muitas oportunidades em que podemos obter valores competitivos com o emprego intensivo de nossa mão-de-obra de baixo custo.

5. Intensificação do transporte fluvial e de cabotagem.

Dispomos de inúmeros e extensos cursos d'água e ostentamos uma costa marítima de proporções continentais, ambos ainda escassamente explorados.

No caso dos rios, compreende-se que muitas vezes seu percurso não atende às conveniências do fluxo econômico; além disso, sua navegabilidade está condicionada a vultosos investimentos em obras civis.

Entretanto, ao longo da costa marítima, densamente povoada, a implantação de uma intensa e eficiente cabotagem merece sem dúvida uma atenção prioritária.

6. Estímulo à poupança e desestímulo ao consumo de artigos desnecessariamente sofisticados.

Neste tópico transparece a nociva influência do "modelo importado", voltado para um consumismo exacerbado, incompatível com o nosso ainda modesto estágio de desenvolvimento econômico.

A reversão dessa tendência constitui um desafio de respeitáveis proporções, que implica numa mudança de mentalidade, contrariando de certa forma a nossa índole. Portanto, constitui tarefa árdua e de reduzidos efeitos a curto prazo. Nem por isso, no entanto, deve ser descurada.

Nesse terreno, os necessários estímulos e desestímulos dependem não só de uma bem orientada política tecnológica, como também de uma judiciosa disciplina tributária.

7. Estímulo ao aprimoramento das capacidades profissionais e intelectuais

Este é talvez o requisito mais importante, pois dele decorre a obtenção da eficiência operacional e a formação de uma autêntica elite dirigente, capaz de implementar não apenas a política tecnológica, mas bem assim todas as demais políticas.

Para tanto, torna-se indispensável prestigiar e apoiar os cidadãos cujas potencialidades positivas sobrepõem os padrões normais, e ao mesmo tempo atrair especialistas já formados de outros países, oferecendo-lhes condições que lhes permitam integrar-se em nosso meio e contribuir com seu saber e competência.

Critérios de Implementação da Política Tecnológica

Selecionadas as atividades prioritárias, o próximo passo é a verificação de sua viabilidade, em termos de custo/benefício econômico-social, ponderando inicialmente os custos em bases reais e a seguir os incentivos (níveis de proteção) admissíveis.

Esta última ponderação é sem dúvida a mais complexa, visto que envolve maior grau de incerteza, especialmente quando o *objetivo* é a *exportação*, pois está sujeita a "represálias" do país importador, sempre que o incentivo aqui concedido fere interesses ligados a produtos similares do país de destino. Para contornar tais "represálias", o mecanismo mais eficiente — e cada vez mais adotado pelos países desenvolvidos — é o recurso ao *protecionismo velado*, através de vantagens indiretas, mais dificilmente detectáveis pela parte atingida.

Verificada a viabilidade, resta definir os *programas* de desenvolvimento tecnológico, cuja implementação pode ocorrer seguindo três critérios típicos:

— tecnologia *adquirida*;

- desenvolvimento tecnológico em *consórcio*;
- desenvolvimento tecnológico *próprio*.

I. A *aquisição de tecnologia* é um critério a ser adotado por exclusão, quando os dois outros critérios não são factíveis. De fato, o fornecedor de *know how*", na realidade, deseja suprir o mínimo conteúdo tecnológico pelo máximo preço e assim mesmo, em geral, coloca toda sorte de restrições ao uso do conhecimento transmitido.

Quando se recomenda, então, a aquisição tecnológica pura e simples? A compra de tecnologia é conveniente, por exemplo, nos casos em que haja premência de tempo, como ocorre quando existe ameaça de entrada de um concorrente externo no mercado nacional. O mesmo acontece quando um concorrente local já se antecipou, num campo onde se deseja disputar. Entretanto, o caso mais óbvio de preferência para a tecnologia adquirida é aquele em que existe um único detentor do conhecimento avançado que se deseja utilizar em prazo determinado, ou cujo desenvolvimento é inexequível com os meios locais disponíveis.

II. O desenvolvimento tecnológico em *consórcio*, isto é, em colaboração ou encomenda parcial de pesquisas e serviços afins, a outras empresas, universidades ou centros de pesquisa, corresponde ao critério habitualmente adotado nos países mais adiantados, onde há não apenas maior oferta como também maior grau de evolução estru-

tural operativa. É corrente nesses países a transação parcial de tecnologia, em termos estritamente comerciais, evidenciando a característica essencialmente mercadológica do produto "tecnologia", conceito ainda insuficientemente difundido entre nós.

Nessa modalidade de atuação, recomenda-se o máximo cuidado na elaboração dos *contratos*, particularmente no que se refere a cláusulas de *sigilo*, *adaptação de normas e especificações*, *limites de utilização*, *restrições à subcontratação* e *à comercialização*, *direito de uso de marcas e patentes* etc.

III. O desenvolvimento de *tecnologia própria* deve ser o critério visado com prioridade, porque confere ao seu detentor o caráter de *posse exclusiva*, condição ideal sob todos os aspectos. Implica, naturalmente, na disponibilidade de amplos recursos materiais e humanos, bem como de uma eficiente capacidade gerencial de projetos de desenvolvimento, em nível capaz de assegurar uma eficiente relação custo/benefício. Especial atenção deve ser votada à *proteção* das informações tecnológicas, não apenas sob a forma de *patentes e marcas*, mas sobretudo quanto à *guarda* propriamente dita das informações, dado o caráter da mercadoria, altamente suscetível de apropriação indébita por meios ilícitos.

O desenvolvimento tecnológico próprio encontra as maiores vantagens de aplicação quando vinculado a *peculiaridades locais* ou *regionais* de matérias-primas, insumos e condições de operação, vis-

to que nesse caso o concorrente externo, forçado a agir "à distância", enfrenta sérios obstáculos de realização, e a confiabilidade de seu trabalho fica não raro comprometida.

Condições locais como o *clima* e a *natureza dos solos* constituem exemplos típicos de peculiaridades que recomendam e viabilizam os desenvolvimentos tecnológicos próprios. No panorama mundial, a zona tropical configura um caso importantíssimo em que há peculiaridades de toda ordem; aí a tecnologia própria encontra excelente campo de aplicação. Tanto isso é verdade que pode ser atestado por inúmeros exemplos ocorridos no Brasil.

Sobressaem as pesquisas bem sucedidas no setor agrícola, destacando-se o caso do café. Outro exemplo digno de nota é a produção de gusa em altos-fornos com carvão vegetal. Mais recentemente, temos uma demonstração flagrante no desenvolvimento do Proálcool, onde a tecnologia nacional de processos, equipamentos e aproveitamento de efluentes industriais vem permitindo a obtenção de índices de desempenho já auspiciosos, prometedores de novos e significativos progressos.

Conclusões

Nosso desenvolvimento tecnológico é ainda incipiente, mas já trilhamos o bom caminho da ascensão.

A Política Tecnológica brasileira deve ser fundamentada na pre-



RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS EM FACE DAS DICOTOMIAS NORTE-SUL E LESTE-OESTE

Therezinha de Castro

CONFRONTO GEOHISTÓRICO

Na empresa de conquistar a América do Norte as dificuldades dos ingleses seriam bem maiores com relação a seus rivais franceses. Estes haviam ocupado as duas portas de entrada no continente — o S. Lourenço e o Mississipi; a França formava, assim, um império na América do Norte em forma de um crescente que ia de Quebec ao norte até Nova Orleans ao sul. Essa posição francesa iria, pois, de início, conter os ingleses numa estreita faixa de terra entre o Atlântico e os Apalaches. Coincidentemente, a linha de Tordezilhas, continha, na América do Sul, os portugueses numa estreita faixa de território que margeava o Atlântico. Era o eixo geohistórico de direção norte-sul que se impunha na formação

tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil.

Na América do Norte, conquistando mais vasto território que os ingleses, os franceses não puderam ocupar efetivamente toda a área, passando os colonos a viver num penoso isolamento. Isto porque a sua primeira porta de entrada, o S. Lourenço, ficava bloqueada pelos gelos cerca de 140 dias, e não era fácil subir pela outra porta, a do Mississipi, contrariando-lhe a força das águas. Já os navios ingleses podiam atingir a sua costa atlântica em apenas 5 semanas; mas, encurralados nessa mesma costa atlântica, e não tendo muito para onde se expandir, puderam se lançar à empresa de colonizar e se comunicar com a metrópole. Na América do Sul ocorria fenômeno semelhante. Conquistando mais vasto território que os portuque-

ses, os espanhóis não puderam ocupá-lo todo efetivamente, deixando seus colonos num penoso isolamento; isto porque suas terras banhadas pelo Pacífico tinham que ter como porta de saída para a metrópole o istmo da América Central, para onde eram levados os tesouros em lombo de burros, através de longas distâncias. Já os navios portugueses podiam atingir a sua costa atlântica com mais facilidade e os produtos iam diretamente das fontes produtoras aos centros consumidores da metrópole. *Do mesmo modo que os ingleses, os portugueses ficaram encurralados na costa atlântica, e, não tendo muito para onde se expandir, puderam se lançar à empresa de colonizar e se comunicar com a metrópole.*

Vemos, pois, que *o processo de ocupação colonial nos Estados Unidos e no Brasil apresenta semelhanças*; em ambos a colonização precedeu à conquista do hinterland. No entanto, de um modo geral, a conquista do território brasileiro foi feita legal e pacificamente pelas Bandeiras, incentivadas pelos reis Felipes, quando da união das monarquias ibéricas; nos Estados Unidos por meio de guerras contra a França, Espanha, e, posteriormente, contra o México.

Durante o processo de independência conseguiram *o Brasil e os Estados Unidos se transformar em potências continentais mantendo seus territórios unidos*; o território contínuo dos Estados Unidos abrange 7.827.076 km², menor, portanto, que o do Brasil com 8.513.000 km², tendo, no entan-

to, apenas o primeiro conseguido a situação bioceânica. Contrastando na América do Sul e do Norte, enquanto a zona de colonização hispânica se esfacelou em várias repúblicas, dentro da herança do cantonalismo geopolítico, o Canadá mantém, ainda hoje o estigma do dualismo anglo-francês.

Enquanto no Brasil *a colonização portuguesa se manteve dentro do significado nacional-católico*, impedindo a metrópole que estrangeiros, rebeldes ou herejes para cá viessem, nos Estados Unidos *a colonização inglesa se manteve dentro do significado da auto-suficiência e forte individualismo*, já que a imigração proveniente da Inglaterra e também de outros países (Holanda, Alemanha, Irlanda e até França) não era patrocinada pelo governo, e sim por grupos particulares encabeçados inicialmente pelas Companhias de Plymouth e de Londres. Assim sendo, os imigrantes que demandavam aos Estados Unidos eram rebeldes políticos e religiosos.

O cunho familiar da colonização nos Estados Unidos contrastou com o *pioneirismo aventureiro ocorrido no Brasil*. Indo para os Estados Unidos famílias inteiras, muitas vezes rivais entre si por motivos étnicos, políticos ou religiosos, o apartheidismo foi a tônica colonial. Já para o Brasil, a predominância masculina com a caracterizada ausência de mulheres brancas, iria contribuir para a forte miscigenação, e do cruzamento inicial com o grupo indígena e posteriormente com o negro ficaria evidenciada uma maior homo-

geneidade étnica e alijado o fator racismo.

No século XVIII os Estados Unidos se transformaram numa nação colonizada por fortes contingentes populacionais. O Brasil foi dos últimos territórios americanos, já no século XIX, a se separar da mãe-pátria, que para colonizá-lo lutou sempre com a falta do elemento humano. Enquanto a América Espanhola adotava o republicanismo por influência dos Estados Unidos ou da maçonaria vermelha francesa, o Brasil se manteve por mais de meio século regido por governo forte e estável sob a égide monárquica da maçonaria azul. A *vitória geral do republicanismo no século XX*, forçando uma estrutura centralizadora ou absolutista, levou o Brasil, ao lado da América Latina, a oscilar entre as eleições que implantavam governos fracos comprometidos com seus eleitores e as revoluções que impunham governos fortes ditatoriais ou caudilhistas; *um eterno duelo entre a "redemocratização" e a "descompressão"*.

Por sua vez, os Estados Unidos atingiam a plenitude de "um Estado democrático sem necessidade de suportar uma revolução democrática" (Alexis de Tocqueville — "A Democracia na América"). Por sua formação geohistórica dentro do mais amplo federalismo, tratou de adaptar, como nação independente, o que a Inglaterra lhe legara. E ante a variedade de nomes que teve, através das 13 Colônias iniciais, também *lhes escapou um topônimo nacional*; daí Estados Unidos da América — o adjetivo

americano, ou quanto regionalmente — norte-americano, que os menos avisados ainda adotam excluindo do todo continental além do próprio Brasil, toda uma plêiade de nações. Nações que curiosamente, numa cópia xerográfica, até o nome Estados Unidos adotaram, antes do próprio nome que a formação geohistórica ou geopolítica lhes legara; o nosso país, por exemplo, de 1889 até entrar em vigor a Constituição de 1969, antes de ser República Federativa do Brasil foi Estados Unidos do Brasil.

De formação anglo-saxônica ou de civilização caracterizadamente ibero-americana, os Estados Unidos e o Brasil, seguiram, como nações independentes, seus destinos geopolíticos nas trajetórias de seus respectivos ciclos vitais; após a Segunda Guerra Mundial enquanto os Estados Unidos, adquirindo maturidade, se lançavam como estrepantes na política mundial, o Brasil, na sua adolescência geopolítica, dava seus primeiros passos no âmbito regional.

SUPREMACIA

As ambições políticas dos Estados Unidos seguiram em progressão paralela à sua ascensão econômica. A *Doutrina de Monroe* (1823) mostrou a tendência do governo estadunidense em reservar para sua influência o continente americano.

Após um período de preocupações internas com a reconstrução dos governos estaduais sulinos, a

ciamentos de que o Brasil necessitava como nação em desenvolvimento, no âmbito das Relações Internacionais propriamente dito a *"política das fronteiras ideológicas"* nos mantinha como aliados incondicionais dos Estados Unidos.

Dentro da premissa de que conviver é sempre mais difícil que coexistir, o Brasil foi aos poucos percebendo que pertencer ao Bloco Ocidental não implicava no integrar-se ao Primeiro Mundo. E, nestas condições, *começou a desviar as suas diretrizes geopolíticas para o campo do "pragmatismo responsável"*. Pragmatismo responsável que Raymon Aron assim justifica: "a noção de interesse nacional implica simplesmente que os responsáveis pelo Estado se voltem, em primeiro lugar para a existência e a segurança da nação; não se devem propor objetivos desmesurados, nem se iludir com os recursos a sua disposição, sonhando em transformar o mundo" ("Paz e Guerra entre as Nações"). Assim, dentro do princípio de que uma política externa independente não implica no nosso afastamento do Bloco Ocidental, o Itamarati, dentro do "pragmatismo responsável" passou, sobretudo a partir de 1970, a basear suas diretrizes dentro de "uma relação madura que não é de alinhamento mecânico", e isso ocorre, justifica Saraiva Guerreiro, porque "os Estados Unidos são uma potência com interesses em todas as partes do mundo. Eles são o pivô, o centro de alianças militares e de toda uma complexa e variada gama de rela-

cionamentos com todas as regiões do mundo e todos os países. E que, em algumas ocasiões, não será fácil harmonizar, não digo as obrigações, mas harmonizar os seus interesses nessas diversas partes e esses diversos engajamentos que eles têm". (Ministério das Relações Exteriores — Secretaria de Informação do Gabinete — Entrevista concedida à Empresa Brasileira de Notícias — 1º de novembro de 1982.)

No entanto, é de se convir que *nos anos 70 acentuou-se a desvantagem geoestratégica dos Estados Unidos diante da Rússia. O eixo norte-sul iria implantar-se com a Doutrina de Facilidades Navais do Almirante Gorshkov*, em busca de posicionamento para a Rússia nos mares quentes meridionais, dentro da política de flechamento de rotas de Mahan, no desguarnecido "Crescente Externo Insular" de Mackinder.

Enquanto a Rússia, de forma prática e efetiva, procura fazer-se presente de modo compatível com sua situação de superpotência, sobretudo na costa africana do Atlântico Sul, "não existe uma visão sul-americana unificada quanto à confrontação Leste-Oeste, da mesma forma que não existe, no Ocidente, uma avaliação homogênea desse processo". Assim, conclui Ronaldo Mota Sardenberg: "embora seja crescentemente afetada pela confrontação Leste-Oeste, a América do Sul, no essencial, permanece marginal à mesma" dentro do pluralismo que é a tônica do Ocidente. ("As Relações Leste-Oeste e o Terceiro Mundo — Uma Visão Sul-Americana" — pre-

parado para a Reunião da Atlantic Conference — St. Croix, V. I, EUA de 7 de novembro de 1982.)

COMPETIÇÃO

Do exposto, observa-se que *só mesmo acidentalmente a América do Sul entrou no campo das prioridades dos Estados Unidos*. Área considerada das mais inexpressivas na geoestratégia da bipolaridade, só tem despertado as atenções do governo de Washington dentro da *política globalista*. E quando se esboça em determinada área do continente um sinal de inserção no contexto da "guerra fria", tal como ocorreu na Guatemala em 1954 e em El Salvador em 1982, o continente é promovido à esfera das prioridades da política externa de Washington, voltada, logicamente, para o *planejamento regional do "containment" ou contenção*.

No contexto da "guerra fria" não restam dúvidas de que existe uma inclinação da América Latina para a formação dos ditos regimes "nacionalistas" apoiados em apelos às massas, explorando o preconceito histórico do "imperialismo" estadunidense. E quando tal fato ocorre, *o governo de Washington explora o lado da solidariedade hemisférica*, valendo-se sobretudo da OEA (Organização dos Estados Americanos). É justamente a OEA que vai evitar, no caso de ser preciso, a intervenção, desde que não apareça como ação unilateral, passando a se identificar com os interesses continentais; assim ocorreu com a crise da República Do-

minicana em 1965, de cuja intervenção em prol dos interesses hemisféricos, o Brasil participou, como aliado incondicional dos Estados Unidos.

De modo geral, parece que para o Conselho de Segurança dos Estados Unidos não existe o perigo de um ataque comunista a qualquer país latino-americano, a não ser num contexto de guerra geral. No entanto, reconhece esse Órgão que os comunistas têm possibilidades de controle nos países latino-americanos através de métodos eleitorais, quando não conseguem a participação direta na política nacional. Em 1958 foi notória a manifestação de grupos ultranacionalistas no Brasil e Argentina. No *Relatório do Comitê de Coordenação de Operações (1958)** chega-se mesmo a criticar a falta de interesse do governo em combater a infiltração comunista, muito embora fosse grande o crédito na área militar de tendência direitista.

A *visita de Nixon* a vários países do continente, recebido em alguns locais com manifestações anti-Estados Unidos, reforçou o que dissera textualmente o Relatório de 1956 do Comitê de Coordenação de Operações: "o problema comunista, no entanto, permanece sério no Brasil, Chile, Equador, Bolívia, e também é potencialmente prejudicial aos interesses dos Estados Unidos em Cuba, Guatemala, Uruguai e Argentina... Comunistas locais tiveram um importante papel

* Um dos documentos da série — "Formulações de Política do Conselho de Segurança (Operations Coordinating Board) para a América Latina de 1954 a 1958" — Biblioteca Presidencial Dwight Eisenhower.

nas eleições brasileiras, e a disposição do novo governo de agir contra eles é ainda desconhecida”.

Tendo conseqüências globais os problemas de segurança não são apenas regionais. Nessas condições, *a defesa do hemisfério é baseada na proteção tanto do flanco norte como na do flanco sul*, visto que estes proporcionam não só acesso aos recursos regionais como as ligações seguras com o resto do mundo. E só *uma cooperação efetiva dos Estados Unidos com o Canadá e América Latina* será capaz de manter a segurança dos dois flancos, evitando a investida de forças numa determinada área quando afetada pela crise.

O Canadá tem sem dúvida alguma um envolvimento especial com a segurança dos Estados Unidos, quer por sua proximidade geográfica, como ainda pela interdependência econômico-social. Assim, o sistema de alarme antecipado Estados Unidos—Canadá, bem como os direitos de acesso e facilidades para a proteção aérea e marítima no Atlântico Norte, dotam aquele país norte-americano de três frentes oceânicas, como peça de grande importância geoestratégica no âmbito da OTAN, como também do TIAR, muito embora, neste, só se incluía dentro de sua zona de segurança.

E se, por outro lado, são da maior importância, para a defesa da segurança do hemisfério, acordos não só defensivos mas também econômicos com o Canadá; também o são para com várias regiões da América Latina, sobretudo com o México, o Caribe e o Brasil, que

ocupam lugar de destaque pelos recursos naturais de que dispõem e instalações para seu processo na economia dos Estados Unidos. E se o *Canadá* tem posicionamento geoestratégico no flanco norte, o *Brasil* é particularmente importante na área de estrangulamento do Atlântico; o *México*, por sua vez, se alcançado pelas ondas revolucionárias do Caribe, levará os Estados Unidos a perderem o privilégio da insalubridade, já que o inimigo estará no interior do país através de imigrantes mexicanos, legais ou ilegais.

No Relatório de 1956 do Comitê de Coordenação e Operações vem explicitado que: “a posição única dos grupos militares na América Latina torna importante a influência dos Estados Unidos sobre eles. Um fator fundamental para a manutenção dessa influência é a habilidade que os Estados Unidos venham a ter ao oferecerem treinamento e equipamento. Em alguns casos torna-se interessante para os Estados Unidos garantirem todo esse equipamento principalmente por motivos políticos”.

No entanto, com a “política dos direitos humanos”, que se tornou a tônica durante o governo Carter, a redução dessa influência e o *declínio dessa assistência militar estadunidense reduziram o desejo e a capacidade dos países do flanco sul de apoiar os interesses dos Estados Unidos*. Tudo isso, a despeito do crescimento da presença aeronaval da Rússia em Cuba; tudo isso, a despeito de grandemente dependente da Rús-

sia, as forças militares de Cuba seriam grandes, modernas e cada vez mais profissionalizadas. Enquanto se sabe que as forças de segurança em muitos países da América Latina permanecem incapazes de se defenderem contra a oposição armada bem organizada sem receber uma considerável ajuda dos Estados Unidos. Foi esse, em resumo, o reflexo da Doutrina Carter que desprezou de um modo geral a América Latina, voltando-se com quase exclusividade para o eixo leste-oeste centrado no Oriente Médio e Golfo Pérsico.

Nessas condições, o governo de Moscou continuou em sua tentativa de infiltração no continente quer por meios diplomáticos, econômicos ou mesmo militares; importante mercado dos cereais da Argentina, tornou-se em 1981 o sexto maior cliente comercial do Brasil, importando sobretudo a soja, sendo fornecedor de material militar ao Peru. Age, pois, a Rússia, frontalmente, ou através de Cuba, que apoia abertamente movimentos insurgentes, agindo através de guerrilhas em áreas onde se apresentem possibilidades de mudanças políticas revolucionárias; a Nicarágua e El Salvador são os casos mais recentes da década de 1980.

A partir de 1961, com Cuba já na esfera de influência do Kremlin, para combater a infiltração comunista alguns países latino-americanos, em especial os do Cone Sul, passaram a restringir as liberdades, e isso, foi pouco a pouco se tornando intolerável para a cultura política dos Estados Uni-

dos. Foi então que "meios liberais" estadunidenses passaram a pressionar o Congresso no sentido de suspender a ajuda militar ou econômica a alguns países do Cone Sul, em especial ao Chile e Uruguai. Assim, *as relações norte-sul passaram a formar um sistema de linhas cruzadas*; a convivência ideológica entre o norte liberal e o sul conservador tornaram-se cada vez mais difíceis com as nações do Cone Sul cerrando fileiras em torno da segurança nacional, votando em uníssono quando aparecia uma sanção contra o Chile como a da reunião da OEA de 1977.

Nesse contexto, em se tratando do Brasil, a abordagem inicial do governo Carter foi esboçada no discurso que fez na Universidade de Notre Dame, em maio de 1977, com o Cardeal Evaristo Arns no pródio, pare receber um grau honorário. Na ocasião disse Carter textualmente: "Estamos livres agora daquele medo desordenado do comunismo que nos levava outrora a abraçar qualquer ditador que se juntasse a nós em nosso medo".

A América Latina e o próprio Brasil já se vinham, pois, distanciando do líder do Bloco Ocidental. O Brasil denunciara o Acordo Militar com os Estados Unidos (Decreto nº 79.376, de 11 de março de 1977) que o Itamarati mostrava ser "consequência da introdução de alterações na legislação norte-americana que modificaram, de forma inaceitável, as condições que se vinha processando a cooperação militar entre os dois países sob a égide de Acordo firmado no Rio de Janeiro a 15 de março de

1952". Continuava a Nota do Itamarati que tal atitude era "um desdobramento, pelos mesmos motivos, da recusa de aceitar qualquer assistência no campo militar que dependa, direta ou indiretamente, de exame por Órgãos de Governo estrangeiro de matérias que, por sua natureza, são de exclusiva competência do Governo do Brasil".

Com a denúncia do Acordo Militar pelo Brasil, sem o substancial aumento nos programas de cooperação militar combinados com a vontade de fornecer equipamentos para a defesa coletiva, *os Estados Unidos começaram por perder, no flanco sul, a liderança de uma coalisão geoestratégica digna de crédito e capaz de acionar o TIAR.*

E se uma política externa independente não significa afastar os aliados naturais, *a idéia hemisférica passou a ser suplantada "pela dicotomia amigo-inimigo, com que o próprio conceito de amizade passa a ser utilizado como instrumento de reforço da dependência vertical, abastardando-se a noção de amigo fiel para equipará-la a um aliado dócil ou satélite".**

É um contrassenso "pensar-se em uniformizar e unificar mecanicamente o Ocidente, seja no nível nacional, seja no internacional", afirmou na ESG Saraiva Guerreiro, sobretudo ante a ambiguidade de seu líder. No âmbito continental, por exemplo, essa ambiguidade do líder e a progressiva independência dos liderados se reflete na própria

esfera do TIAR, anulando, pois o eixo norte-sul.

Desde sua assinatura em 1947, o TIAR ou Pacto do Rio de Janeiro foi invocado pelos Estados Unidos apenas uma vez — durante a crise de mísseis em Cuba (1962). Na ocasião todos os aliados latino-americanos juntaram-se ao movimento, forçando os russos a tirarem seus mísseis da ilha. Os tempos porém mudaram, e na crise de 1982 em El Salvador os Estados Unidos não conseguiram induzir seus aliados americanos a uma ação conjunta. O "*princípio do não intervencionismo*" foi a tônica do Itamarati, numa autêntica reação a "*alinhamentos automáticos*", consequência direta da oposição à verticalidade da política internacional.

Por outro lado, "sem inibições políticas, acolhido com boa receptividade pelos parceiros, o Brasil amplia e aprofunda sua presença internacional. Esse esforço universalista nasce não somente de uma disposição teórica, mas também da necessidade de enfrentar as questões concretas e imediatas que a convivência internacional a cada dia nos coloca. O esforço de globalização da presença externa brasileira é um dos caminhos seguros para aumentar o leque das opções numa fase da crise internacional".*

REGIONALISMO E GLOBALISMO

O regionalismo e o globalismo se confundem na política externa

* Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro — Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra — 4 de setembro de 1981.

* Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro — Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra — 3 de setembro de 1982.

dos Estados Unidos; se confundem via de regra, com a *luta institucional entre o Conselho de Segurança Nacional e o Departamento de Estado*; o primeiro é a base globalista, o segundo é a base dos regionalistas, por sua própria estrutura funcional em departamentos regionais, onde trabalham funcionários especializados em determinadas áreas.

Porém, tanto os globalistas quanto os regionalistas se atêm às mesmas perguntas:

— Qual é o principal interesse dos Estados Unidos numa determinada região?

— Qual é a natureza e a magnitude da ameaça russa?

— Que política os Estados Unidos devem seguir para atender aos seus interesses e enfrentar a Rússia?

O que distingue, no entanto, as duas correntes é que a *prioridade das questões e o peso dado às respostas são diferentes*. Enquanto os globalistas dão maior valor ao comportamento, motivação e ameaças da Rússia e das outras Grandes Potências, os regionalistas começam, antes de tudo, pela definição dos interesses dos Estados Unidos na região.

Os globalistas acusam, assim, aos regionalistas de não dar o devido valor à competição entre Washington e Moscou. Ao que respondem os regionalistas que ante a perspectiva geoestratégica da "guerra fria", os Estados Unidos, sem dar o devido valor aos problemas regionais dentro do enfoque sócio-político e econômico, perdem posições sobretudo na área

do Terceiro Mundo, onde, em "arcos de instabilidade" criam "vácuos de poder".

Dando mais importância às questões de segurança que à economia, ou à sócio-política, os globalistas se preocupam, antes de tudo, com o poderio militar russo. E defendem a relevância dada mais à defesa do que ao desenvolvimento, porque acreditam que as posições econômicas dos Estados Unidos, sobretudo na área latino-americana e também do Terceiro Mundo, são muito mais fortes que as da Rússia. Eis, pois, aí, o *eixo leste-oeste se sobrepondo ao norte-sul; e, nessas condições, as exigências globais vêm criando dificuldades na política regional*.

A opção norte-sul ou a leste-oeste, traduzindo-se nos altos e baixos da política externa dos Estados Unidos, induz a América Latina a profundos dilemas. Assim, enquanto *Franklin Delano Roosevelt* fundamentava a "Política da Boa Vizinhança" no continente americano *sem se imiscuir na validade ou não das ditaduras direitistas que proliferavam na América Latina*, *Jimmy Carter* elegeu como lema a defesa dos direitos da pessoa humana, *conseguindo criar no hemisfério "arcos de instabilidade", sobretudo na área do Cone Sul*. Pode-se dizer, que com o "carterismo" se impunha a ONU, fazendo com que os Estados Unidos se voltassem para outros auditórios, enquanto a quase passividade da OEA fazia com que a Doutrina de Monroe fosse relegada a um segundo plano.

Dentro do "pragmatismo universalista", em nossa política externa o problema interno dos países não nos preocupa, desde que respeitem seus compromissos internacionais. Nessas condições, *as visitas do Presidente Figueiredo aos diversos países sul-americanos vêm, antes de tudo, procurando anular qualquer suspeita de hegemonia por parte do Brasil. Por outro lado, essas visitas não distinguiram governos eleitos da Venezuela, Colômbia, Peru e Equador dos sistemas autoritários do Paraguai, Argentina e Chile. Assim, sem hostilidades inúteis, a política externa brasileira limitou-se a conseguir uma posição cômoda no âmbito regional.*

Com *Ronald Reagan*, veio finalmente à baila o velho conceito de *Foster Dulles*, para quem *a política dos Estados Unidos não devia se preocupar em fazer amigos*, devia, isso sim, acima de tudo, defender seus interesses. E, levando em conta seus interesses no Estreito de Magalhães, os Estados Unidos se colocaram frontalmente ao lado da Inglaterra, tendendo para a OTAN, ou eixo leste-oeste; na crise das Malvinas o governo de Washington não se preocupou em manter amigos no âmbito da América Latina, ao afastar-se do eixo norte-sul.

Subindo ao governo, *Ronald Reagan* declarou que não pretendia executar uma política externa traçada na linha tradicional de outros governos republicanos; com relação a América Latina é de se notar que os Republicanos tiveram por ela sempre maior interesse que

os Democratas. Concluindo-se, assim, que *o globalismo levou os Estados Unidos a restabelecer, na crise das Malvinas e intervenção indireta na América Central, a tão propalada "margem de segurança" no equilíbrio militar com a Rússia.*

CONCLUSÃO

Em dezembro de 1978, *Robert Campos* enviava de Londres para Brasília um *Relatório* no qual afirmava: "Os Estados Unidos são hoje uma potência que quer viver de seus aluguéis. Um curioso exemplo no processo de deterioração pelo qual este país está passando é a indefinição e o irrealismo do Presidente Carter".

A política externa de Carter levou *Henri Kissinger*, em seu trabalho "*Reflexões sobre Bismarck*", a analisar a segurança nacional dos Estados Unidos tomando por base o despacho diplomático escrito pelo artífice da unidade alemã — "Vivemos numa época maravilhosa em que o forte é fraco devido aos seus escrúpulos morais e o fraco é forte devido à sua audácia. Uma política sentimental não obtém reciprocidade". Dentro desse contexto, afirma Kissinger que *os Estados Unidos estavam caminhando para "um período de perigo máximo"*, e com relação à América Latina "o perigo máximo corresponde, em linhas gerais, aos seis anos do governo Figueiredo". Período em que o Brasil deverá tomar algumas decisões sobre o curso de sua política externa. E, sendo um país que vive em paz com seus vizinhos, e que só se envolveu

em conflitos internacionais marginalmente, desfruta, por isso, de ampla gama de opções nos assuntos externos.

Segundo o *General David Jones*, em *Relatório enviado ao Congresso (maio de 1981)*, os Estados Unidos necessitam “de uma estratégia global para enfrentar os problemas de segurança”. Depois de especificar que a defesa do hemisfério tem que se basear “na proteção dos flancos norte e sul dos Estados Unidos, acesso aos recursos regionais e ligações seguras com o resto do mundo”, afirma que “o Brasil é particularmente importante em virtude de sua localização na parte estreita do Atlântico, assim como por sua atual e crescente capacidade militar”. Afirma ainda o General David Jones que “na América do Sul a redução da influência e o declínio da assistência militar norte-americana reduziram o desejo e a capacidade dos países dessa região de apoiar os interesses da segurança dos Estados Unidos”.

De fato, dentro do “princípio do pragmatismo universal” que vem conduzindo as linhas básicas de nossa política externa o Brasil não é mais aquele aliado incondicional dos Estados Unidos. Resistiu, por exemplo, à missão do General Andrew Goodpaster, que visitou Brasília em 1980 com o objetivo de uma sondagem preliminar da disposição de nosso governo em estabelecer o acordo militar rompido em 1977.

Por outro lado, a crise das Malvinas em 1982 mostrou que o Brasil não participa dos problemas globais dos Estados Unidos; a po-

lítica brasileira foi a de reconhecer a soberania argentina nas Malvinas, num engajamento sul-americano, mostrando a diferença de opiniões com o governo de Washington ligado à Inglaterra.

Segundo Saraiva Guerreiro, a primeira viagem de Reagan à América Latina (novembro-dezembro de 1982), tirante os encontros normais com o Presidente do México, tem como significado especial que o Brasil tenha sido exatamente sua primeira escala. “Não se pode negar que a própria situação internacional não é das mais serenas... e que as várias situações de tensão sub-regional estão em fase aguda”. (Entrevista concedida à Empresa Brasileira de Notícias — 1º de novembro de 1982.)

Na atualidade o Brasil tem uma relação madura com os Estados Unidos, que não é de alinhamento mecânico; no entanto, pela presença e posição do Brasil, nenhuma política do governo de Washington para a região será adequada se não nos der atenção.

As relações bilaterais são importantes; muito embora sem representar uma nova convergência ou identidade de interesses no plano global. São importantes porque mesmo diante de uma política brasileira independente, torna-se necessário, no âmbito regional, um entrosamento mais efetivo com os Estados Unidos. Uma lacuna existente no relacionamento bilateral não é vantajosa para nenhum dos dois.

Os Estados Unidos devem tomar consciência de que ante o enfraquecimento de suas alianças,

tanto norte-sul quanto leste-oeste, ocupam, no âmbito das Relações Internacionais *um posicionamento geoestratégico debilitado*. Com a visita de Ronald Reagan (1982) acreditamos que *o Brasil não deverá mais ser visto como mero representante dos Estados Unidos*. Diante da problemática mundial deve ser atraído como *um país amigo e bem orientado para uma aliança que o coloque como peça importante numa região de contenção do Atlântico*, ante uma área conflitual caribenha com a presença de Cuba, e uma zona vulnerável que envolve as vias marítimas da costa da África Ocidental até o Índico.

O Atlântico Sul é ponto de grande importância geoestratégica para as forças navais dos Estados Unidos, em trânsito para a região petrolífera do Golfo Pérsico, na rota do Cabo. Não resta, pois, dúvida de que o triângulo geoestratégico formado por Ascensão—Santa Helena—Tristão da Cunha se constitui na presença física da OTAN no Atlântico Sul. E quem dominar a ameaçada rota do Cabo colocará as mãos na garganta do Ocidente.

No dia 8 de dezembro de 1982 os Estados Unidos criavam um Comando Central com base na Flórida, composto por uma Força de Intervenção Rápida, em condições de se deslocar imediatamente, em caso de necessidade. Trata-se de uma nova estrutura operacional de ação militar em defesa de seus interesses no eixo leste-oeste, abrangendo o Oriente Médio, parte da África, o Golfo Pérsico e o Oceano Índico, incluindo no total 19 paí-

ses.* Sintomaticamente, incluindo países ocupados ou aliados da Rússia (Afganistão, Etiópia e Iemen do Sul) e até inimigos declarados como o Iran, que formam o "Cinturão de Segurança", a despeito dos "desvios", visto que a área, em seu conjunto pertence à esfera de interesses dos Estados Unidos.

Em contrapartida, *no âmbito regional de área contígua no Atlântico Sul, sem a existência formal de um "Cinturão de Segurança"*, na hipótese de um conflito terá que ser incluída nos planos do Ocidente *uma ação compartilhada que inclua o Brasil*.

Atualmente é tônica a realização de guerras convencionais rápidas e limitadas, contrastando com a hipótese apocalíptica da guerra nuclear que destruirá tudo em poucas horas. Mas, se no entre-meu, se iniciar uma guerra nuclear, por preservação natural, deverá ser continuada por longos conflitos globais e convencionais; e, neste caso mais viável, só hão de prevalecer as ações conjuntas.

Potência regional, o Brasil é um país bem posicionado no Atlântico Sul; e o Atlântico Sul não é mais aquele mar quase que estagnado, dominado pelas esquadras da Inglaterra e Estados Unidos. Hoje o mar que nos banha se en-

* Afganistão, Paquistão, Iran, Iraque, Kuwait, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Catar, Arábia Saudita, Oman, Iemen do Norte, Iemen do Sul, Somália, Sudão, Quênia, Etiópia, Djibuti, Jordânia e Egito. A Síria, Israel e o Líbano foram excluídos por se encontrarem sob responsabilidade do Quartel General do Comando Europeu situado na Alemanha Ocidental.

contra dentro da política de fechamento da Rússia.

Na América Latina as "geoestratégias capitalistas" estão orientadas para fora — o Brasil é, por exemplo, nação altamente dependente do mar para suas importações e exportações; no entanto, as "geoestratégias alternativas" do líder desse mundo capitalista vêm dificultando, no Atlântico Sul, a proteção de seus próprios interesses.

Portanto, dentro das coordenadas em que vivemos, em se tratando da integração que nos leva à continentalidade de um eixo norte-sul... continentalidade que nos torna mais acessíveis aos nossos amigos, temos que precisar os parâmetros dentro da maritimidade de um eixo leste-oeste, pois é no mar que vamos ficando cada vez mais vulneráveis aos nossos inimigos.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".



O CONFLITO DAS MALVINAS E SEUS ENSINAMENTOS

Nilson Vieira Ferreira de Mello

A recente campanha das Falklands ou Malvinas foi pródiga em ensinamentos, mormente para os países sul-americanos. Nela, forças numericamente inferiores e extremamente distantes de suas bases de apoio, enfrentando condições climáticas e meteorológicas adversas, foram capazes de realizar delicadas operações de desembarque, de marcha para o combate e de ataque e, com elas, obter rápida e completa vitória.

A que se deve, afinal, este êxito? Certamente a um conjunto de circunstâncias, entre as quais sobrepõe a superioridade tecnológica dos britânicos sobre os argentinos. Esta superioridade fez-se particularmente notável na disponibilidade inglesa de aeronaves mais avançadas (tais como os aviões de decolagem vertical), de melhores

sensores de detecção submarina e — talvez o mais importante de todos — na capacidade de suas tropas de “enxergar no escuro”. Como se sabe, quase todos os ataques ingleses foram montados à noite e desencadeados “antes” do nascer do sol. E isto pode ser feito porque seus fuzileiros, em terra, e as tripulações dos seus helicópteros, no ar, dispunham de equipamentos adequados de visão noturna. Isto os capacitava a ver o que os seus adversários não viam, sem denunciar suas posições e intenções.

É fácil imaginar a situação de inferioridade do combatente argentino, alvejado sem poder responder eficazmente ao fogo que o hostilizava. Criava-se, assim, no seu espírito, uma sensação psicológica próxima do pânico que, sem dúvida, há de ter contribuído para a

rendição em massa das forças platinas.

Este recente episódio de "guerra moderna", envolvendo um país continental e uma potência europeia altamente industrializada, certamente está a merecer estudo e análise de quantos se interessam pelos problemas de segurança. Afinal, a América do Sul e o oceano que a banha, que antes se supunham insensíveis a este tipo de conflito, estão agora tão vulneráveis como qualquer outra parte "quente" do mundo. Aliás, a importância estratégica da área de há muito que se faz sentir. Pelo Atlântico Sul passa o mais denso feixe da navegação internacional constituído, sobretudo, pelos superpetroleiros que transportam o óleo cru da Península Arábica para a Europa e a América do Norte, de vez que o canal de Suez não opera com navios desse porte. Acrescente-se a essa impossibilidade operacional a inconveniência de se utilizar o canal, ainda que por embarcações menores, devido à instabilidade política do Oriente Médio, e tem-se a medida da crescente utilização da rota de contorno do continente africano. Ademais, o acesso à Antártida tem-se mostrado mais fácil pelos extremos sul da América e da África. É por isto que, superpotência mundial, embora totalmente situada no hemisfério norte — a União Soviética vem estabelecendo pontos de apoio na Tanzânia, em Moçambique e em Angola e bases no próprio Continente Antártico, capazes de assegurar para si o controle daquele acesso privilegiado.

Esses fatos todos indicam a conveniência, senão a necessidade urgente, de modernização das Forças Armadas sul-americanas. Registre-se que alguns Estados desta parte do mundo, como o Peru, a Venezuela e a própria Argentina, desde há algum tempo vêm adquirindo, nos produtores tradicionais de material bélico, equipamento moderno para as suas Forças Armadas. A Argentina — se não tinha equipamento de visão noturna no conflito das Falklands/Malvinas, o que lhe foi fatal, por outro lado dispunha de aviões modernos, como os *Super Étandard*, e de mísseis avançados, como o *Exocet*.

O Brasil, cuja opinião pública foi sensibilizada pelas notícias, comentários e entrevistas, veiculados pelos órgãos de comunicação social e abordando o recente conflito entre o Reino Unido e a República Sul-Americana, certamente não se deixará surpreender, tirando do episódio todas as suas consequências e ensinamentos.

As Forças Armadas brasileiras, a despeito das limitações conjunturais de ordem econômica e financeira, estão revendo seus programas de reequipamento, dando ênfase à nacionalização dos materiais e à transferência de tecnologia. Trata-se, evidentemente, de tarefa prioritária, pois a nação que não for capaz de prover sua própria segurança, não merece figurar entre os países soberanos do globo.

Todavia, a justa importância atribuída à nacionalização não deve atingir o extremo de nos impedir de acompanhar a evolução tecnológica, privando-nos de adqui-

rir determinados equipamentos que não temos condições de produzir, desde já. Há que se dosar, inteligentemente, o máximo de nacionalização com o mínimo de acompanhamento tecnológico, parodiando lema governamental de largo uso no País.

Este, talvez, seja o caso dos equipamentos de visão noturna. A nossa situação, quanto a este item, é semelhante à da Argentina "ante bello". Entretanto, nós temos capacidade de, a curto prazo, produzir esse equipamento no Brasil. Consta, mesmo, que firma brasileira estaria desenvolvendo projeto de aparelho de visão noturna, para uso das guarnições de viaturas de combate, com visitas à exportação dessas viaturas. Há, porém, que desenvolver igualmente equipamento adaptável às armas individuais, para uso do soldado brasileiro.

No que tange a este último, há um modelo produzido pela Litton, de Tempe, Arizona (EUA), que poderia ser nacionalizado pela sua representante no Brasil. Trata-se do modelo M-845, equipamento de visão noturna compacto, leve e alimentado a bateria, destinado a permitir a pontaria e o tiro às curtas e médias distâncias, que são aquelas em que, segundo as estatísticas, realizam-se os tiros de combate, em sua esmagadora maioria.

O M-845 aumenta o tamanho aparente do alvo de 1,3 vezes e amplia a luminosidade do ambiente, oriunda do luar ou das estrelas, de 600 vezes e pode ser montado em, praticamente, todos os tipos de armas de combate aproximado, inclusive o nosso FAL. Pesando

apenas 0.91 kg com a bateria, e medindo 27,7 x 7,36 x 6,60 cm, é extremamente portátil, podendo ser usado, também, fora da arma como aparelho de observação e vigilância noturna.

Seu campo de visada é de 12,2 graus e a pontaria é facilitada pela existência de um pequeno ponto vermelho, facilmente ajustável em azimute e direção, que ajuda a colocar a linha de mira sobre o alvo. Completamente passivo do ponto de vista eletrônico, o M. 845 não emite qualquer luz ou som, não denunciando, portanto, sua utilização. A ocular é protegida por um dispositivo que permite a execução da pontaria mesmo com o atirador usando óculos. A bateria que o equipa é de 2,7V com uma vida útil de 40 h de funcionamento. Porém, o mais importante é que esta bateria é do tipo comercialmente encontrado em todo o mundo. Enfim, é um equipamento rústico, desenhado e testado para fins militares, e que permite uma rápida descoberta do alvo e uma acurada pontaria, mesmo em se tratando de atiradores de baixo índice de rendimento.

Quando exercia o cargo de Chefe do Escalão Territorial do Comando da 1ª RM, tive oportunidade de, através de um cadastramento de empresas com vistas à mobilização industrial, tomar conhecimento da existência de firma brasileira capacitada a desenvolver esse tipo de equipamento, e que representa, no nosso País, a acima mencionada Litton americana. Situada no Rio de Janeiro, essa em-

presa investiu, sobretudo, na formação de uma competente equipe de engenheiros e técnicos, muitos dos quais possuem cursos de formação e de pós-graduação realizados nos EUA.

Talvez seja oportuno convocar esse potencial humano valioso para participar da modernização do nosso Exército, desenvolvendo materiais de avançada tecnologia. Recorde-se que a superioridade tecnológica nas Falklands/Malvinas garantiu aos ingleses, não apenas rápida vitória, mas também acentuada preservação dos seus efetivos. Enquanto os argentinos

tiveram 1.000 mortos na campanha, os britânicos registraram apenas 250, ou seja 1/4 dos verificados entre os sul-americanos (dados publicados pela revista *Spectrum*, nº Out/Nov/82).

Assim, a rendição das forças da República Argentina deixou, além do trauma nacional inerente a toda a derrota, mais o saldo dramático da perda irreparável de um número avultado de seus jovens filhos, mortos — quem sabe? — por não disporem de equipamentos de visão noturna que os colocasse em pé de igualdade com seus adversários.



O Cel Cav R/1 Nilson Vieira Ferreira de Mello, natural do Rio de Janeiro, tem os seguintes cursos militares: Formação de Oficial pela Escola Militar de Resende (atual Academia Militar das Agulhas Negras), Curso de Guerra Química, pela Escola de Instrução Especializada, Curso Técnico de Motomecanização, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Curso de Comando e Estado-Maior. É Bacharel em Ciências Administrativas e tem curso de pós-graduação em Jornalismo pela Academia Brasileira de Letras. Até recentemente exerceu a função de Subchefe do Estado-Maior do Comando do IV Exército.



OS ROBÔS NO JOGO ECONÔMICO E SOCIAL

João Metello de Mattos

Com esse título o Serviço de Documentação do Governo Francês¹ acaba de divulgar um estudo sobre as consequências econômicas e sociais da utilização dos robôs na vida quotidiana. O estudo de responsabilidade de Joël le Quément está dividido em quatro partes:

- na primeira, são descritos os robôs e as mutações rápidas que se verificam no campo da robótica;
- na segunda, faz-se um estudo das estratégias de robotização;
- na terceira, são feitas comparações entre os países que mais fortemente utilizam robôs e detêm tecnologia para sua fabricação e desenvolvimento; e

— na quarta e última parte, é colocado o problema do emprego e da estruturação do trabalho.

No início da publicação o autor faz uma apresentação dos robôs.

APRESENTAÇÃO DOS ROBÔS

O termo robô vem do tcheco "Robota" que significa "trabalho forçado". Este termo designa o trabalhador artificial. A primeira *máquina automática* (MA) do tipo robô industrial, o robo "Unimate" foi criado pela empresa "Unimation Inc." nos Estados Unidos. Em novembro de 1967, em Tóquio, realiza-se o primeiro simpósio sobre robôs. O valor simbólico atribuído a esta nova MA a faz parecer mais e mais representativa da mutação tecnológica em curso.

¹ Joël le Quément, *Les Robots Enjeux Économiques et Sociaux*, La Documentation Française, Paris, 1981.

APRESENTAÇÃO DA INDÚSTRIA

A indústria da robótica é desde já uma atividade hierarquizada. Em primeiro plano estão as economias líderes, Estados Unidos e Japão, seguidas pelos países nórdicos, onde sobressai a Suécia. Em segundo plano estão países com uma boa atividade na área da robótica, tais como a França, a República Federal da Alemanha e a Itália.

Os países do Leste (tais como a Polônia e a Rússia) já perceberam a importância das atividades de pesquisa e produção de robôs. O desenvolvimento, a produção e a utilização de robôs são objetivo de planificação no mundo comunista desde 1976. No Japão a atividade robótica apresenta características bem diferentes, por uma razão essencial: o desenvolvimento dos robôs é um objetivo prioritário da estratégia industrial nacional inteiramente orientada para o crescimento sistemático da produtividade.

Consequência para a organização produtiva

O futuro. Que reservará ele aos que não souberem "tomar o trem em marcha?"

O que se pode dizer?

Que a economia desses países caminhará para uma situação de maior pobreza, porque ela perderá a concorrência para os outros que tenham organizado sua produção repetitiva com controle automático. O uso dos robôs caminha, se-

gundo duas grandes linhas que fazem aumentar a produtividade:

- do trabalho, propriamente, e
- da flexibilidade de funcionamento.

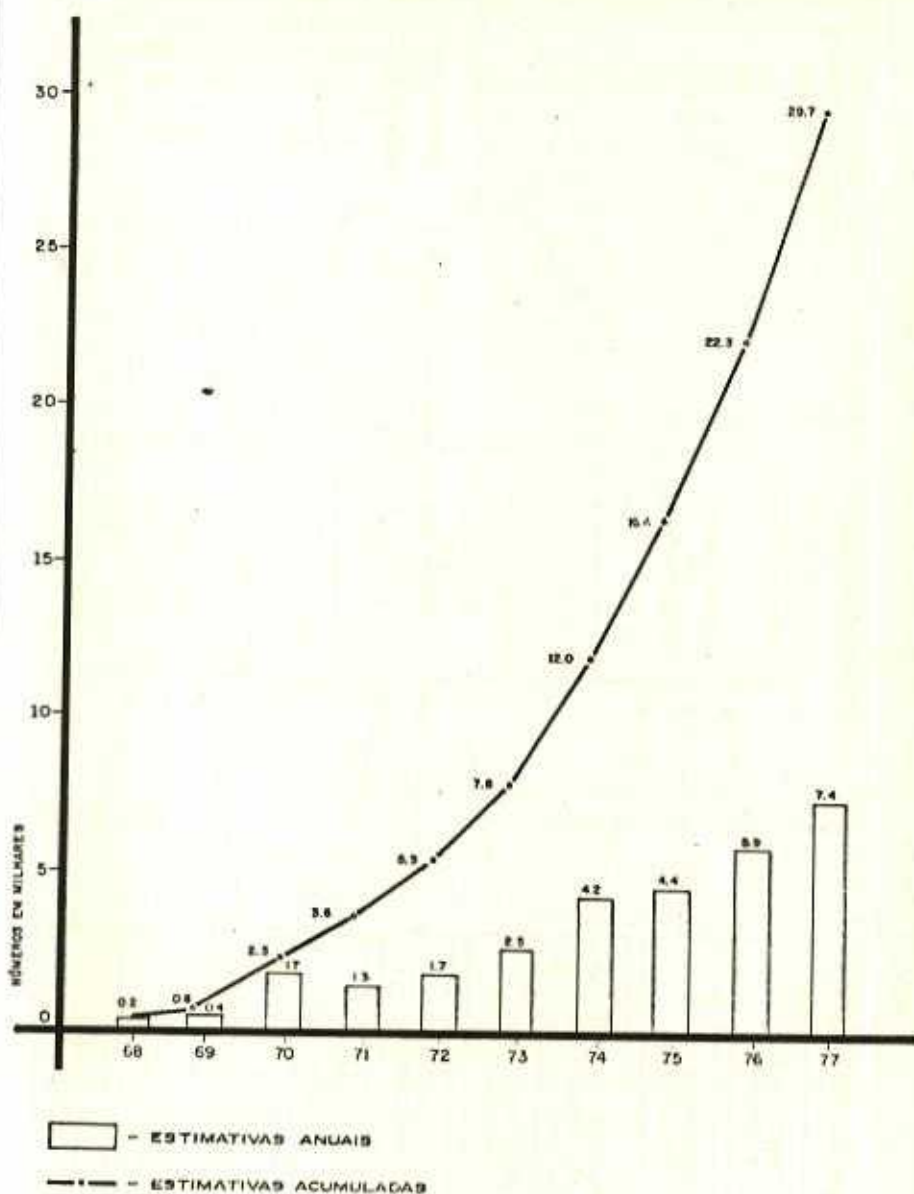
A segunda linha de ação permite uma ligação mais íntima entre o mercado e a produção. Dessa forma, podemos responder mais rápido às variações do mercado. Tudo deixa supor que ganhos de rentabilidade seguir-se-ão aos ganhos de produtividade.

Ainda há pouco tempo, numerosos estudos mostraram que as indústrias ocidentais de produtos manufaturados têm procurado transferir uma parte considerável de suas atividades de montagem e de montagem para os países do terceiro mundo.

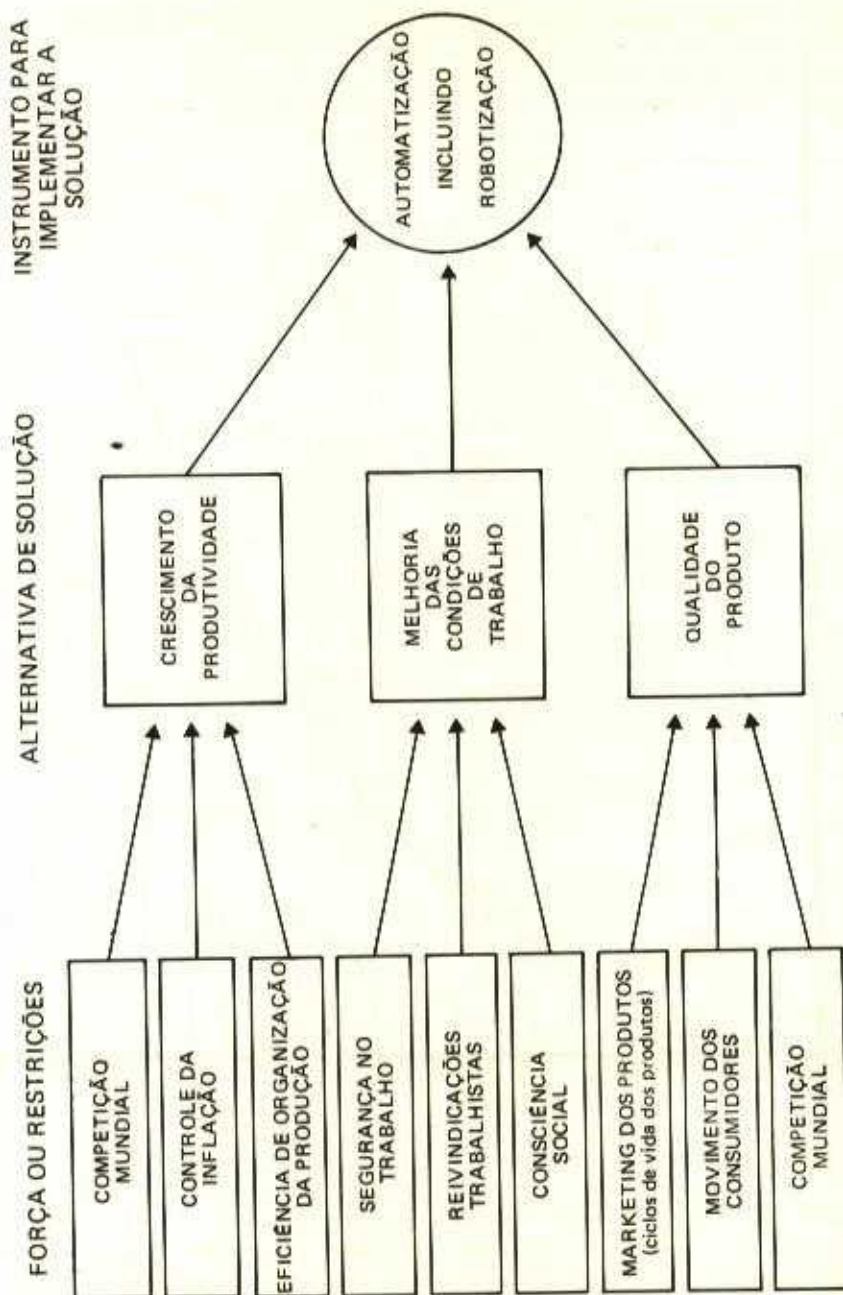
Com os robôs pode-se esperar o retorno das operações de montagem para os países ricos. A termo, uma tal evolução pode conduzir à recuperação da pressão concorrencial das economias desenvolvidas sobre as economias em vias de desenvolvimento, do terceiro mundo.

NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO

Este novo tipo de deslocamento (das atividades de montagem e montagem para os países centrais), é acompanhado de formas múltiplas de dominação sobre as economias em desenvolvimento. A principal é representada pela dependência tecnológica e a perda do controle da pesquisa/desenvolvimento, que produz como consequência a reserva do mercado atual ou futuro para os países líderes do ocidente.



A ROBOTIZAÇÃO COMO RESPOSTA DE PRESSÕES AMBIENTAIS



Fonte: Factory Automation - Flash "US", Quantum Science, S.E.M.A., 1972, Pg. 8.

Existe, para os países do terceiro mundo, um recurso possível para se apropriar da tecnologia e sair do ciclo vicioso da dependência tecnológica, econômica e social? Joël le Quément pensa que sim e explica.

CONCLUSÃO

Provocando um duplo movimento de desqualificação e de criação de empregos, a robotização faz desmoronar a estrutura tradicional do trabalho repetitivo e instaura uma estrutura de trabalho e de produção inteiramente nova. Em definitivo, a organização do desenvolvimento robotizado dos processos repetitivos necessita de controle nacional, isto porque:

- é necessário neutralizar os efeitos de rejeição de trabalhadores não qualificados com um esforço contínuo de ampliação de

empregos em áreas mais qualificadas existentes ou a criar.

Isto quer dizer que é necessário, para os países em desenvolvimento, criar empregos em áreas mais qualificadas; como por exemplo: em projeto e programação de computadores e robôs; em controle de qualidade industrial; em técnicas de comércio exterior; em pesquisa científica; em pedagogia computarizada; em organização de escritórios automatizados; e, simultaneamente, qualificar recursos humanos para o exercício dessas novas funções.

Como última mensagem Joël le Quément alerta: "sem dúvida é necessário reagir contra a monopolização do poder tecnológico por um pequeno número de países e de empresas multinacionais: somente essa condição poderá cessar o medo da robotização".



O Capitão-de-Corveta (IM) RNR João Metello de Mattos é Ex-Assessor Técnico da Secretaria Especial de Informática do Conselho de Segurança Nacional. Professor da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda. Técnico de Tributação por concurso público, Bacharel em Ciências Contábeis e Licenciado em Estatística, foi professor em comissão da Escola Naval e conferencista do Centro de Estudos do Pessoal do Exército. Coordenou em 1979 o III Seminário Latino-Americano de Comunicação de Dados.



A CRISE MUNDIAL DE ENERGIA E SEU IMPACTO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Sergio Nogueira Furtado de Mendonça

INTRODUÇÃO

Os Estados falam e comerciam, promovem Congressos ou lutam nos campos de batalha, invejam-se, odeiam-se ou simpatizam uns com os outros, atraem-se ou se evitam, destruindo-se entre si como entes vivos de uma comunidade.

Rudolf Kjellen

Não existe qualquer tipo de atividade, de produção, de transporte ou de consumo de algum bem ou serviço que não implique, que não exija a menor quantidade que seja, um mínimo sequer de energia, sob qualquer forma.

Desde o início do mundo que o homem vem descobrindo que mais consegue realizar quando usa menos de sua própria energia e mais da energia de outras espécies.

Assim, o homem das cavernas era obrigado a servir-se exclusivamente de seus próprios músculos. Mais tarde passou a utilizar a força muscular dos animais e com o passar do tempo evoluiu para o aproveitamento da energia das águas correntes e do vento. A madeira fornecia a energia térmica.

A essas fontes de energia se reuniam, no século XVIII, o carvão

mineral, no século XIX, o petróleo, o gás natural e a hidroeletricidade e na segunda metade do século XX, a energia nuclear, sem falarmos na utilização das marés, da energia solar etc. que ainda se encontram em estágio experimental.

Durante décadas supercompanhias petrolíferas, de âmbito particular, dominaram o mercado do chamado "ouro negro", ostentando uma capacidade acima das possibilidades de qualquer governo. Suas frotas marítimas operavam petroleiros de tonelage superior a qualquer Marinha. Possuíam e administravam verdadeiras cidades no deserto, sendo praticamente auto-suficientes e desprezando a lei da oferta e da procura.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo — OPEP, criada em 1960, veio a estabelecer

oposição específica a essas grandes companhias.

Observamos então que as perspectivas de escassez do petróleo fariam crescer o poder da OPEP ao mesmo tempo que provocavam a diminuição da importação das companhias exploradoras de petróleo.

Tal acontecimento gerou uma série de conflitos provocando grave crise energética, de amplitude mundial, constituindo-se o presente Ensaio numa análise das origens e desenvolvimento dessa crise e as tentativas de cooperação internacional para resolvê-la.

Para abordagem do assunto, dividimos o trabalho na indicação das causas dessa incômoda situação, na análise do panorama mundial, detalhando o aspecto brasileiro, e na apresentação de nossas conclusões.

1 — CRISE DE ENERGIA — ANTECEDENTES E CAUSAS

Na Segunda Guerra o petróleo foi um dos fatores de maior influência no desfecho de todas as batalhas — terrestres, aéreas e navais — travadas nos extensos teatros de operação.

Ainda assim o carvão era a principal fonte de energia na Europa, no entanto, já na década de 50, o aceleramento industrial fez crescer a fome de energia no mundo inteiro e a indústria carbonífera, sem condições de competir com o petróleo, obtido a baixíssimos custos, começou a definhando dando lugar ao ouro negro, que logo firmou-se como uma das principais forças

propulsoras do progresso, em todas as regiões, tornando os países desenvolvidos cada vez mais dependentes da sua utilização.

O petróleo, muito barato, continuou a ser largamente consumido, posto que sua produção acompanhou o ritmo da demanda, chegando mesmo a haver superprodução em 1959.

A facilidade era tanta que mesmo quando seu preço caía as pessoas achavam-no elevado. Assim as grandes multinacionais petrolíferas viam-se instadas a baixar o preço do petróleo, contudo, por não desejarem ver seus lucros diminuídos, decidiram que era necessário reduzir o preço de referência, pago aos governos produtores, com quem mantinham âsperas e acirradas discussões a respeito.

Desta forma a EXXON decidiu, em 08/08/60, reduzir o preço de referência do Oriente Médio em US\$ 0.10 por barril, sendo este procedimento seguido pelas demais empresas, desafiando assim os donos do precioso produto.

Tal redução de preços gerou a necessidade da união entre os reinos conservadores da Arábia Saudita e os antimonarquistas do Iraque e entre os árabes e dois Estados fora do mundo árabe, o Irã e a Venezuela, nações estas que em 10/09/60, na cidade de Bagdá, fundaram a OPEP, cuja primeira resolução, identificando claramente como seus inimigos as multinacionais petrolíferas, foi: "Os membros não podem mais continuar indiferentes a atitude adotada pelas companhias, de petróleo ao efetuar modificações nos preços, os membros

exigirão que as companhias mantenham seus preços firmes e livres de flutuações desnecessárias; os membros se dedicarão, com todos os meios a seu alcance a restabelecer os preços atuais nos níveis anteriores a sua redução..."

O preâmbulo da resolução evidenciava os pontos básicos comuns às posições dos exportadores de petróleo, dependentes da renda com a negociação desse produto para financiar seu desenvolvimento e equilibrar o orçamento. Além do mais, sendo o petróleo um bem perecível, as flutuações de preços perturbavam não só suas economias, como também as dos consumidores.

Ainda na década de 60, a Líbia, iniciando-se na exploração petrolífera, outorgou concessões a empresas independentes e desvinculadas das poderosas multinacionais.

A Occidental Petroleum, por exemplo, alcançou um êxito extraordinário e imediato nas operações petrolíferas na Líbia, mediante concessão obtida a troco de construir naquele país uma indústria de fertilizantes, utilizar 5% dos benefícios no desenvolvimento agrícola e fazer explorações para procurar água.

Em setembro de 1969, quando a produção Líbia era inclusive superior à da Arábia Saudita, um golpe de estado, comandado pelo Cel Muaner Kaddafi, destronou o Rei Idris. O novo regime, em janeiro de 1970, desencadeou uma campanha contra as companhias petrolíferas, exigindo um incremento sem precedentes na receita fiscal derivada da exploração do petró-

leo, sob o pretexto de que as companhias norte-americanas teriam de pagar pela política a favor de Israel, e, para fortalecer sua posição, ordenou uma série de cortes na produção petrolífera.

Uma avaria no oleoduto Transarábico, que ligava o Golfo Pérsico ao Mediterrâneo e a recusa síria em permitir o reparo, fez com que o frete do petróleo líbio experimentasse uma alta acelerada e sem precedentes, uma vez que o transporte passou a utilizar a longa rota do Cabo da Boa Esperança, já que o Canal de Suez encontrava-se fechado à navegação desde 1967. Em consequência o custo do petróleo da Líbia, como também da Arábia Saudita, do Irã, do Iraque e do Kwait, que não queriam negociar em inferioridade, elevou-se.

O acordo Occidental-Líbia, então inevitável, apresentou o aumento mais radical dos últimos 20 anos e concedeu ao governo de Kaddafi uma forte posição negociadora perante as outras empresas.

Na XXI Conferência da OPEP fixou-se em 55% a taxa do imposto de renda aplicável às empresas petrolíferas em todos os países-membros e resolveu-se adotar várias medidas para reajustar os preços cotados.

As companhias, para enfrentar o poder combinado dos países-membros da OPEP, propuseram a formação de uma frente de negociações conjunta, tendo organizado também o Grupo de Política de Londres, com a principal função de estabelecer os termos para as negociações de Teerã e Trípoli, e o Grupo de Política de New York,

destinado a comentar e revisar as decisões de Londres, bem como fornecer informações e *know how* ao grupo londrino.

Semelhante estratégia, todavia, não alcançou o efeito desejado e a OPEP tomou o controle da situação, e as negociações que se seguiram à retirada dos representantes das empresas, perante as crescentes exigências da OPEP, constituem-se numa constante.

Dos Acordos de Teerã e de Trípoli, ambos em 71, de Genebra I e Genebra II, respectivamente em 72 e 73, devido à desvalorização do dólar, e de Acordo Geral de Participação 1972/73, assinado por cinco países do Golfo Pérsico e adotado por quatro deles, que foi essencialmente uma forma de racionalização das companhias petrolíferas, nada de proveitoso obtiveram os importadores de petróleo, até pelo contrário, pois o preço do precioso líquido elevou-se ainda mais.

Em outubro de 1973, tropas egípcias atravessaram o Canal de Suez e atacaram as forças de Israel, instaladas no Deserto de Sinai desde a "Guerra dos Seis Dias", em junho de 67. Logo em seguida, os países produtores de petróleo decidiram reduzir os níveis de produção e suspender todas as exportações de óleo com os produtos derivados aos EUA e Holanda, em represália ao apoio que esses países vinham prestando a Israel.

Ficara bem claro que a era da negociação dos preços havia chegado ao fim. No ano seguinte o embargo foi suspenso, mas o preço do petróleo praticamente quadri-

plicou afetando profundamente o processo de economia internacional, criando uma era de profundas e inquietantes alterações e discrepâncias para as nações não possuidoras de petróleo.

Configurou-se claramente a crise mundial energética que estende seus reflexos até os dias atuais.

2 - PANORAMA MUNDIAL

A crise, embora já se insinuasse há algum tempo, tomou a todos de surpresa, inclusive os próprios países-membros da OPEP.

A década de 70 caracterizou-se por profundas transformações, ocorrendo uma verdadeira revolução na maneira de encarar a política. As questões econômicas, vinculadas à política internacional tornavam-se mais centralizadas pelas áreas decisórias, o que afetou notavelmente o Oriente Médio, que representava fonte básica de matérias-primas, e obteve a oportunidade de funcionar mais independentemente no sistema internacional.

Sem o embargo, certamente o preço do petróleo subiria, mas de forma mais suave, o que permitiria um ajustamento gradual a esse aumento, no entanto, o embargo confundiu-se com a questão da alta do preço, tornando a confrontação com a OPEP mais emocional e amarga.

Todos os importadores de petróleo tiveram que pagar um preço pelo aumento imposto pela OPEP, os países industrializados mais rapidamente, sujeitando-se a aceitar uma recessão, e os em desenvolvi-

mento num prazo maior admitindo o crescimento da dívida externa.

Por outro lado os países-membros da OPEP, que detêm população e território com possibilidades de implementar uma política de desenvolvimento, passaram a aplicar seus recursos nessa meta, já a Arábia Saudita e Kuwait, ou por não terem como investir no próprio país, ou por não disporem de recursos extraordinariamente elevados, procuram aplicar também no exterior. *

É bem verdade que ainda se tem um notável potencial de petróleo, contudo, parte significativa dessa maior riqueza mundial, concentra-se nas mãos de umas poucas nações, tornando assim grande o número de países dependentes de seu subsolo. Tal dependência, sob o ponto de vista de segurança nacional, constitui-se num fator negativo, pois quanto maior for esse condicionamento, maior será a vulnerabilidade dos não possuidores de petróleo.

Assim, em 1974, por feliz idéia do Dr. Carol L. Wilson, do Massachusetts Institute of Technology, um grupo de especialistas em petróleo, de quinze países não comunistas, reuniu-se para estudar as perspectivas energéticas para o período de 1985 a 2000, chegando-se as seguintes conclusões: "... é possível que a produção mundial de petróleo se nivele talvez já em 1985 e que outros combustíveis alternativos devam satisfazer à crescente demanda de energia. Grandes investimentos e longos períodos de estudos são necessários para

produzir estes combustíveis em uma escala que seja suficientemente grande para preencher a esperada carência de petróleo, o combustível que agora fornece a maioria da energia do mundo. A tarefa do mundo será a de manejar uma transição de dependência de outros combustíveis fósseis, energia nuclear e, mais tarde, sistema de energia renovável".

Em 1975, realizou-se uma Reunião de Soberanos e Chefes de Estado dos países-membros da OPEP, com o propósito de ratificar o novo poder político-econômico dessa organização e reafirmar sua disposição para diálogo e cooperação internacional, resultando na "Declaração Soberana", que basicamente diz: "Os Soberanos e Chefes de Estado destacam que a causa principal da atual crise econômica mundial originou-se, principalmente nas profundas desigualdades no progresso econômico-social, características de subdesenvolvimento, que foram geradas e agravadas especialmente pela exploração estrangeira, agravando-se com o passar dos anos devido a uma inadequada cooperação internacional para o desenvolvimento. Esta situação ocasionou a drenagem dos recursos naturais dos países em desenvolvimento, impediu a transferência efetiva de recursos de capital e tecnologia e, desta maneira, provocou um desequilíbrio nas relações econômicas".

Em função dessa Reunião os países-membros da OPEP estabeleceram uma estreita cooperação e coordenação para manter o equilíbrio entre a produção e as necessi-

dades de petróleo no mercado mundial.

Assim, o problema, exposto por alguns em termos de confrontação e conflito, converte-se em problema de cooperação. Os interesses dos países-membros da OPEP e os dos países desenvolvidos reduzem-se à necessidade de colaboração entre os mundos desenvolvidos e em desenvolvimento.

Dentro desse espírito ocorreu, em abril de 75, a "Conferência de Paris", com a participação de componentes da OPEP, dos países não petrolíferos do Terceiro Mundo, do Japão, EUA e dos integrantes da Comunidade Econômica Europeia. Devido às diferenças conceituais entre os pontos de vistas dos países não produtores de petróleo, desenvolvidos e em desenvolvimento, esse encontro foi suspenso, mas mesmo assim marcou o primeiro passo para o diálogo e refletiu a força política-econômica da OPEP e sua vontade de utilizá-la não só em benefício dos seus membros, mas também para proveito do Terceiro Mundo.

Podemos também afirmar que a sobrevivência das potências capitalistas está na dependência do petróleo do Oriente Médio, da região do Caribe e dos transportes marítimos que levam esse produto aos países industrializados não comunistas.

O petróleo do Oriente Médio, por exemplo, é também vital para a URSS que poderá vir a importá-lo, a fim de suportar os objetivos do crescimento econômico do bloco soviético, assim podemos dizer que a tentativa de derrubar o regi-

me baathista do Iraque, a conquista do Afeganistão e o esforço da URSS em assegurar sua permanência nesta área estratégica são alguns acontecimentos que revelam uma ampla manobra geoestratégica com o propósito de assegurar o controle do petróleo do Golfo Pérsico.

Em junho de 80 os membros da OPEP, reunidos em Argel, decidiram lançar novo desafio aos consumidores, elevando o preço de referência para US\$ 32,00.

3 - SITUAÇÃO BRASILEIRA

A energia é um dos grandes temas em debate na vida brasileira, principalmente pela pressão que exerce sobre nossa economia, desenvolvimento e segurança nacional.

O Brasil — como de resto o mundo inteiro — foi surpreendido pela crise, mas, apesar de tudo, restamos o fato de, embora termos dependência do petróleo para nosso consumo interno, não chegamos a assentar nossa economia no baixo preço do petróleo com a mesma intensidade de outras nações mais industrializadas.

A sistematização da energia elétrica e a chegada do petróleo do Golfo Pérsico fizeram com que as preocupações com essa energia fossem tidas como obrigação do governo, daí a diplomacia brasileira haver girado, nos últimos anos, em grande parte, em termos de energia (Acordo Nuclear, Acordo de Itaipu, Contrato de Risco etc.).

Subsistindo no Brasil a grande disparidade entre a produção e o

consumo, que nos obriga a uma crescente despesa e inconveniente dependência, torna-se imperativa a adequação de nossa política de combustível às contingências do mercado mundial e às peculiaridades do quadro nacional.

Um de nossos maiores problemas parece ser o alto custo do combustível, decorrente da conjuntura internacional resultante do elevado preço do petróleo, que se constitui num dos principais itens inflacionários.

Recente estudo, realizado no Country Studies da União de Bancos Suíços, assinala que o balanço de pagamento do Brasil é dependente de fatores externos, como a elevação do preço do petróleo.

O governo vem procurando associar a política de uso e conservação de energia à Política Nacional de Transporte, incrementando a utilização de transportes de maior eficiência energética, no sentido de racionalizar e diminuir o consumo de derivados de petróleo.

A discussão das perspectivas de crescimento econômico, a médio e longo prazo, concentra-se mais recentemente, sobre os recursos não renováveis, especialmente minérios e combustíveis fósseis.

A nossa localização geográfica e a relativa disponibilidade de terras nos proporcionam ainda condições muito boas para tornar viável a substituição de energias não renováveis para as renováveis.

O carvão mineral — alternativa energética fundamental, não só para o Brasil, como para todo o mundo — vem tendo sua exploração coordenada para substituição

do óleo combustível nas indústrias nacionais com êxito muito promissor.

A PETROBRÁS vem aumentando substancialmente os investimentos exploratórios, de modo que, hoje, somos o segundo país do mundo em número de poços em perfuração, tendo já conseguido aumentar a produção. Nos últimos anos passou também a utilizar parte de sua capacidade de refino para processar o petróleo importado, exportando em seguida o excesso dos respectivos derivados, o que de certa forma contribui para melhorar nossas divisas.

O "New Proliferation Treaty", em seu Art. 4º, dá aos seus signatários segurança explícita para o uso pacífico de energia, o que permitiu ao Brasil ingressar na tecnologia nuclear, sustentado pelo *know how* alemão. São excelentes as perspectivas brasileiras quanto ao urânio, estando em fase de implantação a primeira mina de urânio (Poços de Caldas — MG) e em início de operação o 1º reator de potência (Angra I) da Central Nuclear Alvaro Alberto.

Com relação à energia hidroelétrica houve um incremento muito grande, com várias usinas em funcionamento, e com a construção, ainda em andamento, de duas hidroelétricas — as maiores do mundo — Itaipu e Tucuruí.

O Brasil oferece também condições bastante favoráveis para o aproveitamento de energia solar, destacando-se a instalação do 1º Centro Internacional de Energia Solar e dois projetos de coopera-

ção internacional com a Alemanha e a França.

O carro-chefe, no entanto, é a obtenção do combustível partindo do álcool. A gasolina tem sido substituída com sucesso pelo álcool extraído da cana-de-açúcar havendo no momento grandes quantidades em estoque. A utilização da madeira para obtenção de álcool (etanol ou metanol), substituto eventual do óleo diesel, mantém-se ainda reticente. O PRÓ-ÁLCOOL teve seu ritmo ajustado às novas realidades, mas não terá seus rumos desviado.

O conflito Irã-Iraque teve reflexos diretos quanto ao fornecimento de petróleo ao Brasil, que em consequência adotou a política de ampliar e diversificar o número de seus fornecedores fazendo aquisições em dezenove diferentes países. Firmaram-se também negócios para importação de derivados (GLP e Óleo Diesel).

Decorrente de desdobramentos que poderão advir da crise, o Brasil admitiu a possibilidade da adoção de uma Economia de Guerra, sujeita a um conjunto de medidas reguladoras e controladoras, principalmente, sob a forma de limitações e reduções de consumo, de preços e aumento da produção.

4 — CONCLUSÕES

a — Genéricas

A crise energética salientou a importância da dimensão econômica nos problemas mundiais, que hoje não nos é mais permitido nas

relações internacionais, dissociar a esfera política da econômica.

A política da alta de preço do petróleo e a dependência do sub-solo estrangeiro estão conscientizando a todos os países de que o petróleo é um recurso nobre e rapidamente esgotável, bem como a procurar soluções alternativas para a obtenção de energia, repensando e ordenando prioridades.

As reduções de referência do petróleo (Fev. 55 — Ago 60) impostas pelas grandes multinacionais, sem consulta alguma aos países produtores, motivaram a criação da OPEP.

A escassez de matéria-prima, especialmente energia, tem provocado mudanças na distribuição do poder político, em benefício dos países que detêm o seu controle, assim os mais dependentes de energia estão particularmente vulneráveis e inseguros, e neles a questão da ameaça à segurança nacional se torna cada vez mais econômica do que militar.

É necessário combater o gasto sem proveito, o esbanjamento, e emprego incorreto, a forma inadequada de aquisição ou de uso, excesso de restos, a ausência de nacionalidade, a burocracia emperrada é desnecessária, o exagero no emprego e aplicação do tempo, pessoal e meios de toda a natureza.

Hoje, a maioria dos países desenvolvidos — especialmente EUA, Alemanha Ocidental, França e Japão — já superou a fase recessiva e retomou o processo de desenvolvimento, embora a taxas inferiores às que antecederam a crise, o que permite maior importação e, por-

tanto, a absorção das exportações dos países em desenvolvimento, contribuiu para que eles também superem a crise.

Se a URSS controlar as áreas estratégicas do Golfo Pérsico e Caribe, e interceptar as rotas marítimas petrolíferas, os EUA, Japão, Europa Ocidental e outros países industrializados não comunistas poderão ficar asfixiados economicamente.

Energia solar apresenta vários aspectos positivos, mas sua utilização em larga escala depende de uma aprimorada tecnologia, que necessitará grandes investimentos e considerável tempo.

b — Especificamente para o Brasil:

A política energética em vigor deverá ser revista, a fim de se obter não apenas a redução do consumo de combustível derivado de petróleo, mas também, a diminuição de seus preços.

Mesmo sem dispormos de quantidades significativas de petróleo, fomos capazes de construir uma infra-estrutura econômica e bastante diversificada, o que criou um processo de diferenciação bem sensível em relação aos padrões dos países em desenvolvimento.

Infelizmente, ainda dependemos de forma substancial do subsolo estrangeiro, o que onera o nosso balanço de pagamento, além de constituir-se em problemas que envolvem a própria segurança nacional.

Temos perspectivas de superar, ou pelo menos atenuar significa-

tivamente nossa crise energética, o que implicará numa substancial melhoria do nosso balanço de pagamentos, pois o petróleo é o principal item da pauta de importação brasileira.

Garantimos uma posição tranqüila em relação ao suprimento interno até que se chegue ao fim do conflito Irã-Iraque, ou pelo menos até que sua evolução permita identificar a necessidade de novos contratos de suprimento, ao adotarmos a política de ampliar e diversificar nossas aquisições.

O relacionamento direto PETROBRÁS e empresa estatais dos países produtores foi motivo para que o Brasil jamais necessitasse recorrer ao mercado *spot*, nem sofresse interrupções de abastecimento.

Finalmente, fica a pergunta:

Como crescer sem aumentar a dependência energética?

BIBLIOGRAFIA

1. ARRUDA, José Jobson de A. *História Moderna e Contemporânea*. 8 ed. São Paulo, Editora Atica S.A. 1977.
2. AZAR, Edward E. O papel dos soviéticos e chineses no Oriente Médio. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 687 (1/2): 45-49, jan./fev. 1980.
3. BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215-A. *Guia para Elaboração de Teses e Monografias*. Rio de Janeiro, 1981.
4. ———. FI-219. *Guia para elaboração de referências bibliográficas*. Rio de Janeiro, 1981.
5. CAMPOS, Carlos Walter Marinho. Reflexões sobre pesquisa petrolífera no Brasil. *A Defesa Nacional*. Rio

- de Janeiro, 687 (1/2): 155-9, jan./fev. 1980.
6. CAMPOS, Roberto de Oliveira. Energia, Recursos e Problemas. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 692 (11/12): 135-41, nov./dez. 1980.
7. CASTRO, Therezinha de. Geopolítica do Poder Mundial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 689 (5/6): 115-26, mai./jun. 1980.
8. CORREA, Paulo Henrique da Rocha. O Brasil e os caminhos para o Oceano Pacífico. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 689 (5/6): 127-33, mai./jun. 1980.
9. COSTA, Rubens Vaz. A transição energética: tempo, capital e tecnologia. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 694 (3/4): 181-7, mar./abr. 1981.
10. ———. Modelos de Organização Econômica. Rio de Janeiro, s. ed. 1981. Conferência para oficiais-alunos do Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, em 30 set. 1981.
11. DÉFICIT brasileiro preocupa suíços. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1981, p. 21.
12. DELFIM NETO, Antonio. Manter o desenvolvimento e reduzir a dependência externa. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 692 (11/12): 21-33, nov./dez. 1980.
13. EMPRESÁRIO recomenda ao Governo que reative logo o setor automobilístico. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1981, p. 21.
14. FAISSOL, Speridião. O quadro físico brasileiro. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 689 (5/6): 85-99, mai./jun. 1980.
15. FENDT JR, Roberto. *Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos*. Rio de Janeiro, s. ed. 1981. Conferência para oficiais-alunos do Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, em 01 out. 1981.
16. FONSECA, Elmar. A CAEEB está cumprindo sua tarefa. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 689 (5/6): 185-7, mai./jun. 1980.
17. GOVERNO justifica ritmo menor. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1981, p. 15.
18. HAMMOND, Allen L. et alii. *O Futuro Energético do Mundo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
19. MARANHÃO, Aluizio & JORDÃO, Fernando Pacheco. A unificação de preços na pauta da OPEP. *Isto É*, São Paulo, 5 (243): 72-3, 19 ago. 1981.
20. NEVES, Tamoyo das. Aproveitamento da Energia Solar no Brasil. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 691 (9/10): 178-87, set./out. 1980.
21. PEIXOTO, João Baptista. Petróleo & Alcool. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 694 (3/4): 113-8, mar./abr. 1981.
22. PENNA, João Camilo. Política Industrial e Opções Energéticas. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 687 (1/2): 61-71, jan.
23. RAMOS, José Raimundo de Andrade. *Panorama do Setor Mineral Brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed. 1981. Conferência para os oficiais-alunos do Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, em 01 out. 1981.
24. REIS, Gustavo de Moraes Rego. O papel das elites no contexto da segurança e desenvolvimento — ação comunitária. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 687 (1/2): 31-43, jan./fev. 1980.
25. RIBEIRO, Econ Deniz Ferreira. O desenvolvimento com a agricultura. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 689 (5/6): 5-12, mai./jun. 1980.
26. RIDGEWAY, James. *The last play*. New York, E. P. Dutton & Co. Inc., 1973.

27. SARDENBERG, Ronaldo Mota. A política externa do Brasil num mundo em mudança. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 687 (1/2): 19-29, jan./fev. 1980.
28. SOUZA, Eliano Moreira. A ENGEFER e o sistema ferroviário brasileiro. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 694 (3/4): 5-26, mar./abr. 1981.
29. TOSTA, Octavio. Teorias Geopolíticas e Poder Mundial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 692 (11/12): 71-104, nov./dez. 1980.
30. UZCANGA, Pedro José Martínez. *A crise energética mundial e sua influência nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, EGN, 1977. Monografia apresentada no Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval.
31. VISCONTI NETO, Eliseu D'Angelo. Mineração-Instrumento de equilíbrio sócio-econômico. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 692 (11/12): 181-2, nov./dez. 1980.



O Capitão-de-Corveta Sergio Nogueira de Mendonça pertence ao Corpo de Intendentes da Marinha e possui os cursos da Escola Naval, de Aperfeiçoamento de Intendência, de Técnica de Ensino para Oficiais (Expedido), Básico e de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval. Prestou serviços nos Comandos dos 1º e 5º Distritos Navais, Comando Naval de Natal, Grupamento Naval do Nordeste, Base Almirante Ary Parreiras, Centro de Armamento da Marinha e Navio-Transporte "Ary Parreiras". Atualmente serve na Diretoria de Administração da Marinha onde exerce as funções de Encarregado das Divisões do Plano Básico de Administração e de Programação Financeira.



OS PRIMEIROS PASSOS DOS BLINDADOS NO BRASIL

Agnaldo Del Nero Augusto

"A Ciência, em todos os seus ramos, teve como terá na guerra do futuro, um papel preponderante. Ao motor caberá a primazia na terra e no espaço."

Cap José Pessoa — 1921

Nosso Exército no Começo do Século

Depois da administração do Ministro Medeiros Mallet, quando foram equacionados aspectos essenciais à vitalidade de nossa força terrestre, completase para ela uma etapa de transformações básicas com a nova Lei de Organização do Exército, de 4 de janeiro de 1908.

Esta lei, entre outras coisas, criava o Alistamento e o Serviço Militar obrigatório e também a organização militar de base regional, calcada na existência de Grandes Unidades permanentes, dando aos oficiais-generais a oportunidade de exercitarem o comando e a administração.

Novos materiais, particularmente armamento, estavam sendo ad-

quiridos para o nosso Exército, fazendo renascer o entusiasmo entre os oficiais, estimulando estudos e debates em torno desses meios e de novas idéias.

Esta nova fase de nossa força de terra coincidia com as grandes transformações porque passavam, no início do século, principalmente os Exércitos da França e da Alemanha, decorrentes do progresso do armamento e modificações de seu emprego tático.

Completando as medidas antes citadas, revigora-se a política de aperfeiçoamento de nossos oficiais no exterior, mandando-os instruir-se no Exército alemão.

Estas transformações viriam trazer novas motivações à oficialidade e começavam a pôr fim ao período que o Mal Mascarenhas de Moraes, em suas Memórias, chamou de "bacharelismo pretensioso

do Exército", quando seus oficiais trocavam a educação profissional pela cultura de doutrinas filosóficas.

Como um sinal bem característico desses tempos, nascia em 1913 uma revista de assuntos militares, a nossa "A Defesa Nacional" onde se apresentavam e debatiam as transformações porque passava o Exército.

Em pouco tempo já se fazia sentir a influência dos oficiais que retornavam aperfeiçoados da Alemanha, os quais passaram a ser conhecidos depreciativamente como "novos turcos". Eram esses oficiais que, espontaneamente, atualizavam os tenentes e os capitães, pois não havia uma escola para mantê-los a par das inovações que se realizavam em ritmo acelerado.¹

Neste clima de otimismo, com os oficiais voltados para seu preparo profissional, atingimos 1915, quando uma nova remodelação do Exército teve início com o Dec 14.497, de 23 de fevereiro, constituindo a alta cúpula do Exército, que estava composta do Ministro e seu Gabinete, do Estado Maior do Exército, das Inspeções de Armas e dos Grandes Comandos, assim consideradas as Regiões Militares e as Grandes Unidades.

Com esta nova legislação, as Inspeções Permanentes foram transformadas em Regiões Militares, que passaram a ter ação sobre todos os elementos sediados em seu

território, exceto os explicitamente dependentes de outras autoridades, e as Brigadas Estratégicas foram transformadas em Div Inf.

Em 1916, realizou-se pela primeira vez, em todo o território nacional, o sorteio militar, conseqüente da aplicação da democrática Lei de 1908, já aludida, o que vinha enfim tornar o Exército, representante da Nação em armas.

As providências tomadas até então permitiram que se extinguisse a Guarda Nacional em 1918, surgindo em seu lugar o Exército de 2ª linha, deslocando as tarefas que lhe cabiam do Ministério do Interior e Justiça para o Ministério da Guerra.²

O coroamento dessa fase de profundas transformações porque passava o Exército se daria com a contratação de uma missão militar de instrução, logo após a I GM, a Missão Militar Francesa. É com essa Missão, no dizer do General Tasso Fragoso, então Chefe do EME, "que aprendemos realmente o serviço capital de Estado-Maior, isto é, a arte de dirigir tropas e de provê-las".

Já em 1920, sob orientação da Missão Militar Francesa — MMF, começou a funcionar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, destinada a atualizar Capitães. Esta Missão atuava também na Escola de Estado-Maior, onde dirigia o Ensino. Sob sua inspiração, a Escola teve seu curso reformulado a

¹ A criação da "A Defesa Nacional" fazia parte do trabalho dos "novos turcos" que propugnavam pela posição apolítica do Exército pela dedicação exclusiva de seus profissionais ao aperfeiçoamento profissional.

² Essa transformação era importante, na oportunidade, porque a Guarda Nacional tinha se transformado num centro de politicagem, com repercussões negativas no meio militar de uma maneira geral.

ponto de ali passar a funcionar, juntamente com o novo curso regular, um curso de revisão, destinado aos oficiais já diplomados por ela.³

Neste mesmo ano era expedido o Regulamento para a Direção e Emprego das Grandes Unidades, como elemento diretor central de todas as atividades do Exército em sua preparação para a guerra. Esse regulamento, de acordo com o Gen J. B. Magalhães, era "verdadeiramente um código de doutrina militar no campo da estratégia, da tática geral e da organização."⁴

A Missão Militar Francesa, inevitavelmente, como fruto da experiência de guerra de seus componentes, iria influir na Estrutura do Exército.⁵ Isto se verificou em 1921, com uma nova reorganização. Nesta oportunidade, a Cavalaria independente também passou a se organizar em Divisões ao invés de Brigadas.

No corpo dessas transformações, surgia o Grupo de Combate, como elemento básico de organi-

zação das Armas. Na Infantaria, o Pelotão era constituído de 2 Seções, cada uma com 2 GC, enquanto que na Cavalaria, o Pelotão dispunha de apenas 1 GC, sendo os demais elementos arrumados especificamente para o cumprimento de missões típicas da Arma.

Com essa nova organização, nosso Exército passava a ser constituído de: 5 DI, 3 DC, Brigadas Mistas e Unidades Independentes.

As DI compreendiam o QG e a tropa, esta constituída de: 2 Bda Inf; 1 Bda Art; 1 Rgt Cav Div; 1 Btl Eng e 1 Esquadilha de Observação. A DC tinha um QG semelhante ao da DI e sua tropa estava composta por: 2 Bda Cav; 2 Rgt Cav Ind; 1 G A Cav; 1 Btl Inf Montada e 1 Esqd de Transmissões. A Bda Mista estava constituída por 3 Btl de Caçadores, 2 Rgt Cav; 1 Rgt Art Mista; 1 Btl Eng e uma Esquadilha Mista de Aviação. Completa este quadro uma Companhia de Carros de Assalto.

Atestando os efeitos dos ensinamentos da I GM, apareciam em nossa organização dois elementos inteiramente novos: as Unidades de Aviação, já organizadas de acordo com as GU que passariam a integrar e, isoladamente, uma Companhia de Carros de Assalto.

OS PRIMEIROS PASSOS

"Foi, em verdade, a nova arma, de efeito decisivo, e, sem ela, é crença geral, os Aliados teriam perdido a sangrenta partida que se jogou no vasto tabuleiro da Europa, entre o mar e as fronteiras ocidentais da Suíça."

Cap José Pessoa

³ A atuação da MMF em nossas escolas seguiu orientação do Ministro Cardoso de Aguiar, que antes de seu contrato revelara em carta ao nosso adido militar na França: "Tenciono criar logo uma escola de aperfeiçoamento de oficiais, dispondo de tropa de todas as armas e confiar também aos oficiais da Missão a direção de estudos da Escola Superior de Guerra", depois Escola de Estado-Maior do Exército.

⁴ A Evolução Militar do Brasil, do Cel J. B. Magalhães, Bibliex, 1958.

⁵ O Gen Gamelin, primeiro chefe da MMF, em 1915 chefiava o Bureau de Opérations do GQG francês e depois comandou uma divisão na frente de combate, sob comando do Gen Joffre, a quem era muito ligado. Quando este foi afastado, passou a comandar uma divisão do C Ex do Gen Pélle. Assim como seu Chefe, os demais membros da MMF eram oficiais experimentados na guerra.

O Pioneirismo

A introdução dos blindados no Brasil se deve, de um lado, às condições do momento que vivia nosso Exército e de outro, ao esforço pessoal do então Capitão de Cavalaria e depois Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Graças ao seu entusiasmo, conhecimento do assunto e gestões feitas neste sentido, o Brasil adquiriu, em 1921, seus primeiros blindados, que vieram a ser, também, os primeiros carros de combate a chegar à América do Sul.

O Cap Pessoa fez parte da Missão Militar Brasileira, enviada à Europa em 1918, a fim de realizar estudos sobre as operações de guerra e aquisição de material. Incorporado ao 4.º Regimento de Dragões, serviu nos campos de batalha da França e da Bélgica.

Considerava que a guerra de 14-18 fora portadora de uma transformação profunda nos processos de combate e em "todos os engenhos de combate", dos quais dois deles — os gases asfixiantes e os carros blindados conduzindo a metralhadora e o canhão haviam dominado o fim da guerra.

Entusiasmado com o carro de combate, que para ele era "a máquina destinada a revolucionar a ciência da guerra", entregou-se, como esclarece, espontaneamente a seu estudo, na Escola de Carros de Combate de Versailles e no 503.º Regimento de Carros de Combate, onde serviu como estagiário.

Ficou conhecendo quase tudo que se sabia a respeito de blindados,

de sua tática e de sua técnica.

De volta ao Brasil, imaginamos que com a antevisão e a pertinácia que iriam caracterizar sua vida de soldado, realizou gestões no sentido da aquisição deste novo engenho, que para ele fora "o principal artífice da vitória aliada e iria conformar a organização dos Exércitos".

Em 1921, escreveu um livro sobre os carros de combate, intitulado *Os Tanques na Guerra Europeia 1914-18*, que foi o primeiro escrito em língua portuguesa sobre o assunto.

A respeito dele, escreveu o Cel Art J. V. Portella Alves, no seu livro *Os Blindados Através dos Séculos*: "Se outros exércitos atribuem paternidade a seus blindados, um dia haveremos de ter o Pai dos Blindados do Brasil, e este fatalmente será o Marechal Pessoa. Quem mais poderia ser?"

As principais idéias de José Pessoa

Com o livro antes referido, o Cap Pessoa trouxe para nosso Exército, com oportunidade, uma visão global e clara das transformações que a nova arma estava produzindo na estrutura militar, dando-nos a conhecer o que se passava nos principais exércitos do mundo em relação à tática e à técnica desse novo engenho e como eles vinham sendo organizados nos diferentes exércitos.

De seu interessante livro pareceu-nos importante, para o assunto que estamos desenvolvendo, a parte em que faz sugestões e indica cuidados que deveríamos ter na

organização de nossas unidades blindadas e nas novas aquisições que viéssemos a fazer de carros de combate.

A mais importante dessas sugestões, no nosso entender, diz respeito à utilização que deveríamos fazer dos carros adquiridos. Afirma ele que a guerra mostra que os carros eram mais eficazes na razão direta do número de aparelhos utilizados, mas reconhece que nós não estávamos em condições de possuí-los no número necessário para atender à dosagem que a experiência indicara. Todavia, o número que "adquirimos, conclui, "era suficiente para preparar o nosso pessoal na prática dessa nova arma de guerra", numa clara alusão a que os carros fossem aproveitados para constituir uma unidade-escola.

Além de fazer esta útil sugestão, justifica a compra de um pequeno número de carros nesta oportunidade, dada sua imperfeição técnica, por estarem eles ainda em seu primeiro estágio de evolução e por acreditar que, em razão do sucesso alcançado pelo novo engenho, a tendência seria o seu aperfeiçoamento em breve tempo, ocasião em que poderíamos fazer uma compra de maior vulto e melhor ajustada às nossas necessidades. Acreditava mesmo na possibilidade de, em curto prazo, virmos a fabricar nossos próprios blindados.

Em razão do estágio de desenvolvimento dos carros, preocupava-o a falta de capacidade destes em realizar longos movimentos por seus próprios meios e essa preocupação se justificava, em parti-

cular no nosso caso, dada a pouca rusticidade do Renault. Temia que esses carros, desprovidos de meios de transporte, não suportassem um intenso período de instrução. Depois de indicar os tipos de veículos utilizados para esse mister na guerra, informa que na França a tentativa de organizar um serviço de transporte autônomo, que punha os meios de transporte à disposição dos comandantes durante o período da operação, não mostrou ser uma boa solução e recomenda que as nossas unidades blindadas "possuam um serviço de transporte regular, provido de meios próprios".

Valendo-se do mesmo argumento da fragilidade técnica de nossos carros, enfatiza a necessidade de cuidados especiais na utilização e manutenção desses engenhos. Sugere como selecionar e instruir os homens para esse fim e recomenda que os demais homens da guarnição sejam tirados "dentre aqueles que desejem servir na Arma, ou se mostrem por ela interessados". Do pessoal, diz ele, "deve-se exigir um severo e meticoloso conhecimento dos processos de lubrificação e conhecimento profundo do mecanismo. Nisto repousa toda eficiência do material".

Desejava ele, ainda, que a "nova arma" se constituísse em uma tropa de elite, que a todos causasse admiração e impusesse confiança.

Realça a importância de se dar aos nossos blindados um chefe "capaz e esforçado", pois nele residem "todas as condições de êxito", chegando a recomendar, pela ausência de um especialista entre

nós, que se buscasse esse chefe "nos exércitos de algum país amigo, que já se tenha revelado um técnico, quer no campo da instrução, quer no campo de combate, que seja um entusiasta, um crente sincero dos resultados militares de que são capazes os engenhos blindados".

Trata, a seguir, da combinação da infantaria-carro e mostra a necessidade de desde o início cuidarmos de adestrar a Infantaria, que deveria atuar em estreita cooperação com os carros, numa colaboração íntima obtida nos exercícios de conjunto, para a obtenção da confiança mútua.

Ao se referir à organização da Infantaria blindada, recomendava que não se distribuíssem os carros pelos batalhões de Infantaria, pois a experiência tentada em França neste sentido mostrara-se negativa e esta, bem como a Inglaterra, obtivera melhores resultados com a organização de unidades independentes de carros.

Ainda que considerasse desaconselhável para nós os aparelhos pesados ou de ruptura, em razão de nossa fraca rede viária e dos inúmeros acidentes naturais apresentados por nossa topografia, não deixa de recordar que a experiência da guerra mostrou a necessidade do emprego dos carros leves associados aos carros pesados, razão porque deveríamos, na sua opinião, "fazer mais um esforço e obtermos alguns carros de maior poder ofensivo e sobretudo, de maior velocidade". Para ele só com carros mais velozes seria possível uma rápida concentração sobre a frente

de ataque e só eles poderiam explorar o sucesso, atacar e desorganizar as retaguardas inimigas, enfim "desempenhar um papel eminentemente importante, qual o de cooperar com a Cavalaria na perseguição".

Recomenda a compra do Whip-pet, o carro mais veloz aparecido até então, mais pesado que o adquirido por nós, mas, em compensação, muito melhor armado, com maior capacidade para vencer obstáculos e duplamente mais rápido.

Ao tratar da composição dos meios adquiridos, examina as organizações francesa e norte-americana, quanto à proporção de carros-canhão e carros-metralhadora. Considera que a organização francesa fora eficiente quando testada na guerra de trincheira, mas a organização americana colhe resultados mais satisfatórios, fora mais eficiente na guerra de movimento.

Nestas duas organizações a seção era a unidade básica de emprego e tinha o mesmo número de carros, porém na organização francesa preponderavam os carros-canhão. A Seção francesa era composta de três carros-canhão e dois carros-metralhadora, sendo os carros-canhão colocados no centro do dispositivo, cabendo-lhes a destruição dos ninhos de metralhadoras e os carros-metralhadoras dispostos nas alas para proteger aqueles. Na organização americana a proporção era inversa, com três carros-metralhadora e dois carros-canhão e essa preponderância de carros mais leves e ágéis dava-lhes melhores condições de manobra.



FT-17 Renault, na frente do 2º RC em Pirassununga — SP⁶

Como a organização americana favorecia a guerra de movimento, melhor se ajustando às suas concepções de emprego dos carros, ele afirma que "andaríamos acertados se preferíssemos a organização dos norte-americanos e constituíssemos as nossas seções com cinco carros, na proporção de três carros-metralhadora para dois carros-canhão".

Conclui por sugerir que com o material adquirido se organizasse uma companhia de instrução autô-

noma, com seu aquartelamento especial, com seus meios próprios de vida e sob a imediata subordinação do general comandante da Divisão onde fosse incluída.

Os primeiros carros

Os primeiros carros adquiridos pelo Brasil foram os FT-17 Renault, de origem francesa.

Já em 1915 os franceses haviam sentido a necessidade de possuírem um veículo blindado leve e ágil, que servisse ao Comando das organizações a serem mobiliadas pelos seus primeiros carros, os pesados e vagarosos *Schneider* e *Saint Chamont*.

⁶ Pirassununga foi a cidade que o então Gen José Pessoa, Inspetor da Arma de Cavalaria, escolheu em 1939, como reunindo "todas as condições exigidas para o objetivo colimado", que era a locação da futura Escola da Cavalaria Brasileira.

Convidado pela segunda vez em 1916, pouco antes do emprego de um carro de combate no campo de batalha, a produzir um carro leve, agora concebido pelo Gen Estienne, "como um carro especializado a apoiar a Infantaria", Louis Renault não só aceitou como voltou todo seu entusiasmo e energia a essa tarefa.

Em pouco mais de 8 meses o protótipo do Renault foi a provas. Com elas e, possivelmente, com o sucesso relativo dos carros ingleses na Ofensiva do Somme, muitas dúvidas que se verificavam a respeito desse novo engenho nos círculos oficiais, se dissiparam e a indecisão foi momentaneamente superada com a ordem de produção de 150 desses carros. Sua destinação seria, porém, a original, isto é, servir como carro de comando nos batalhões de carros pesados.

As discordâncias quanto ao emprego desse carro e até mesmo quanto ao seu valor continuavam e bastou que surgissem dificuldades para chegar-se às especificações estipuladas no desenho de sua revolucionária torre, para que a ordem de produção inicial fosse suspensa. Em maio, possivelmente em razão do malogro dos carros pesados franceses em suas primeiras intervenções na batalha e porque já houvessem indícios de uma ofensiva alemã, a ordem de produção foi não só restabelecida como grandemente aumentada. Agora deviam ser produzidos 1.150 carros.

O total de carros a ser construído foi, em seguida, ampliado para 2.500, devendo ser produzido em três versões: a versão original, do-

tada de telégrafo sem fio, carros armados com metralhadoras e também carros artilhados com um canhão de 37 mm.

A nova ordem, todavia, era superior à capacidade da Renault e a premência de tempo conduziu à alocação de parte de sua produção a outras firmas, tendo a Berliet, a Schneider e a Delaunay Belleville produzido 1.680 carros dessa encomenda. Essa experiência de incluir outras indústrias na produção dos carros criou posteriores dificuldades para a intercambialidade de sobressalentes e peças de reposição, porque o individualismo francês (ou latino?) conduziu as outras firmas a utilizarem seus próprios métodos, sem se aterem estritamente ao padrão *Renault*.

Em 31 de maio de 1918, os Renault foram utilizados pela primeira vez na guerra, não em grande número, mas no número possível exigido pela situação. Tratava-se de resistir à ofensiva alemã denominada "Friedensturm" (Ofensiva da Paz), uma terrível ameaça a Paris e que para os alemães, como indica o pretensioso codinome da operação, deveria determinar o fim da guerra.

O Renault mostrou-se bastante eficiente. Sua mobilidade, sobretudo, surpreendeu o inimigo.

Durante a ofensiva aliada, entre junho e novembro desse mesmo ano, apesar de apresentar alguns problemas técnicos, os Renault foram usados em números e sucessos crescentes e, na época do Armistício, nada menos que 27 batalhões estavam equipados com esses carros.

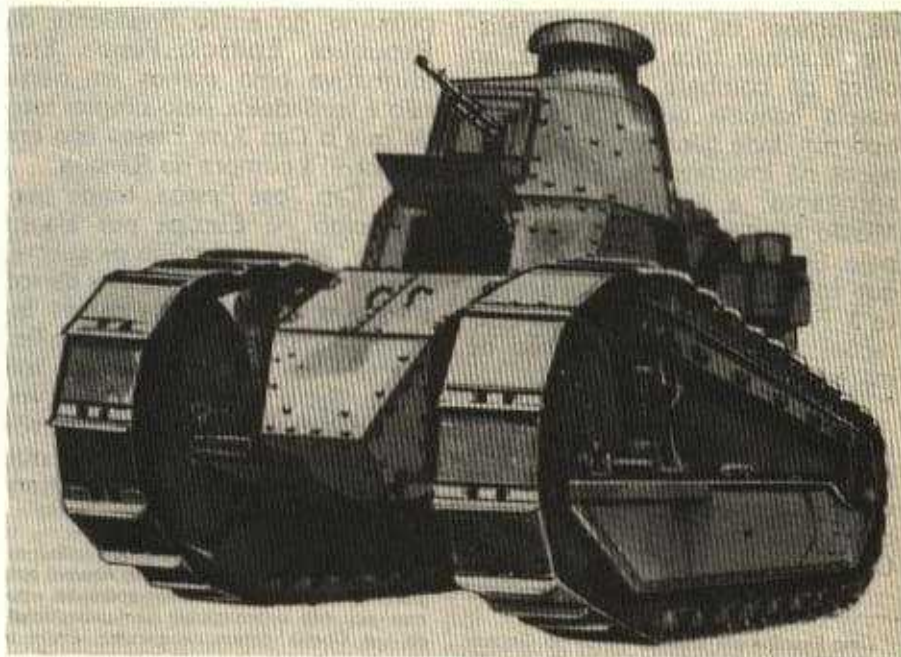
O FT-17 Renault era um carro leve, pesando 6,7 ou 6,5 t, conforme estivesse artilhado com canhão ou metralhadoras. Seu canhão de 37 mm era semi-automático e suas armas estavam montadas em torre móvel, constituída de placas de aço montadas sobre uma armadura, o que concorria em muito para a eficiência do carro.

O Renault era guarnecido por dois homens. Podia escalar rampas de até 100% em terreno firme, por estar seu centro de gravidade muito próximo da cauda. Não possuía chassi, o próprio casco da viatura substituía-o com vantagens, e apresentava uma série de inovações técnicas, das quais se destacavam: a separação do compartimen-

to da tripulação do motor, por uma placa de aço; possibilidade de cortar a ventilação em caso de incêndio; alçapão para saída de emergência; torre giratória em 360° e uma disposição geral que é mantida até os dias atuais na quase totalidade dos carros modernos.

A escolha de nossos primeiros blindados

Assim como a decisão para a produção de determinado blindado é problema complexo e sempre polêmico, particularmente porque envolve a doutrina de emprego da força que mobilizarão, por razões semelhantes, a sua compra também o é.



Mark Medium "A" — conhecido como "Whippet"

Exatamente por este motivo nos interessamos em conhecer as razões que teriam orientado a escolha feita na compra de nossos primeiros blindados. No entanto, como é natural ocorrer em assuntos desta natureza, quase nada pudemos encontrar registrado a respeito.

O livro do Gen Souto Malan, sobre a vida de seu pai, adido militar do Brasil na França, de 1916 a 1919, e depois Chefe de Gabinete do Ministro Calógeras, em cuja gestão essa compra se efetivou, apesar de dedicar seis de seus capítulos às observações sobre o conflito que se travava na Europa naquela época, de tratar da compra de nossos primeiros aviões e de gestões feitas para a contratação de missões de instrução, infelizmente sequer toca, uma só vez, no carro de combate, engenho que nascia naquela guerra e que na oportunidade ganhava grandes espaços na imprensa mundial. Cita, entretanto, a existência de uma Missão Militar Brasileira, chefiada pelo Gen Napoleão Felipe Aché, que foi à Europa e particularmente à França, para estudo das operações de guerra e aquisição de material.⁷

Essa Missão, cujos primeiros membros começaram a chegar a Paris em meados de 1918, era composta de 28 membros, entre os quais o Cap José Pessoa e o Ten Otávio Aché, que mais tarde iriam

pertencer a nossa primeira subunidade de carros.⁸

Acreditamos que, por suas atribuições, essa missão tenha sido em boa parte responsável pela compra do material que o nosso Exército iria fazer posteriormente, inclusive os blindados.

A informação mais interessante a respeito do assunto vamos encontrar no livro do Cap José Pessoa, antes citado, e que, entre outras coisas, dirime um equívoco a respeito dessa compra, que pela repetição vai ganhando foros de verdade.

Já lemos em mais de uma oportunidade e em mais de um autor que o Cap José Pessoa conseguiu que importássemos os Renault, entre outras razões, por ser parente próximo do então Presidente da República, Epitácio Pessoa. Essa afirmativa pelo menos em parte não é verdadeira, pelo simples fato de que o Cap José Pessoa não era favorável à compra do Renault.

O Cap José Pessoa, tendo permanecido na Europa por algum tempo, após o término da guerra, não se limitou a estudar os carros franceses. Conhecia os carros ingleses, anglo-americanos e alemães; sua técnica, sua organização e sua tática. Sabia como esses países vislumbravam o emprego dos carros no futuro e, em consequência, que tipos de carros estavam projetan-

⁷ Uma Escolha um Destino (Vida do General Malan D'Angrogne). Gen. Alfredo Souto Malan, Biblalex, 1977.

⁸ Segundo o relato de nosso adido militar em Paris, alguns oficiais desta Missão fizeram estágio em escolas e unidades em operações e outros, por não concordarem com essa decisão de sua Chefia, foram exonerados. Entre os que participaram de cursos e estágios, não cita o Cap. Pessoa.

do. Não estava alheio às experiências que se realizavam, por exemplo, em busca do carro de ruptura, o qual aprovava ou, em sentido oposto, o desenvolvimento de carros individuais, em cujo sucesso não acreditava, porque esses carros visavam substituir o infante e ele acreditava que só o infante pode ocupar definitivamente o terreno e que, sejam quais forem os meios utilizados, a vitória pertencerá sempre ao detentor do terreno.

O Cap Pessoa não desconhecia as idéias de Fuller, pois cita seu *Tank in the Great War*, ao falar da cooperação do avião com os blindados, do mesmo modo que tinha conhecimento das experiências que os ingleses haviam feito durante a guerra utilizando os carros *Whippet*.⁹ A respeito desses carros diz ele: "obtida a ruptura de um setor inimigo, esse aparelho era jogado nas organizações adversas com a missão de semear o pânico na retaguarda, destruir os centros telefônicos, atacar os postos de comando, os comboios e as colunas de Infantaria em retirada".

A verdade é que o Cap Pessoa tinha um invejável conhecimento sobre as técnicas e as táticas dos blindados e, estamos seguros, conhecia os novos engenhos melhor

do que ninguém no país. É com a autoridade desse conhecimento que não aprovava a compra dos Renault.

Considerava que os Renault, como se apresentavam na época, não eram uma "arma ofensiva de movimento" e que, portanto, não correspondiam à concepção de emprego futuro dos carros. Alegava que apesar do Renault "ser mais bem protegido, na guerra o melhor aparelho não foi o que provou ter maior espessura de blindagem e sim o que melhor marchou sobre o inimigo".

Para José Pessoa, o *tank* era arma decisiva e que, portanto, só deveria ser lançada nos momentos decisivos da batalha, o que não correspondia à concepção segundo a qual o Renault fora construído. Além das características do Renault não se casarem com as concepções que tinha do emprego tático dos carros, o Cap Pessoa revela suas preocupações quanto às suas deficiências técnicas e às suas conseqüências no combate.

A respeito das deficiências técnicas do Renault, cita a necessidade de diminuir o ruído no interior do carro, que tornava surda sua guarnição e após enumerar uma série de outras deficiências técnicas, exemplifica suas conseqüências no combate, citando o ocorrido no Regimento em que estagiava, em 18 de julho de 1918, onde só a fragilidade da correia do ventilador do Renault era responsável por 10% da indisponibilidade do material e que, mantida a ofensiva aliada, um dos batalhões desse Regimento contava, 15 dias depois,

⁹ A esse tempo as idéias de Fuller, a respeito do desenvolvimento de táticas que permitissem um exército blindado relativamente pequeno vencer batalhas como as de Issos e Arbélas, já eram conhecidas através seu famoso "Plano 1919". Segundo Fuller, o segredo daquelas batalhas era apenas que, enquanto a "falange" mantinha o exército persa empenhado, Alexandre e sua Cavalaria atacavam o "querer" do inimigo, concentrado na pessoa de Dário.

com 60 dessas correias partidas, dando origem a 90% das panes.

Em certo ponto do seu livro, o Cap Pessoa chega mesmo a criticar direta e asperamente a compra feita, nestes termos: "conhecendo os defeitos do Renault e as deficiências de seu manejo em ação, o nosso Exército bem poderia ter obtido melhor material, se a encomenda não tivesse sido feita nas condições de aceitar esse carro tal como está construído. Com a liberdade de escolha teríamos tido o mesmo critério dos americanos; teríamos preferido modificar o aparelho em uso no Exército francês".

Depois de apontar os defeitos do Renault e como saná-los, faz uma comparação entre este e o *Whippet* quando diz a respeito deste último: "mais veloz e por isso mesmo menos vulnerável, possui motores de grande força, pode transpor largos obstáculos e, em certas missões, acompanhar mesmo a Cavalaria. Apesar de um pouco mais pesado, apresenta a grande vantagem de poder fazer longas marchas por seus próprios meios, o que não consegue esse carro francês".

Como argumento final das vantagens do *Whippet* sobre o Renault, diz que esse pensamento não é só dele mas que "grande parte dos oficiais franceses considera o *Whippet* o melhor carro".

Como conclusão dessa comparação entre o Renault e o *Whippet*, afirma ser este superior àquele sob o ponto de vista técnico e tático.

É bom que fique claro que o Cap Pessoa acreditava que outras

unidades de carro iriam ser criadas, julgando mesmo, como vimos anteriormente, que a curto prazo poderíamos construir nossos próprios carros. Sua argumentação não tinha, pois, em mira, simplesmente discordar da compra feita. Pretendia sim, acreditamos, influir nas compras futuras, já que, a despeito do parentesco que o unia ao Presidente Epitácio, parece não ter conseguido nesta primeira oportunidade. Realmente, ao tratar da "organização de nossos tanques" ele recomenda que adquiríssemos os *Whippet*, apesar da desvantagem da diversificação do material que isso acarretaria.

Nessa compra dos nossos blindados, não deve ser esquecida a influência que por certo gerou a Missão Militar Francesa, pois, se não podemos determinar em que grau foi efetivamente exercida, sabemos que seus membros a aprovavam e até chegaram a justificá-la publicamente, como se pode constatar no prefácio do livro do Cap Pessoa, escrito pelo Gen Gamelim.

Neste prefácio o Chefe da MMF começa por fazer um alerta não muito elegante aos leitores, quanto às idéias expostas pelo Cap Pessoa. Diz ele "creio mais uma vez dever colocar em guarda alguns leitores não alertados da questão, contra as conclusões que uma primeira leitura permitiria tirar de sua comparação entre o *Whippet* e o Renault".

Prossegue o General: "Comparar um *Whippet* e um Renault, um carro de 12 a 18 t com um carro de 6 ou 5 t é como comparar um canhão de 155 mm com um ca-

nhão de 75 mm. Eles não correspondem às mesmas preocupações. A melhor prova disso é que nós compramos o Whippet, mas os ingleses, americanos e belgas adquiriram o Renault ou dele se serviram."

O Cap Pessoa partiu de fato e inadvertidamente de uma premissa falsa que permitiu ao general concluir de forma contundente. Sua idéia, porém, foi comparar os 2 carros, enquanto ambos eram os carros leves que serviam aos dois exércitos, mas que, em verdade, correspondiam a preocupações diferentes. Enquanto o Renault fora concebido exclusivamente para acompanhar a Infantaria e era, no dizer dos próprios franceses, um "destruidor de ninhos de metralhadoras", os ingleses haviam concebido o Whippet como um carro capaz de cooperar também com a Cavalaria, prestando-se ao aproveitamento do êxito e à perseguição, ações decisivas para cuja execução não se tinha ainda encontrado solução adequada depois do aparecimento da metralhadora no campo de batalha.

O que deve, contudo, ter tocado a fundo o general é que o Cap Pessoa começa sua argumentação por afirmar que o Renault já era um carro obsoleto. Para ele o Renault, tal como estava construído, não preenchia as necessidades de uma próxima guerra. Se obteve ótimos resultados nas operações, em boa parte isso se devia ao fato dos alemães não possuírem material equivalente, nem quanto ao número, nem quanto à qualidade.

Não sem antes ter o cuidado de justificar as más qualidades do Renault, pela urgência com que fora construído, em razão da precipitação das operações, quando coube à França a maior soma de esforços e responsabilidades para conseguir a vitória, o Cap Pessoa evoca o testemunho de importante comandante de carros francês, o Cel Edmond D'Angerville, para mostrar a má qualidade dos Renault. O Cmt D'Angerville define o Renault como "um carro pouco rústico, mal armado, de fraca mobilidade e sem facilidades para vencer obstáculos que se encontram nos campos de batalha da guerra moderna".

Ainda que o Cap Pessoa expressasse claramente que as suas preocupações eram outras que as dos apologistas do Renault, o Gen Gamelin aproveita aquele seu equívoco e segue uma análise que contém elementos sem dúvida interessantes até os dias atuais, pelo que vale reproduzi-la. Diz ele: "Nenhuma dúvida que com um peso de 12 ou 18 t se deve logicamente chegar a um instrumento mais possante que com um peso de 6 ou 5 t.¹⁰ Mas para um material destinado ao acompanhamento da Infantaria, as questões de proteção e de silhueta soblevam à velocidade e a potência do armamento. Uma velocidade

¹⁰ Em 1917, a Inglaterra concluiu o seu carro ligeiro denominado, inicialmente, Triton's Light Machine, depois Mark Médio "A" e finalmente Whippet, como ficou afinal conhecido. Dados comparativos: Comp-Larg-Alt/Peso/Armamento/Pot-motor/Veloc — FT Renault: 5m; 1,74m; 2,14m; 6,5 t; 1 Can 37, 1 Metr; 35 HP; 7 km/h. Whippet: 6,08m; 2,61m; 2,75m; 14 t; 4 Metr; 90 HP; 14 km/h.

de de 7 ou 8 km, o dobro da velocidade da Infantaria, mostra-se suficiente para as manobras a realizar. Uma menor silhueta, sobretudo em terreno plano e descoberto, como no sul do Brasil, permite se ocultar mais facilmente das vistas da Artilharia inimiga. Para atacar as metralhadoras inimigas, um canhão de 37 mm ou um canhão de 75 mm curto é suficiente. Mas uma questão importante me parece a seguinte: cada dia se progride mais na defesa contra os carros; não é mais somente a bala de um fuzil de calibre especial como em 1918, é a bala de uma metralhadora que vai poder perfurar as débeis couraças, portanto, para os carros chamados a trabalhar junto à Infantaria a questão da blindagem terá importância especial."

Mas, é no final de sua longa exposição que o general deixa clara a influência que o assessoramento da MMF deve ter tido na aquisição que fizemos. O general concorda que o Renault não é o carro ideal se o que se busca é um carro para agir junto com a Cavalaria, onde a velocidade e a potência ofensiva são essenciais, mas argumenta que o Brasil tem que pensar antes nos seus inúmeros rios e que, enquanto os carros não tiverem seus próprios meios de transposição, deverão ser condicionados pelos meios de transposição de campanha existentes. E afirma, não em termos hipotéticos ou dedutivos mas categoricamente, que foram essas condições a "consideração essencial que determinou ao Governo brasileiro a compra dos Renault".

A COMPANHIA DE CARROS DE ASSALTO

Criação e denominação

Em 5 de maio de 1921, o Boletim do Exército nº 382, apresentava o Quadro do Efetivo de Instrução de uma Companhia de Carros de Assalto (Infantaria).

Como toda organização é constituída tendo em vista o cumprimento de uma missão, naturalmente sua denominação deveria dar uma indicação de sua finalidade ou estar a ela ajustada. No nosso caso, porque razão teríamos denominado de Companhia de Carros de Assalto à nossa primeira subunidade blindada?

O vocábulo "companhia" tanto pode indicar uma subunidade de Infantaria como, genericamente, qualquer subunidade que não tenha uma denominação específica e tradicional, como são o esquadrão na Cavalaria e a bateria na Artilharia, isto é, o termo por si só é pouco esclarecedor.

No entanto, como o boletim de criação da Cia refere-se a unidade de Infantaria, conclui-se que esse termo teria sido utilizado no seu sentido específico. Mas porque "de carros de assalto"?

Apesar de sua larga utilização nos últimos anos da I GM e da ampla divulgação que mereceu por parte da imprensa mundial, os carros de combate não tinham ganho, ao término da guerra, uma denominação comum.

O próprio Cap Pessoa, em seu livro já referido, não se fixa numa mesma denominação para esses en-

genhos. Chama-os constantemente de carros de combate, por vezes carro de assalto ou simplesmente carro blindado e por fim *tank*, denominação que escolheu para título de sua obra, talvez por sua preferência pelos blindados ingleses e sua doutrina de emprego.

Entre os ingleses, os carros de combate ficaram conhecidos como "tanks" porque, para manter o segredo em torno da nova arma, eles foram dissimulados na forma de grandes reservatórios de água e se difundiu desinformação neste sentido. Assim, ele ficou conhecido por *tank*-não só na Inglaterra, mas nos demais países de língua inglesa e mais tarde, por influência inglesa e norte-americana, esse termo se generalizou.

Na França, onde o Gen Estienne via esses engenhos como substitutos do canhão de acompanhamento, também conhecido como "canhão de assalto", que se destinava a acompanhar a Infantaria no ataque, para demolir os centros de resistência que escapassem à barragem de Artilharia, bater tropas de contra-ataque e cooperar na manutenção do terreno conquistado, eles foram inicialmente denominados "carros de assalto". Todavia, em razão de sua perspectiva de emprego bem mais diversificada que a de um simples canhão de assalto, em seguida, durante a própria guerra, passaram a ser denominados "carros de combate".

Significaria a denominação por nós escolhida que era nosso propósito ter nessa subunidade um elemento de apoio à Infantaria, pertencente à própria Arma e desem-

penhando a antiga missão atribuída ao canhão de assalto?

Não acreditamos nessa interpretação porque com o conhecimento das missões bem mais amplas que deveriam caber aos carros de combate, nesta altura bem conhecidas, seria esta uma solução pouco inteligente. Preferimos crer que a denominação dada não estava de acordo com sua destinação e a expressão "carros de assalto" tenha sido adotada mais para acompanhar a designação desses engenhos, que ainda era utilizada por alguns oficiais no país do qual eram originários nossos carros — a França — e que, na época, exercia grande influência em nosso campo militar. O Gen Gamelim, por exemplo, só se referia a esses engenhos como carros de assalto.

No entanto, já a 26 de maio desse mesmo ano, isto é, 20 dias depois, o Av. nº 360, do Ministro Pandiá Calógeras, declarava que "os oficiais da Cia de Carros de Assalto que figuram no quadro das Unidades de Infantaria podem ser de qualquer Arma".

O Aviso dava a conhecer que esses oficiais continuariam a pertencer às suas Armas de origem, em cujos quadros seriam computados. Concluía o Aviso antes citado, com a nomeação do primeiro comandante da Companhia, nestes termos: "Nestas condições, é designado o Cap Cav José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque para organizar a Companhia que, sob o ponto de vista da instrução, ficará à disposição do Chefe do Estado-Maior, como tropa de instrução da

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais."

Que significava esta alteração? O vocábulo "companhia" estaria agora sendo empregado no seu sentido genérico? Esta alteração corrigiria erro proposital ou acidental? Estaria aqui materializada a influência da relação de parentesco do Cap com o Presidente Epitácio ou seria simplesmente uma maneira de colocar o homem certo no lugar adequado?

A resposta a estas questões, hoje muito difícil, impede que se possa concluir que pensamentos doutrinários orientavam a organização de nossa primeira unidade blindada e até mesmo de saber se eles de fato existiam.

Implantação e organização da Companhia

la assim começar sua vida nossa primeira subunidade blindada, sem uma orientação doutrinária precisa mas, obedecendo, em muitos aspectos, às recomendações do Cap Pessoa, entre estas a que previa para seu comando um "chefe capaz e esforçado, que seja um entusiasta, um crente sincero dos resultados militares de que são capazes os engenhos blindados."

Além do Cap Pessoa, integravam o efetivo inicial da Cia de Carros de Assaltos, os 1^{os} Tens Carlos de Souza Reis, Otávio Monteiro Aché, João Pereira de Oliveira, Oswaldo de Araújo Motta, o médico Raul da Cunha Bello e os 2^{os} Tens Antonio Carlos Bittencourt e o in-

tendente Francisco Salles de Sena.¹¹

A Cia foi instalada na Vila Militar do Rio de Janeiro, em edifício inacabado, que se destinava à instalação do 3^o RI, no lugar onde posteriormente teria assento o Regimento Escola de Infantaria (REI), hoje 57^o BI (Es) Mtz.

O Cap Pessoa conseguiu concluir as obras do aquartelamento, no que era indispensável para o funcionamento da Cia e assim esta ganhou o seu "aquartelamento especial" como desejava, sendo de certo modo até imponente para abrigar uma Companhia.

A subunidade possuía, além de oficina bem montada, garagens com portas corrediças de aço, uma biblioteca com mesas belíssimas, cadeiras confortáveis e imponentes pelos seus espaldares altos e riquíssimas estantes que abrigavam, além de regulamentos franceses e suas traduções, alguns livros técnicos, em particular versando sobre motores a explosão e duas ou três enciclopédias.

A Cia estava, em suma, tão bem instalada que a alguns espíritos, ao invés de servir como estímulo, era motivo de críticas e até de desânimo.¹²

¹¹ Ver Quadro do Efetivo no final do artigo.

¹² Segundo um dos oficiais que mais tarde veio a servir nesta Cia, ela possuía uma guaranição de mesa, composta de pratos de porcelana finíssima, talheres de prata e copos de cristal lapidados que ele, pertencente a uma família rica, confessa nunca ter visto igual antes. Para ele, o fato de termos adquirido um carro de baixa qualidade para a instrução, por falta de recursos, chocava com o "beber água naqueles copos maravilhosos e comer a comidinha simples de quartel naquele material".

Apesar de pesquenos problemas e incompreensões a companhia ia se organizando nos moldes que o Cap Pessoa preconizara.

Já vimos como o Cap Pessoa considerava que a Cia deveria ser constituída, no entanto, no que se refere à sua composição, suas idéias não puderam ser postas em prática porque adquirimos apenas 11 carros de combate e um carro TSF e a compra fora feita de acordo com a doutrina francesa, isto é, com predominância do número de carros-canhão.

Nossos carros foram organizados em duas seções, constituídas cada uma de 3 carros-canhão e 2 carros-metralhadora, que eram comandadas por oficiais ao invés de sargentos. O 11º carro era também canhão e servia ao Cmt da Cia.

Disponha, ainda, a Cia, de uma Seção de Transportes, dotada de caminhões *Krupp* e uma Seção Oficina ou de Operários, como se pode observar no quadro do efetivo, que era mobiliada quase exclusivamente por sorteados pertencentes às oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil.

A primeira apresentação em público, da nova subunidade, se deu na oportunidade da visita feita ao Brasil pelo Rei Alberto, da Bélgica.

A Cia ia aos poucos ganhando foros de tropa de elite. Além de ter se constituído de acordo com o Aviso Ministerial nº 360, e uma subunidade escola, se destacava por seu uniforme diferente, distinguído por seu capacete característico e pela "bandagem" — uma fita

de lona que era enrolada do joelho ao tornozelo e que substituíra a perneira tradicional.

Em outubro de 1921, com o Av. Ministerial nº 621, ganha a Cia o seu distintivo, cujo desenho ilustra o anexo a este artigo e onde se podem observar os dois tubos simbolizando os canhões de assalto, cruzados na forma tradicional dos fuzis da Infantaria e encimados por um elmo, simbolizando os blindados. Este distintivo adotado pelo citado Aviso, deveria ser confeccionado em metal bronzeado.

Em novembro desse mesmo ano, é aprovado o toque de corneta para a Cia, cuja composição é bastante interessante. O toque estava dividido em 2 partes: a primeira ou introdução era o toque de Cia e a segunda era composta dos dois primeiros compassos de Artilharia e dos dois primeiros compassos de "Carga", terminando com a mínima final do toque de "Carga".

A instrução da Cia estava baseada em traduções dos regulamentos franceses e, atendendo ao requisito de se entrosar com uma tropa de Infantaria, trabalhava em íntima ligação com a Escola de Sargentos de Infantaria, com quem realizava as demonstrações solicitadas pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Tinha a Companhia de Carros de Assalto todos os requisitos materiais para desempenhar o papel de semente e fermento dos blindados no Brasil. Mas o terreno não estava preparado para isso.

A Companhia de Carros de Combate

Em 1924, o Cap José Pessoa foi substituído no comando da Cia de Carros de Assalto pelo Cap Inf Newton de Andrade Cavalcanti, sob cujo comando vieram a servir os Tens Emanuel Adato Pereira de Mello, Gabriel Dias Ferraz, Djalma Cicarino, Alberto Sá Barbosa, Sebastião Ferreira Figueiredo, José Azevedo Costa, o intendente Henrique Luís Abry e o médico Guilherme Machado Hantz.

Como uma prova de que o nome da Companhia não tinha sido adequadamente escolhido e não tínhamos uma idéia precisa do emprego que desejávamos dar aos carros, já no início de 1925 é mudada sua denominação para Companhia de Carros de Combate.

O novo comandante da Cia não nutria pelos carros a mesma crença nos seus resultados operacionais e nem tinha por eles o mesmo entusiasmo que José Pessoa. Além disso, era indivíduo de difícil trato, de modo que por essa e outras razões, em 1925 a Cia contava com apenas 2 oficiais combatentes o que, desde logo, atesta que também não era grande o crédito nos novos engenhos nos escalões mais altos.

Em 1926, para melhorar o efetivo da subunidade, seu Cmt teve que se valer de seus conhecimentos no Gabinete do Ministro para, contrariando o quadro do efetivo, conseguir a classificação de um Aspirante a Oficial na Cia. Foi desse

modo que no início desse ano foi servir na Cia de CC o Asp Of Inf João Carlo Gross. Logo depois, por gestões deste, lá foi servir seu companheiro de turma, agora 2º Ten, o cavalarião Cyro Goulart Bueno.

Nesta época, o carro TSF já não era utilizado e as demonstrações para a EsAO eram realizadas por uma única seção, que reunia os carros ainda em boas condições.

De uma maneira geral, não havia interesse dos oficiais pelos carros. Raros e apenas por servirem na Cia eram os que se interessavam por eles e estes estavam mais curiosos em conhecer sua técnica do que motivados por sua tática ou pelo que eles poderiam representar no futuro.

Afirmações desta natureza não teriam sentido num artigo como este, se não fora para nos levar a buscar as razões porque isto acontecia, já que um simples exame dos oficiais que prestaram seus serviços nesta subunidade mostra destacados profissionais de nosso Exército.

A verdade é que os carros de combate não haviam se firmado, ao término da guerra, como uma arma segura e eficiente. Em muitos casos, nos primeiros tempos foram mal empregados, submetidos mesmo ao capricho da ignorância, pois não havia uma doutrina de emprego estabelecida para eles e era inevitável que ocorressem malogros, como o desastre verificado na ofen-

siva francesa no Chemin des Dames.¹³

Pela retardada compreensão alemã da importância desse novo engenho, o carro não havia sido submetido a teste insofismável. O próprio Cap Pessoa, como vimos, atribuiu o sucesso do Renault na guerra, em grande parte à falta de carros do lado adversário.

O desenvolvimento técnico da época e a pressa com que a maioria dos carros foi produzida e posta em ação, para atender às contingências do momento, geraram carros muito frágeis e pouco seguros. Isto, aliado ao curto período de 3 anos entre o seu surgimento e o término da guerra, não permitira que se alcançasse os aperfeiçoamentos reclamados.

Sua velocidade era ainda inferior à da Cavalaria Hipomóvel. Seu raio

de ação era pequeno. Pouca era sua segurança e difícil o seu controle.

Sua pequena mobilidade e seu restrito raio de ação não permitiam que com eles se realizasse o aproveitamento do êxito e a perseguição. Ficava sem solução o problema do ataque realizado com sucesso, como ocorreu em Cambrai e em outras inúmeras oportunidades. Em suma, ele não fora capaz de restabelecer integralmente o movimento no campo de batalha, estando longe de ser a arma de choque que viria a ser no futuro e como tal, não provava ser uma arma decisiva.

O seu progresso técnico, vaticinado como certo e rápido ao término da guerra, não se fizera como fora apregoado. A dissipação da riqueza das nações nos anos de guerra, de parte dos vencidos e dos vencedores, que iria desembocar em seguida na crise econômica de 1929, não permitia gastos elevados com a pesquisa ou com o reequipamento militar.

Assim o carro de combate que, como pensava José Pessoa, ajudara a Infantaria a cumprir suas missões e iria, num estágio de desenvolvimento seguinte, auxiliar também a Cavalaria, restituindo-lhe a mobilidade e o poder de choque, grandemente prejudicados desde o advento da metralhadora, não aparecera e os carros existentes, por sua fragilidade, não lhe garantiam um maior poder de choque, nem lhe davam ainda maior mobilidade.

Essas eram as razões fundamentais porque os cavalarianos, cuja Arma fora, "até quase o fim da 1ª

¹³ O Major Paul C. Raborg, autor de *A Guerra Mecanizada*, assim descreve no seu livro o episódio de Chemin des Dames: "Como adido à 2ª Divisão Francesa, o Gen Parker e eu participamos da ofensiva francesa no Chemin des Dames, que talvez tenha sido a maior batalha da 1ª GM até aquela data. Os franceses empregaram cerca de 2000 peças de Artilharia de todos os calibres, não só no bombardeio preparatório, que durou cinco dias, como no próprio assalto... No dia seguinte, uma Cia de 8 tanques foi enviada ao combate. Os homens dessa organização deram os exemplos mais chocantes de bravura imaginável, enfrentando uma morte quase certa, acompanhada de todas as hediondas torturas do fogo. Ao cair da noite, esses 8 tanques estavam desmantelados. Todos os oficiais da Cia faziam mortos ou feridos. Alguns tripulantes não conseguiram safar-se e foram assados vivos dentro deles. Os tanques explodiram e a fuga para evitar as chamas foi quase sempre impossível. Naqueles dias, para o soldado que entrava num tanque para um assalto, esta seria sua morte provável. Naquela noite, o quadro dos oito tanques, irremediavelmente perdidos, como navios destruídos naquele horrível mar de lama, deixou-me uma inesquecível impressão."

Guerra Mundial, a Arma relâmpago, a Arma esmagadora de todos os Exércitos do mundo", não aceitavam esse novo engenho.

Por outro lado, o longo período durante o qual o cavalo proporcionara à Cavalaria as condições necessárias para o cumprimento do que fora codificado, pelo menos desde Napoleão, como suas missões no campo de batalha, amalgamara de tal forma o cavalo à Cavalaria, que a confusão entre o meio e o fim, se verificava mesmo entre os espíritos mais lúcidos. Assim é que confundindo-os e não compreendendo que as missões cumpridas pela Cavalaria eram permanentes, independentemente dos meios utilizados, porque permanentes eram as necessidades a que deveria responder nos campos de batalha e que exatamente a condição necessária para alcançar os mesmos fins era a evolução dos meios, havia aqueles que, julgando que o cavalo já não atendia aos imperativos da guerra moderna, ao invés de buscar um sucedâneo para ele, propugnavam pela solução simplista da extinção da Arma.

Uma evidência de que tal postura grassava entre nós, nos é dada por nosso adido militar em Paris, nesta época, o então Ten Cel Malan D'Angrogne, que em seu primeiro contato com o Gen Gamelin, que viria a ser o Chefe da MMF em nosso País, comenta sobre a situação da Cavalaria e opina pela sua transformação em Infantaria montada.¹⁴

Este fato, de aparência simples, era todavia de extrema importân-

cia porque mexia com a sobrevivência da Cavalaria e, conseqüentemente, com a dos cavalarianos, pelo menos em termos profissionais. Ora, a sobrevivência tem sido através dos milênios uma das duas principais forças vitais que impulsionam o homem, tanto assim é que se sobrepuseram às demais e ameaça a elas mais do que a razão, estimula a emoção. Não foi por acaso que Barbara Hard ao se referir à sobrevivência e ao sentido de associação da tribo em busca de segurança, disse que: "as grandes crises registradas pela História parecem relacionar-se invariavelmente com uma ou outra dessas forças vitais essenciais". Isto significava pois, a introdução do fator emocional neste já complexo problema. Daí para a radicalização de posições, praticamente nada faltava.

Mas havia ainda muitos outros fatores a serem considerados, como por exemplo a falta de recursos para promover a motomecanização e o cavalo. O primeiro deles de direta compreensão e o segundo de fundamental importância, O cavalo era fator importante no equacionamento deste problema, de um lado, por não ser simples meio material, mas um ser vivo, que palpita, que reage às nossas solicitações, tocando nossos sentimentos de estima e afeição. De outro lado, porque sua ineficiência

¹⁴ Ao descrever a impressão que tivera do Gen Gamelin em seu primeiro contato com esse General, o nosso adido militar em Paris diz: "Conversamos sobre a Cavalaria na atualidade e a sua transformação em Infantaria montada..."

não era ponto pacífico e a discussão a esse respeito se prolongaria além da 2ª Guerra Mundial, quando os carros de combate já haviam demonstrado toda sua capacidade.¹⁵

Havia, pois, aspectos racionais e emocionais, aos quais se podiam apegar aqueles que pelas mais diversas razões eram contrários à incorporação dos carros de combate à Cavalaria, e deles se valia, naquela oportunidade, senão a totalidade, a grande maioria dos cavalarianos.

Motivações semelhantes parece que também animavam os infantes, ainda que não se apresentem tão racionais, já que o carro de combate provava ser eficiente no acompanhamento da Infantaria ou, como dizia José Pessoa, "estavam consagrados como arma auxiliar e protetora da Infantaria". Mas os infantes viam-se ameaçados da mesma

forma pelos carros ou, simplesmente não acreditavam neles. Contou-nos um dos integrantes de nossa Cia CC que tendo recebido de certa feita uma missão a cumprir com sua Seção de CC, retirou as metralhadoras dos carros e apresentou-se ao Cmt da Cia., dizendo-lhe que "iria cumprir a missão, mas como infante, pois não desejava ficar com a pecha horrível de ter perdido um carro de combate durante a execução de uma missão".

Sem dúvida a má qualidade dos Renault concorria grandemente para este estado de espírito. No entanto, não era apenas entre os oficiais brasileiros que essas incertezas se verificavam. Pelo contrário, discutia-se muito, em toda parte e pelos mais diferentes veículos, se o carro de combate e mesmo o motor de uma maneira geral, deveriam ser incorporados à estrutura militar.¹⁶

Era neste contexto que nossa primeira subunidade blindada teria que tentar sobreviver.

Em fevereiro de 1927, assume interinamente o comando da Cia CC o 1º Ten Jair Dantas Ribeiro, que nesta condição permaneceu até 1928, quando passou o comando da Cia ao Cap Inf Carlos da Rocha.

O Cap Rocha permaneceu neste comando por 3 anos, durante os quais nada de novo aconteceu. O

¹⁵ Mesmo depois que a coragem dos cavalarianos poloneses não impediu a total destruição da Cavalaria de seu país pelos alemães, as discussões sobre a eficiência da Cavalaria hipomóvel continuaria. Se a Polônia acreditava na Cavalaria hipomóvel como substituta eficaz da motorização, nos demais países da Europa aquela era vista como complemento desta. Tirando do campo teórico o que se pensava na Europa Ocidental, ao dotar a Cavalaria de armamento moderno, fazendo-a atuar em massa e em cooperação com as tropas blindadas e a Força Aérea e empregando-a estrategicamente para fins decisivos, o Gen Budienny, com os sucessos obtidos na frente, sul da Rússia, anacronicamente, na era dos carros de combate e dos aviões, fazia renascer esperanças e acirrar as discussões em torno da Cavalaria hipomóvel. Este fato não é de se estranhar se nos lembrarmos que à exceção das vanguardas blindadas, a grande maioria dos Exércitos alemães que invadiu a Rússia era constituída de tropas a pé e hipomóveis.

¹⁶ É interessante lembrar que a Inglaterra somente foi ter sua força blindada experimental em 1927 e os Estados Unidos da América só organizaram sua primeira força mecanizada em 1929, que assim mesmo, teve vida efêmera.

destino da Cia já parecia selado. Os carros não haviam conseguido motivar nossa oficialidade e, nesta fase, para vingar a Cia precisaria mais do que oficiais motivados, requeria oficiais empolgados, entusiasmados mesmo com os carros e neles depositando a crença que permite levar adiante os projetos pioneiros.

Em 1931, assume o comando da Cia CC, o Cap Inf João Pereira de Oliveira e em 21 de janeiro de 1932, o Decreto nº 20.986 tornava extinta a Cia de Carros de Combate, cujo material aproveitável deveria ser transferido ao Batalhão Escola de Infantaria, sendo que os carros deveriam ficar sob a guarda deste batalhão que, para isso, manteria uma turma de conservação.

Conclusões

O fato de termos adquirido nossos primeiros blindados logo após a guerra que os viu nascer é auspicioso e embora se deva isso à pertinência de um homem — José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque — representava a continuidade de uma política coerente de reformas e aparelhamento de nossas forças, que se desenvolvia desde o começo do século, orientando-as para o preparo profissional.

Se por um lado, a má qualidade do material adquirido não concorria, como seria de desejar, para a motivação do pessoal em relação aos carros de combate, por outro, há de se convir que este material era talvez o único que poderíamos adquirir na oportunidade e, assim

mesmo, dadas as facilidades oferecidas pela França, que tinha grande quantidade deles lotando seus arsenais.

O Renault tinha inúmeros defeitos técnicos; talvez fosse o que mais os apresentasse, mas em contrapartida trazia inovações tais como sua revolucionária torre giratória e uma disposição geral, que é até hoje utilizada na grande maioria dos carros modernos.

Fizemos a compra em pequeníssima quantidade, o que, independentemente do fator que possa tê-la condicionado, foi uma medida acertada, em razão do incipiente estágio de evolução dos carros de combate.

Demos-lhes uma destinação correta, o preparo profissional dos quadros, orientação que não viria, infelizmente, a ser atendida com tanto acerto no futuro.¹⁷

A subunidade escola que organizamos com os carros adquiridos, teve instalações adequadas e neste mister, se erro houve, foi por excesso de zelo, em busca, possivelmente, de uma maior motivação da oficialidade.

Como não houvesse uma definição do emprego tático dos carros, mas já se discutisse a viabilidade, pregada por José Pessoa, dos carros virem a auxiliar a Cavalaria no cumprimento de suas missões e fossem conhecidas as idéias de Fuller, que induziam a dois tipos de formação — uma para o comba-

¹⁷ Os blindados só foram destinados à Academia Militar das Agulhas Negras em 1956, mais de 10 anos depois de consagrados na 2ª Guerra Mundial.

te cerrado e outra, bem diferente, para o combate campal, e não dispuséssemos dos tipos de carros com as características necessárias para cumprir essas tarefas, resultou acertada a decisão de abrir também para os oficiais de Cavalaria os quadros de nossa primeira subunidade blindada. A forma de fazê-lo, todavia, revela, pelo menos, a indefinição doutrinária imperante naqueles dias.

Não há elementos que possam conduzir-nos à conclusão de que a abertura dos quadros da Cia de Carros de Assalto à Cavalaria, significasse a intenção de constituir com essa subunidade o embrião de uma nova Arma, a exemplo do que ocorria, naquele exato momento, com o avião, que ensejava a criação da 5ª Arma de nosso Exército — a Aviação.

As idéias expostas mostram que os acertos superaram em muito os senões que se possam apontar nessa experiência pioneira, que não foi avante porque não chegara o momento dos carros de combate em nenhum exército do mundo.

Os anos vinte seriam ainda destinados ao estabelecimento das bases teóricas de seu emprego. Só em poucos países desenvolvidos, os experimentos continuariam e, assim mesmo, bastante atenuados e feitos, particularmentê, com carros muito leves e frágeis denominados *tanketes*.

Nestas condições, sem possibilidades de melhorar o material e com o desestímulo provocado pela polêmica em torno da motomecanização, as unidades blindadas não

poderiam mesmo se desenvolver nas periferias.

Mas a iniciativa pioneira não se fez em vão. As motivações contrárias à sua sobrevivência, em particular as de ordem psicológica, serviriam de alerta e seriam habilmente contornadas na oportunidade seguinte, em circunstâncias mais favoráveis que a tornariam definitiva, ao encontrar em outro idealista, o então Cap Cav Carlos Flores de Paiva Chaves, a mesma pertinácia de José Pessoa. Mas esta já é outra página de nossa história dos blindados.¹⁸

Conhecendo em nossa pesquisa um pouco melhor ao Gen José Pessoa, percebemos que ele era, antes de mais nada, um obstinado, um apaixonado mesmo por tudo que se referia à eficiência profissional do Exército.

Era por natureza um espírito empreendedor e sua ação sempre foi pautada por empreendimentos arrojados, com vistas ao futuro e à grandeza de nosso País.

Como Inspetor da Arma de Cavalaria, então já general, em 1939, propôs a criação de uma Escola de Cavalaria. Resistindo a pressões de toda ordem, partidas em particular do Estado do Rio Grande do Sul, onde se localizava mais da metade de nossas unidades de Cavalaria, indicou como sua localização a cidade do Pirassununga, que, segundo seus estudos, melhor atendia

¹⁸ Para o conhecimento desta etapa da evolução dos nossos blindados ver a *Síntese Histórica* publicada pela EsMB, por ocasião da comemoração do 40º aniversário de formatura da primeira turma especializada por aquela Escola.

Quadro do Efetivo de Instrução de uma Companhia de Carros de Assalto (Infantaria), em 1921

QUADROS	HOMENS	OBSERVAÇÕES
<i>1º — Officiaes</i>		
Capitão		(1) Encarregado do Material Bellico.
1º Tenente (1)	1	
2ºs Tenentes	2	
2º Tenente (Radiographista) ..	1	
2º Tenente intendente	1	
2º Tenente medico	1	
Total	7	
<i>2º — Tropa</i>		
1º Sargento	1	
2ºs Sargentos	2	
3ºs Sargentos	3	
3ºs Sargentos intendentes ..	2	
3º Sargento de saude	1	
Cabos de esquadra	4	
Cabos do material bellico ...	4	
Cabo de saude	1	
Cabo intendente	1	
Cabo corneteiro	1	
Auspeçadas	6	
Soldados	67	
Total	93	
<i>3º — Secção de operarios</i>		
<i>Officiaes</i>		
2º Tenente commandante ..	1	
Total	1	
<i>Tropa</i>		
1º Sargento-mecanico (chefe de officinas)	1	(1) Recrutados entre aquellos que exercem profissões liberaes: ferreiros, marceneiros, mecanicos de motores de explosão, conductores de automovel, operarios de precisão, desenhistas, electricistas, armeiros e artifices.
2ºs Sargentos-mecanicos ...	2	
Cabos-ajustadores	2	
Cabos-montadores	2	
Cabo-armeiro	1	
Cabo-marcineiro	1	
Cabo-funileiro soldador	1	
Operarios	30 (1)	
Total	40	
Grande total	133	

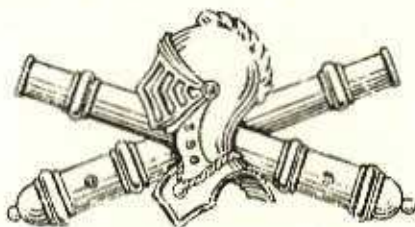
Rio de Janeiro, 5 de maio de 1921 — João Pandiá Calogeras.

Distintivo da Companhia de Carros de Assalto

Tornando extensiva á companhia de carros de assalto a 3ª observação da tabella n. 1, annexa á Revisão da Consolidação de Fardamento e adoptando distinctivo para a mesma companhia

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1921 — N. 621.

Sr. Chefe do Departamento do Pessoal da Guerra — Declaro-vos que fica extensiva á companhia de carros de assalto a 3ª observação da tabella n. 1, annexa á Revisão da Consolidação de Fardamento, Declaro-vos, outrossim, que para a mesma companhia é adoptado o distinctivo que a este acompanha, o qual será de metal bronzado. Saude e fraternidade — *Calogeras*.



(Distinctivo approvado pelo a. s. n.º acima)

Toque de Corneta para a Companhia de Carros de Assalto

1ª PARTE

Approvando o toque de corneta para a companhia de carros de assalto

Approvando o toque de corneta para a companhia de carros de assalto

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1921 — N. 704.

Sr. Chefe do Departamento do Pessoal da Guerra — Declaro-vos que approvo o incluso toque de corneta para a companhia de carros de assalto.

Saude e fraternidade — *Calogeras*.

Toque de corneta a que se refere o a. s. n.º acima



Nota — O toque n. 1, é companhia; o n. 2, é composto dos dois primeiros compassos de artilheria e dos dois primeiros compassos de carga, terminando com a minima final do toque de carga.

IMP. MILITAR — 1923.

aos interesses do Exército. Mas para levar avante essa obra, não ficou aí. Obteve da Prefeitura Municipal daquela localidade a desapropriação de 5.000 alqueires de terra, necessários ao empreendimento e o financiamento, pelo Governo Estadual, para a construção do bloco Escola. Tendo o Ministro da Guerra de então, Gen Eurico Gaspar Dutra, decidido que os recursos disponíveis não permitiam, dentro das prioridades estabelecidas, construí-la naquela oportunidade, dele não se ouviu nenhuma queixa, embora a decisão deva tê-lo amargurado muito, tal o empenho que dedicara a essa tarefa.¹⁹

É provável que se sua idéia tivesse ido avante, ali tivéssemos hoje, como um laboratório a orien-

tar nossa organização, doutrina, seleção dos tipos mais adequados de blindados, sua experimentação e mesmo o seu desenvolvimento, uma Escola de Blindados, que tanta falta nos fez e ainda nos faz.

Em sua vida de profícuos trabalhos José Pessoa deixou inúmeras obras, motivo porque seu nome ficou vinculado à mais arrojada e conhecida delas — a Academia Militar das Agulhas Negras —, de cuja magnífica construção se beneficiaram as atuais turmas de oficiais do Exército, de tenentes a coronéis.

Talvez por isso ele não seja lembrado, como o Pioneiro dos Blindados no Brasil, que sem dúvida o foi. Cremos que seu pioneirismo justificaria plenamente que déssemos seu nome a uma de nossas unidades blindadas, já que se pode considerar ter sido ele "notório idealizador ou propugnador" de todas elas e "personificar o componente humano ideal" de cada uma delas, como determina a Portaria Ministerial nº 295, GB, de 20 de agosto de 1968.

¹⁹ Os terrenos desapropriados pela Prefeitura Municipal (5.000 alqueires) que ampliaram a área do então 2º RCD, ali sediado, por não terem sido utilizados pelo Exército, foram oferecidos posteriormente ao Ministério da Aeronáutica que ali edificou a Academia da Força Aérea Brasileira.

O Cel de Cavalaria Agnaldo Del Nero Augusto, da Turma de 20 de dezembro de 1956, possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Comunicações, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — ECEME, tendo exercido nesta última a função de Instrutor da Seção de Doutrina. Exerce atualmente a função de Sub-chefe da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai. "Evolução das Táticas e das Técnicas de Blindados" é o título de sua última colaboração em A DEFESA NACIONAL (Nºs 673, 674, 675 e 676).

FLEISCHMANN E ROYAL PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

NADA NOS PÁRA

PIONEIRISMO — Em outubro de 1931, proveniente do Rio de Janeiro, o vapor *Araraquara* do Lido Brasileiro, atingido por violento temporal, naufragou à entrada da Barra do Rio Grande, perdendo toda sua carga e entre ela 100 caixas de FERMENTO FRESCO FLEISCHMANN, estoque para 15 dias. O famoso serviço FLEISCHMANN entrou em ação e um veloz hidroavião da VARIG (300 km. horários) amerissava no rio São Gonçalo - Pelotas, levando 40 caixas de fermento. Antes de amerissar fez vôo sobre Pelotas, distribuindo folhetos: Chegou o Fermento Fleischmann. A foto mostra a Diretoria da Associação de Panificadores e sobre a asa A.F.Arujo, agente da Fleischmann à época. O Fermento era proveniente dos Estados Unidos.



EM CASOS DE QUALQUER HECATOMBE, A FLEISCHMANN ASSUME A RESPONSABILIDADE DO FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE FERMENTO USANDO DE TODOS OS MEIOS DE TRANSPORTE PARA QUE O PÃO NOSSO DE CADA DIA NÃO FALTE EM TODOS OS LARES DO BRASIL, POIS O FERMENTO É UM DOS COMPONENTES DO ALIMENTO BÁSICO

— O PÃO —



O EXÉRCITO ALEMÃO DE HOJE

Pedro Schirmer

A Alemanha, ao término da 2ª Guerra Mundial, na condição de país vencido, teve o seu Exército desmobilizado e o território ocupado pelas potências vencedoras, EUA, França, Inglaterra e União Soviética.

O rompimento da aliança entre os vencedores ocidentais e a União Soviética fez com que do antigo setor sob ocupação soviética surgisse a chamada República Democrática Alemã, e dos setores ocupados pelos EUA, França e Inglaterra se constituísse a República Federal da Alemanha (RFA).

Este rompimento não surpreendeu os estudiosos da política internacional, posto que aquela aliança, no decorrer da 2ª Guerra Mundial, era um fenômeno esdrúxulo, verdadeiramente inconcebível.

A explicação para tal aliança baseava-se na dita "necessidade de

destruir a Alemanha do *III Reich*, que marchava célere para a conquista do mundo". Uma conquista de fatia maior de mercados, evidentemente, que de resto todos os países industrializados procuram para colocar seus produtos e influências.

Criada a RFA, os países ocupantes do seu território avocaram a si a sua defesa. O fosso existente entre os dois blocos de ideologias e de sistemas de vida antagônicos foi se alargando até o ponto em que a URSS, o parceiro da véspera, transformou-se em inimigo declarado.

Para os aliados — então reduzidos a três — a RFA tornou-se, em consequência do novo *status quo*, um fardo demasiadamente pesado, porquanto uma invasão soviética passou a representar sério perigo.

O Chanceler Konrad Adenauer, pressentindo a ameaça que pairava sobre os céus da RFA, lançou aos aliados um patético apelo: "Dêem-nos armas e nós faremos a nossa defesa".

Em decorrência deste brado permitiu-se ao recém-criado país, que reorganizasse uma Força Armada, a fim de prover sua defesa, não sozinha, mas integrada em um sistema coletivo de defesa, a recém-criada OTAN.

Assim, em maio de 1956, por ocasião do 200º aniversário de nascimento do herói nacional General Scharnhorst, surgiu dos escombros ainda fumegantes da guerra, uma nova Força Terrestre, que juntamente com a Marinha e a Força Aérea, passaram a constituir a *Bundeswehr*.

O nome *Bundeswehr* (*Bund* = Federação e *Wehr* = Defesa) substituiu a *Wehrmacht* (*Macht* = Força), que por sua vez substituíra o *Reichswehr* (Defesa do Império).

Alguns anos mais tarde, a URSS, percebendo a trágica sina a que o povo alemão foi levado, pela divisão do País em dois, acenou à RFA com a reunificação alemã. Para tal, entre outras condições, havia uma cláusula básica: A Alemanha deveria declarar-se neutra, e como tal, dissolver as suas Forças Armadas. A dúvida na sinceridade das intenções de Moscou impediu a efetivação da proposta. Não haveria quem barrasse uma posterior marcha soviética até as margens do Reno.

A harmonia do funcionamento da *Bundeswehr*, sob um comando único, o Ministério da Defesa, é

exemplo de racionalização de trabalho, de economia de meios e de integração; uma só Escola de Comando e Estado-Maior para as três forças singulares; peças de uniforme comuns, armamento individual padronizado e um sem número de outras vantagens.

O recrutamento dos quadros foi feito entre os remanescentes da Guerra, procurando-se impedir o ingresso da nova Força, daqueles que se manifestassem de acordo com as idéias políticas vigentes no Governo da Alemanha Nazista. Muitos declararam-se contrários aos antigos ideais, mas houve quem renegasse suas convicções por necessidade material. Afinal, foram sempre e tão somente soldados; não sabiam exercer outra profissão.

O poder militar, por ser estreitamente vinculado ao poder político — e não pode ser diferente em qualquer nação — fez com que o novo Exército, persuadido pelas potências vencedoras, certamente, fruto do novo *status quo*, abdicasse da postura marcial tradicional do soldado alemão.

As conhecidas marcialidade e postura ditas prussianas, ficaram apenas no Exército Popular da República Democrática Alemã.

A influência civilista no seio do Exército manifesta-se cotidianamente. Inicia com a difundida idéia de que as Forças Armadas não possuem soldados, mas sim cidadãos em uniforme, e prossegue com práticas consideradas pouco ortodoxas para uma Força Armada. É o caso do tratamento pessoal, no dia-a-dia, em que um mili-

tar se refere ou se dirige a outro nomeando-o, não pelo posto ou graduação, mas sim pelo simples título de Senhor. O tratamento do Senhor Coronel X ou Senhor Sargento Y é substituído apenas por *Herr Z*, seja almirante, capitão ou soldado.

Tal prática, entretanto, não significa desprezo, desdém ou desrespeito; muito pelo contrário. A estreita camaradagem entre os diferentes círculos hierárquicos é uma tradição que remonta há um passado distante. Talvez aí resida o fato de que o conceito da palavra *Kamerad* tem conotação mais forte do que "amigo". Não é por outra razão que são incontáveis os exemplos, em casos de guerra, quando soldados rasos, sargentos e oficiais — sem nenhum pejo — vertiam copiosas e sentidas lágrimas, uns pelos outros, quando independentemente de posto ou graduação, os vivos conduziam os mortos à última morada.

O desejo em desvincular qualquer traço de união com o passado faz com que se procure sopitar o culto às tradições, como se fosse possível existir um Exército, que não cultua as suas tradições.

Pregadores há, inclusive, que dizem abertamente, que o Exército alemão iniciou suas tradições em 1956, com a criação da *Bundeswehr*.

De modo geral, estas particularidades são bem absorvidas pelos quadros, que as entendem como uma manifestação da Democracia.

O Exército, obviamente de par com a Marinha e a Força Aérea, está estruturado de forma a atuar

no âmbito da OTAN, não apenas na defesa do território alemão que lhe restou, mas sim na defesa da Europa Ocidental, e conseqüentemente do mundo livre.

Assim sendo, desde os tempos de paz, o Exército formado por 380.000 homens — número que pode rapidamente ser multiplicado em caso de mobilização — está organizado em 3 Corpos e estruturado numa Ordem de Batalha com o dispositivo adequado à defesa do País, caso ocorra um conflito armado. Entre estes 3 Corpos, alternadamente, estão forças de outros países-membros da OTAN.

Esta Ordem de Batalha está intimamente ligada com a estratégia militar da OTAN: "A Reação Flexível", que tem por objetivo evitar uma guerra pela dissuasão, fazendo ver ao inimigo, que no caso de uma agressão ele correrá riscos incalculáveis e defrontar-se-á com meios de defesa adequados à escalada das ações. Para isso, a Reação Flexível está assentada numa tríade, constituída de forças nucleares estratégicas, forças nucleares táticas e forças convencionais.

A Alemanha continua, pois, cumprindo um papel histórico, que é o de ser a vanguarda da defesa do mundo livre, contra as ameaçadoras hordas vermelhas do Leste.

E quando se vê agigantarem-se as forças do Pacto de Varsóvia, numa crescente ameaça à segurança das instituições do mundo livre, vêm à tona perguntas que embarracem e engasgam gargantas de estrategistas, políticos e pensadores: Não teria sido um clamoroso erro destruir a Alemanha na 2ª Guerra

Mundial, quando já se sabia do perigo representado por uma URSS vitoriosa naquele conflito? Que interesses havia atrás de tudo que se fez?

O armamento convencional utilizado pelo Exército provém basicamente de duas fontes:

1ª) fornecido pelos EUA: principalmente o material de Artilharia, que chega a ser da ordem de 70-80%.

2ª) de fabricação própria, com destaque para o armamento individual e material motomecanizado.

Uma grande dependência, como se vê, de material importado. A explicação para isto repousa, entre outros fatores, na longa e forçada paralisação do parque industrial bélico alemão, ocorrida no pós-guerra.

O orgulho da indústria bélica alemã reside hoje no carro de combate Leopard II, fantástica máquina de guerra, que teve o seu desenvolvimento iniciado ainda durante a 2ª Guerra. Na excelência do seu desempenho repousa todo o gênio da tradicional engenharia germânica.

O chamado "complexo de culpa", de que a Alemanha foi a única responsável pela eclosão da 2ª Guerra Mundial ainda está presente em amplos setores da população e das Forças Armadas. Exemplo vivo são as restrições às exportações de material bélico, para áreas onde haja pontos de atrito e possibilidade de guerra. Foi o caso, quando em 1981/82, da pretendida compra pela Arábia Saudita de uma partida de Leopards II. Le-

vantaram-se vozes contrárias à transação, em Israel, e a Alemanha não teve forças para levar avante um negócio que lhe traria valiosos petrodólares.

A motivação do soldado alemão para com o serviço militar — em todos os escalões da hierarquia — é um fato palpável. Isso constata-se, entre outras observações, na participação eloqüente do soldado nos serviços de rotina e na instrução, bem como em manobras, nas quais tomam parte também os reservistas. Passagem para a Reserva não significa "adeus às armas". O reservista, seja ele soldado raso, sargento ou oficial, possui em casa o seu equipamento, à exceção do armamento, e tem a consciência de que além da participação em exercícios, pode ser chamado a qualquer momento, em caso de mobilização.

Daí o interesse em participar ativamente dos exercícios, procurando conhecer o terreno em todos os seus detalhes, saber, por exemplo, onde e quando serão acionadas as cargas explosivas previstas desde os tempos de paz, em uma determinada ponte, procurando aprender o que o material pode render em seu proveito.

Os quadros, até o posto de capitão, na proporção de 2/3, são constituídos de pessoal temporário, que serve um máximo de doze anos. À primeira vista parece estranho quando se vê que após este período relativamente longo, o homem deve deixar as fileiras e enfrentar uma nova profissão. Ao se constatar, porém, que o Estado lhe proporciona o aprendizado de

um novo ofício e que este homem se torna um experimentado reservista, deixando lugar para a formação de novos reservistas, verifica-se o quão inteligente é o sistema e acaba-se por concordar com o conceito de "cidadão em uniforme".

Via de regra, todo soldado alemão conhece a fundo a problemática do Exército; sabe inclusive quanto custa um fuzil, uma viatura, um equipamento rádio etc.

Também conhece e estuda o material do inimigo — não um ini-

migo hipotético, batizado de vermelho para fins didáticos e de instrução — mas sim um inimigo real, claramente definido, que ninguém faz segredos. São as forças do Pacto de Varsóvia estacionadas junto à fronteira da Alemanha.

O dito popular *Lieber rot als tot* (É preferível ser vermelho a ser morto), difundido certamente a partir do outro lado da fronteira, não encontra guarida nas fileiras alemãs, que respondem com a inversão da frase: *Lieber tot als rot*.



O Ten Cel Inf QEMA Pedro Schirmer é da Turma de 20 de dezembro de 1956 e tem os seguintes cursos: Academia Militar das Agulhas Negras, Básico de Pára-quedista, Mestre de Saltos de Pára-quedista, Instrutor de Educação Física, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. No exterior, fez o curso de Estado-Maior da Academia de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas da República Federal da Alemanha, onde estagiou na 27ª Brigada

Aerotransportada do Exército (no grau de Comandante de Tropa), tendo obtido o diploma e o brevet de Pára-quedista da **Bundeswehr**.

Ex-Instrutor da ECEME, membro do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército, titular da seção "Armaria" do jornal "Letras em Marcha", o Ten Cel Pedro Schirmer exerce atualmente a função de Comandante do 27º Batalhão de Infantaria Pára-quedista.



AS COMUNICAÇÕES TÁTICAS NO EXÉRCITO SOVIÉTICO

Humberto José Corrêa de Oliveira

COMO NASCEU A IDÉIA DE COMENTAR O ASSUNTO

Durante o curso que realizei na Escola Superior de Guerra Interforças, na França, nos anos de 1977 e 1978, tive a oportunidade de fazer excelente relacionamento com oficiais de muitos países, entre os quais existiam colegas cujos exércitos empregavam materiais e táticas soviéticas.

Para eles as sessões e debates sobre o "Inimigo Vermelho" (para nós intitulado o "O Agressor" pela ECEME nos anos 1965/67) não lhes causavam surpresa e até complementavam algumas lacunas que ocorriam durante as exposições, com detalhes ou peculiaridades interessantes.

No correr do nosso primeiro exercício na carta, fui designado

Cmt Com de um CEx, recebendo como adjunto um oficial pertencente a um exército que adotava praticamente em tudo a Doutrina Militar Soviética. Ele era da Arma de Artilharia, fato que inicialmente me aliviou, pois os artilheiros por tradição sabem empregar as comunicações táticas.

Quando iniciamos o planejamento, verifiquei que ele pensava de maneira completamente diferente do senso comum dos exércitos ocidentais (OTAN) no que concerne ao emprego das comunicações. Para ele o "comandar pela voz" (pelo rádio) só em situações excepcionais. O emprego do sistema nodal (usávamos o sistema que antecedeu o RITA — Réseau Intégré des Transmissions Automatiques) era algo que ia muito além de sua imaginação, pois só raciocinava preponderantemente com o em-

prego do fio, do mensageiro e de outros meios alternativos.

Para levar avante nossa missão escolar, foi necessário conversar e pesquisar as causas de suas idéias radicais sobre o assunto, pois raciocinava completamente diferente do pensamento francês e do nosso.

Verifiquei que ele estava condicionado ao emprego das Comunicações ao modo soviético e merecia um estudo sobre o assunto, pois saí convencido de que em qualquer provável conflito militar contra forças soviéticas ou que adotem sua doutrina, seja na Europa ou em outras partes do Mundo, será necessário conhecer como empregam as Comunicações, para tirarmos vantagens de suas vulnerabilidades e como negar-lhes suas possibilidades.

O meu propósito é transmitir um curto comentário sobre o emprego tático das comunicações no Exército soviético, abrindo o assunto à especulação por parte dos analistas militares.

UM POUCO DE HISTÓRIA

O Exército soviético emprega suas comunicações táticas baseado nas duras experiências sofridas durante as duas Grandes Guerras deste século.

Em setembro de 1914, próximo aos Lagos Masurianos, a sueste de Königsberg, na Prússia Oriental, uma força alemã, sob o comando do Marechal Paul von Hindenburg, aniquitou um exército russo, que possuía uma grande superioridade numérica. Foi para os russos uma

das mais estarrecedoras derrotas militares, tendo sofrido mais de 100.000 baixas entre mortos, feridos, desaparecidos e prisioneiros.

Esta batalha tem sido objeto de interessantes estudos por parte dos analistas militares ocidentais e, entre eventos abordados, ela marca o primeiro emprego tático do rádio em combate pelos russos.

Eles atribuem a derrota russa, entre outros fatores, à falta de agressividade dos seus generais e à perda da segurança das comunicações rádio, que permitiu a escuta da rede de comando russa por parte dos alemães.

Durante a 2ª Guerra Mundial, o Exército soviético na Frente Oriental foi nitidamente surpreendido pelo emprego maciço das comunicações pelos alemães. Os autores soviéticos descrevem, mas não apresentam razões plausíveis, informando que as forças soviéticas aplicaram medidas tão enérgicas ao emprego do rádio, mesmo no período vitorioso, no final do conflito, que completamente inibiram o emprego daquele meio de comunicações, que é o ideal para a guerra de movimentos rápidos.

Pesquisando o assunto, os analistas ocidentais descobriram que os sistemas de informações alemães receberam mais de 70% de suas informações dignas de confiança por meio da interceptação das comunicações-rádio táticas soviéticas.

Certamente eles se aperceberam do que estava acontecendo e ficaram receosos de serem interceptados pelas unidades de radiogoniometria e interceptação alemães e da

subseqüente possibilidade de sofrerem ataques aéreos ou de artilharia sobre suas posições.

O "medo do rádio" foi mais além, levando alguns comandantes a desdobrar seus conjuntos-rádio a uma considerável distância dos PC, impedindo a sua plena utilização, que lhes valeram críticas, pois a radiogoniometria alemã apresentava imprecisão, fato que se refletia na eficácia da artilharia em bater os postos-rádio e PC.

O Exército soviético de hoje e do amanhã é uma formidável máquina de guerra móvel e flexível, a serviço do expansionismo do Estado e da ideologia soviética. Para atender a seus desejos, os chefes militares da União Soviética dotaram suas organizações com a tecnologia crescentemente demandada pelas comunicações rápidas e flexíveis, porém, procuraram assegurar que os problemas ocorridos durante a 1ª e a 2ª Guerra Mundial não serão repetidos.

CONCEPÇÃO DAS LIGAÇÕES

O Exército soviético é austeramente dotado de materiais de comunicações, quando comparado com os exércitos ocidentais, em especial com os da OTAN, e sua atualização técnica não é tão avançada, mas seus materiais são rústicos, confiáveis e de boa qualidade operacional.

Após a crescente intervenção no Afeganistão, analistas ocidentais têm-se expressado que a União Soviética parece estar mudando a maneira de empregar suas forças

terrestres, trazendo, como consequência, uma modificação quanto às comunicações, tendo como indício o uso de conjuntos-rádio operando nas frequências de UHF, especialmente para a ligação solo-ar nas operações aeroterrestres e aeromóveis.

No que concerne às suas comunicações-rádio, eles empregam uma variedade de conjuntos transportados tipo mochila, operando em AM e FM de baixa potência, cobrindo partes do espectro eletromagnético das faixas de HF e VHF. Os conjuntos-rádio que trabalham em HF são de mobilidade variável e os de alta potência normalmente estão instalados em viaturas.

As divisões soviéticas normalmente possuem um B Com, os regimentos uma Cia Com e os batalhões um Pel Com.

Quanto às ligações de âmbito divisionário, poucas informações têm chegado ao Ocidente, porém é conhecido que eles empregam dois tipos básicos de conjuntos multi-canais rádio, e o mais recente denomina-se R 409, que é empregado para as ligações entre o exército de armas combinadas e as divisões. Provavelmente, é um material de baixa ou média capacidade de multiplexação por divisão de frequência (FDM).

Os C Com estão dotados de uma grande variedade de meios, instalados em furgões especializados, onde estão montadas centrais telefônicas, centros de mensagens, centros de controle de comunicações e conjuntos-rádio. Há uma tendência para substituí-los por

viaturas blindadas sobre rodas ou lagartas.

As comunicações por meio de teleimpressores permitem as ligações até o escalão regimento e as das redes de comando são destinadas a permitir o controle e a coordenação de até dois escalões abaixo do considerado.

O procedimento de "saltar escalões" permite ao "front" controlar e coordenar as divisões, o exército de armas combinadas os regimentos divisionários e as divisões os batalhões de seus regimentos; tudo de conformidade com a situação operacional.

Durante este comentário, determos-nos especialmente no escalão batalhão, cujos materiais de todos os tipos têm sido exportados ou entregues a alguns países, em maiores quantidades, merecendo particular atenção.

Os batalhões de combate e de apoio ao combate mecanizados ou altamente móveis estão bem dotados com materiais rádio, porém empregam outros meios de comunicações, incluindo o fio; os mensageiros transportados em viaturas, aviões leves, helicópteros ou motocicletas; e os dispositivos ópticos ou acústicos.

A responsabilidade pelas ligações segue um sistema no qual o escalão superior se liga com as unidades subordinadas e a unidade da direita com a da esquerda, podendo, ainda, saltar escalões. A administração das comunicações nos escalões regimento e batalhão é da responsabilidade direta do chefe das comunicações, que executa

suas tarefas sob a supervisão do chefe do estado-maior da unidade.

A concepção geral das comunicações soviéticas, particularmente no que concerne ao emprego do rádio, restringe o seu emprego a um mínimo compatível com as necessidades operacionais. A rede é formada, mas todos os postos aguardam na escuta, limitando-se à transmissão de mensagens de elevada urgência nos momentos críticos, e, quando possível, devem ser empregados outros meios para transmiti-las, evitando o rádio.

Como veremos na continuação deste comentário, uma característica peculiar a todas as unidades soviéticas é o relativamente pequeno número de redes-rádio nos correspondentes escalões de comando e o elevado número de participantes em cada uma, acarretando uma sobrecarga, que é atenuada por meio:

- das restrições quase proibitivas do uso do rádio;
- das rigorosas regras disciplinando a sua exploração;
- da permissão da entrada do posto de uma rede nas redes vizinhas;
- no intenso emprego pré-planejado de meios alternativos de comunicações (fio, mensageiro, ópticos e acústicos); e
- da expedição de procedimentos específicos para os vários tipos de operações.

AS COMUNICAÇÕES NAS OPERAÇÕES

Os documentos de origem soviética descrevem três tipos de operações para o planejamento das co-

municações: marcha, defesa e ofensiva.

As comunicações nas marchas

Os principais meios de comunicações empregados nas marchas são os mensageiros e os sinais visuais e acústicos. O rádio é usado sob estrito controle, para assegurar a máxima segurança.

Durante os deslocamentos diurnos, é empregada a sinalização por bandeirolas ou por gestos feitos com os braços, para a ligação entre a viatura do comandante da coluna e as demais à sua retaguarda. Nas áreas de retaguarda onde o fator ruído não cause problema, são utilizadas as buzinas das viaturas para sinalizar os altos ou reinícios da marcha.

Ao longo dos eixos de deslocamentos o movimento é regulado por meio de postos de controle de trânsito. Nas operações de grande envergadura esses postos podem ser operados por tropas especialmente instruídas e equipadas, envergando seus uniformes negros, com talabartes brancos refletorizados, destinadas a regular o trânsito.

Nas marchas de regimentos e batalhões, os postos de controle de trânsito são operados por elementos pertencentes a uma subunidade orgânica.

Os postos de controle de trânsito regulam a marcha, supervisionando o que está prescrito na ordem de marcha, controlando, em especial, os intervalos entre as unidades de marcha, o tempo de escoamento e o momento em que a

unidade atinge o posto de controle. Os postos de controle de trânsito são ligados ao QG que controla a marcha, empregando, preferencialmente, as comunicações por fio. Em alguns casos as ligações são procedidas por meio de mensageiros motorizados, ou em helicópteros que se movimentam ao longo da coluna.

Em raras ocasiões o rádio é empregado, porém os chefes de comunicações soviéticos, doutrinados nas restrições deste meio, esforçam-se para evitar seu uso sempre que possível.

Todas as viaturas de combate que possuem rádio o mantêm sob severa restrição e é uma prática soviética desligar o microfone do conjunto-rádio, para evitar uma transmissão inadvertida.

A única razão aceitável para romper o silêncio rádio é o engajamento com o inimigo. O engajamento é entendido como sendo o momento em que a tropa já está combatendo efetivamente o inimigo. O mero contato, tiros esparsos não justificam o rompimento da restrição rádio.

Para compreendermos a restrição rádio soviética é necessário recordarmos as prescritas doutrinariamente pelo Exército brasileiro:

silêncio absoluto — transmissores e receptores desligados;

silêncio — transmissores desligados e receptores ligados;

restrito — transmissores e receptores ligados, sendo permitidas apenas as mensagens indispensáveis ao estabelecimento da rede e as classificadas como urgentes e urgentíssimas; e

livre — transmissores e receptores ligados, sem restrições ao tráfego.

No correr deste comentário, freqüentemente as prescrições rádio em silêncio e restrito se confundem, por ser difícil transmitir precisamente o pensamento soviético. Além disso, com o grande emprego de transceptores pelos atuais exércitos, as duas prescrições enfatizadas com o entendimento dado por nós provavelmente terão que ser revistas e receberão uma só denominação,

O transceptor é um conjunto-rádio que dispõe de radioemissor e radioreceptor, bem como de circuitos comuns, que são ligados e desligados por meio de um mesmo comutador e são comandados automaticamente pela tecla do microfone, pelo manipulador telegráfico ou pela voz do operador; isto é, quando pressionado um ou outro, ou quando o radioperador fala, o transmissor liga e se inicia a emissão; para silenciá-lo basta interromper aquelas ações.

As comunicações com as unidades de marcha são normalmente feitas por meio de mensagens escritas, entregues por mensageiros motorizados ou em helicópteros que circulam ao longo da coluna, ou transmitidas por fio a um posto de controle de trânsito, que as copiam e entregam ao comandante da coluna, quando ele passar por aquele posto. Se o comandante da coluna desejar ligar-se com o escalão superior, deverá proceder invertendo o processo.

Durante os altos de curta duração, o chefe do EM dos batalhões

normalmente percorrem o itinerário e visitam as subunidades, estabelecendo contato pessoal com seus comandantes. Durante os longos altos ou se as unidades estiverem muito concentradas, as mensagens expedidas são entregues por mensageiros a pé.

Os agentes de ligação, tais como os mensageiros, oficiais de ligação e correios, são considerados pelos soviéticos como meios seguros de comunicações. Não existe mensageiro com formação especializada nos pequenos escalões. Podemos partir de um princípio de que todos os soldados podem ser empregados como mensageiros. No EM de regimento e escalões superiores, encontra-se à disposição o oficial de ligação, enquanto que para o serviço de correio são empregados, de acordo com as necessidades, oficiais ou suboficiais (subtenentes ou sargentos).

Nas áreas de reunião ou posições de ataque, as comunicações por fio são preferidas e as frações avançadas, como parte de suas tarefas normais, poderão freqüentemente lançar cabos de campanha.

Durante as marchas, a meta dos comandantes soviéticos é eliminar o rádio como meio de comunicações ou, pelo menos, reduzir seu emprego a um mínimo praticamente absoluto.

O rádio continua sob restrição durante os alarmas de ataques aéreos e transmissões de dados sobre ataques químicos, biológicos e radiológicos (QBR); os postos rece-

bem as mensagens, mas não acusam o recebimento.

As comunicações na defensiva

Os comandantes soviéticos mostram-se muito sensíveis à segurança das comunicações nas situações defensivas, tanto quanto nas marchas. O emprego das comunicações por fio é preferencial e o rádio é apenas um meio alternativo.

Logo que os batalhões se desdobram no terreno, o chefe das comunicações inicia agressivamente o estabelecimento do sistema de comunicações por fio. Até o momento do início de funcionamento do sistema, as comunicações são efetuadas por meio de mensagens ou sinais ópticos e o emprego do rádio só será admissível no eventual contato com o inimigo.

O rádio fica sob restrição em todos os escalões e as mensagens de alarma aéreo ou QBR sofrem o mesmo processo descrito para a situação de marcha, isto é, os postos recebem, mas não acusam o recebimento.

No sistema de comunicações por fio dos batalhões de fuzileiros motorizados, o cabo de campanha é lançado do batalhão para cada uma das companhias e outros elementos orgânicos ou em apoio.

Próximo à frente de combate o cabo é normalmente lançado sobre o solo, apenas sendo colocado sobre suportes quando há necessidade de cruzar uma estrada onde haja previsão de movimentos de viaturas. Os soviéticos consideram ideal enterrar os circuitos, quando

a situação permitir, mas acreditamos que na prática o fator tempo no moderno campo de batalha tornará este processo de lançamento inviável. Eles têm por hábito preparar valas de 50 a 75 m de comprimento ao longo dos itinerários das comunicações por fio, para proteger as turmas de manutenção contra os fogos de morteiros ou artilharia.

Um sistema de comunicações por fio plenamente desenvolvido pode apresentar da ordem de 12 cabos sobre um mesmo itinerário.

Para não haver confusão e facilitar a manutenção dos circuitos, o chefe das comunicações frequentemente designa para cada elemento subordinado uma cor para diferenciá-los e os cabos são marcados em intervalos de 50 m com fitas coloridas.

A manutenção dos circuitos é uma tarefa árdua e somente a valoriza quem a fez ou a chefiou durante anos. Cada batalhão tem condições de lançar em média de 10 a 12 km de cabo de campanha nas suas ligações, inclusive dobrando ou triplicando as que julgar de vital importância.

É uma prática padrão entre os soviéticos empregar meios alternativos para transmitir uma mesma mensagem. Por exemplo, se uma ligação direta entre o batalhão e uma companhia é interrompida, as mensagens podem ser transmitidas por meio de outra companhia e esta fará chegar a mensagem ao destino, pois deverá estar funcionando a ligação lateral. Procedimento similar ocorrerá entre o batalhão e o regimento.

Cabe ao pelotão de comunicações do batalhão o lançamento dos circuitos no âmbito da unidade e as laterais de que for responsável.

Um regimento de fuzileiros motorizados possui uma companhia de comunicações, com um efetivo da ordem de 4 oficiais e 53 graduados e soldados; e sua responsabilidade de ligação por meio de cabo de campanha termina nos C Com dos batalhões.

Embora na defesa o fio seja o principal meio de comunicações, os comandantes soviéticos estão preparados para o emprego do rádio, quando os circuitos forem interrompidos pelo fogo ou pela manobra inimiga. Normalmente um batalhão de fuzileiros motorizados opera 4 redes-rádio (Figura 1 — Comunicações-rádio de Batalhão de Fuzileiros Motorizados, reforçado).

Para conduzir as operações, o comandante do batalhão instalado no seu PO pode entrar na rede das suas companhias, enquanto que o chefe do EM no PC participa da rede de comando, onde estão os elementos orgânicos e de apoio de fogo.

Um comandante de companhia pode entrar na rede do batalhão quando tiver que transmitir mensagens longas. Quando houver necessidade, os comandantes de batalhões vizinhos podem entrar na rede-comando dos batalhões que estiverem nos seus flancos.

Esta prática causa estranheza para quem adota o modo ocidental de empregar as comunicações-rádio.

No âmbito das companhias não há rede de pelotão.

Não há rede logística na concepção que temos. Há uma rede do serviço técnico, que é operada pelo ponto de observação técnico. Os postos-rádio só entram nesta rede para solicitar apoio para reparo ou evacuação de viaturas danificadas ou destruídas.

As comunicações na ofensiva

Na ofensiva o principal meio de comunicações é o rádio, mas sua operação só é iniciada após estabelecido o engajamento com o inimigo. Antes deste evento o rádio está sob severa restrição.

Da mesma maneira como nas marchas e na defensiva, o planejamento das comunicações é da responsabilidade do chefe das comunicações, supervisionado pelo chefe do estado-maior da unidade. Como foi exposto no comentário sobre as comunicações na defesa, o batalhão opera quatro redes, sendo uma delas a rede do comando do batalhão. Se a unidade de fuzileiros motorizados receber uma companhia de carros de combate em reforço, poderá ser organizada uma quinta rede-rádio.

Se um batalhão (grupo) de artilharia for dado em reforço a um batalhão de fuzileiros motorizados, a unidade de artilharia poderá operar suas próprias redes e o comandante desta unidade participa da rede-comando da unidade de manobra apoiada.

As comunicações entre as companhias são procedidas pela entrada de uma nas redes das demais. A

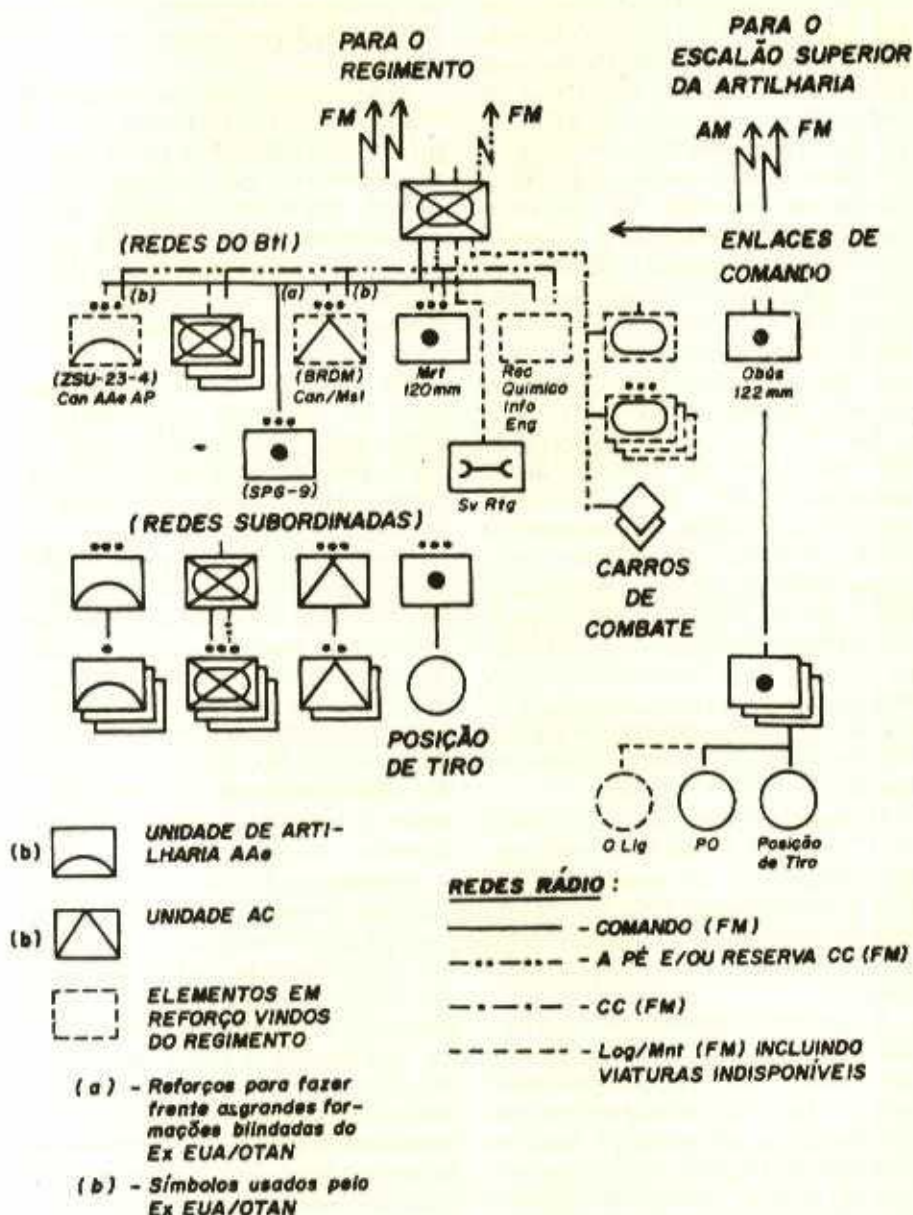


FIGURA 1 - COMUNICAÇÕES RÁDIO DE BATALHÃO DE FUZILEIROS MOTORIZADOS, REFORÇADO

ligação entre os comandantes de companhia e a artilharia é efetuada por meio do contato pessoal com o comandante de bateria ou pela entrada na rede do batalhão (grupo) de artilharia.

Como já expusemos, o comandante de batalhão de fuzileiros motorizados estabelece ligação com os elementos de manobra por meio da simples entrada em suas redes e com o comandante da artilharia que o apóia estabelece contato físico ou pelo rádio, entrando na rede peculiar da artilharia.

Se há um "avianavodchik", ou seja, um controlador aéreo avançado (CAA), ele pode comunicar-se pelo rádio, empregando o conjunto-rádio instalado na viatura do chefe do estado-maior no PC do batalhão. Se ele estiver operando junto a uma companhia, poderá utilizar-se do conjunto-rádio do comandante de companhia para ligar-se ao chefe do estado-maior, na frequência da rede-comando do batalhão.

O posto diretor da rede (PDR) no C Com do batalhão é controlado pelo chefe do estado-maior, que opera na rede-comando do batalhão, acompanha a situação tática e mantém a ligação com o regimento.

É normal o comandante de batalhão estar em posição avançada e daí expedir instruções resumidas para o chefe do estado-maior, no que concerne ao apoio de fogo, o emprego do segundo escalão ou assuntos táticos ligados às operações, deixando para o chefe do estado-maior os detalhes de execução e a supervisão.

AS COMUNICAÇÕES NAS UNIDADES BLINDADAS

Verificamos que as tropas de combate soviéticas dispõem, no conjunto, acima de duas redes-rádio e normalmente não ultrapassam a quatro. No escalão pelotão não há redes-rádio, e quando há é exceção. A limitação do número de redes-rádio restringe também a distribuição de frequências operacionais.

Na rede de comando do batalhão de fuzileiros motorizados é empregado o conjunto-rádio R 123, que é considerado o equipamento padrão para as viaturas de combate blindadas.

Com o conjunto rádio R 105 ou R 107 funciona a rede de apoio ao combate dos batalhões, que permite as ligações com a artilharia, além dos contatos pessoais que normalmente são efetivados entre os comandantes da unidade apoiada e a de apoio, incluindo os acertos sobre as áreas de utilização e onde os postos-rádio possam tecnicamente funcionar.

Valendo-se do conjunto-rádio R 126, as companhias de fuzileiros motorizados poderão, se necessário, organizar suas redes, operando em frequências próprias. O conjunto-rádio R 126 é, além disso, ao que parece, o material projetado para garantir a ligação entre o comandante de companhia, seus pelotões e viaturas blindadas. A ativação dessa rede parece ser restrita à transposição da linha de partida ou ao engajamento com o inimigo. Ela também opera na frequência da rede-comando do bata-

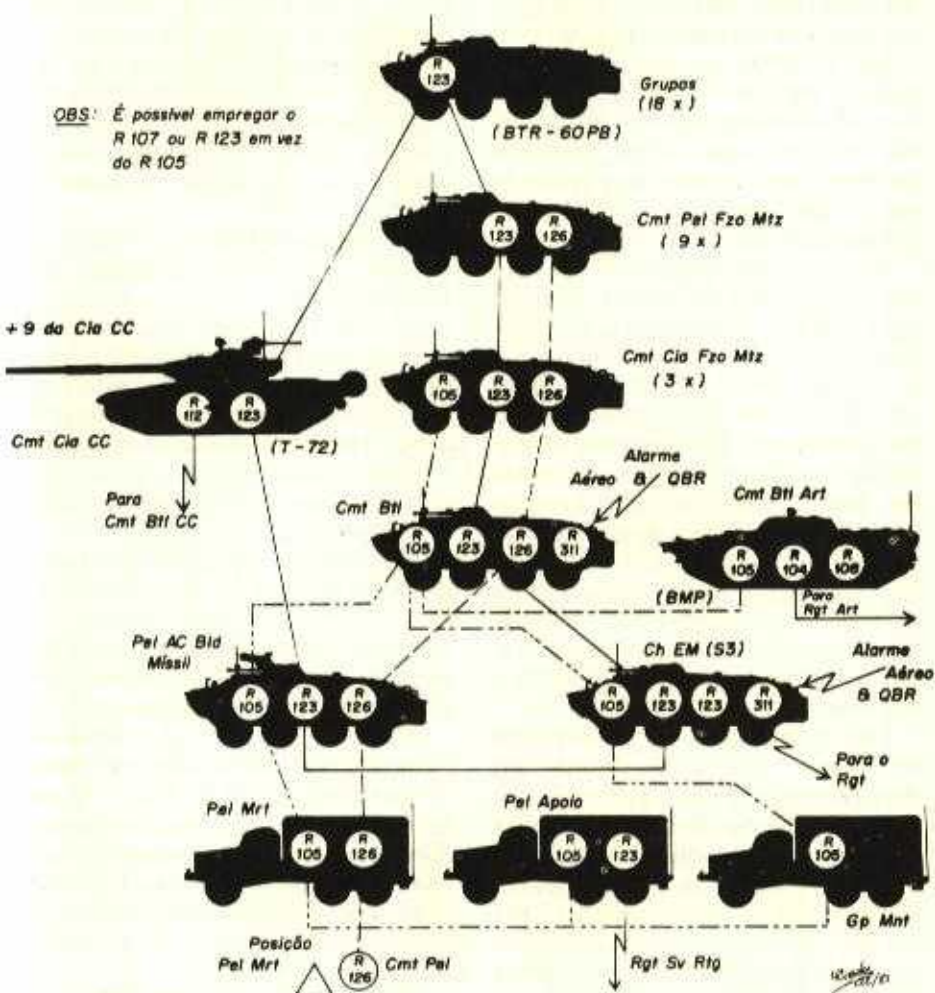


FIGURA 2 - Comunicações Rádio de Batalhão de Fuzileiros Motorizados Reforçado

lhão. Para auxiliar nosso raciocínio, a Figura 2 ilustra uma possível rede-rádio de batalhão de fuzileiros motorizados reforçado.

No batalhão de carros de combate, a rede de comando do batalhão é formada por conjuntos-rádio R 123, onde todos os carros de combate, inclusive as frações de apoio, são, de certo modo, integrantes da rede.

Outra possibilidade de comandar o batalhão de carros de combate resulta da existência do conjunto-rádio R 112, que opera na faixa de HF (\pm de 9,10 a 9,30 MHz). Eles são instalados no carro de combate do comandante do batalhão, no carro blindado do chefe do estado-maior e no carro de combate dos comandantes de companhia. Assim, o R 112 é, ao mesmo tempo, parte integrante da rede de comando em HF do regimento e pode ser de uso exclusivo, provavelmente no nível batalhão/regimento.

Por outro lado, é interessante considerar que a existência do conjunto-rádio R 112 permite a alternativa de os carros de combate poderem ligar-se até ao escalão inferior à companhia, dentro das características do material que opera em HF, podendo cobrir um alcance operacional de 25 km em fonia e 50 km em telegrafia (CW).

Para facilitar a exposição, a Figura 3 ilustra o emprego provável do rádio em um batalhão de carros de combate.

Desde a 2ª Guerra Mundial a artilharia soviética tem-se mostrado um fator decisivo e digno das mais sérias preocupações e é considera-

da, nas publicações militares, como sendo a principal arma de apoio. Diante disto, é interessante comentar as suas ligações-rádio.

O procedimento é mais uma vez simples. Os comandantes dos batalhões (grupos) de artilharia participam da rede do grupamento de artilharia ao qual eles estão subordinados.

Os comandantes de bateria e todas as peças autopropulsadas são integrantes da rede de direção de tiro, cujo PDR está localizado na central de tiro do batalhão (grupo). Além desta, pode ser estabelecida outra rede, para permitir a ligação com o sistema de reconhecimento e busca de alvos da artilharia, posições suplementares e para o comandante de bateria.

A operação de uma rede particular de bateria é possível mediante a distribuição adequada de frequências para os conjuntos-rádio, embora seja pouco provável, pois o batalhão é a unidade de fogo.

As ligações com as tropas de combate são efetuadas por meio do conjunto-rádio R 123 e são estabelecidas e mantidas com prece-dência para as comunicações pessoais dos comandantes. A Figura 4 ilustra uma possível rede-rádio de batalhão (grupo) de artilharia blindada.

Por meio das ilustrações e comentários até aqui expostos, é possível facilmente verificarmos que o modo soviético de empregar as comunicações táticas nos parece limitar o emprego do rádio, tornando-o complexo, especialmente durante o desenvolvimento das operações normais de combate,

OBS - É possível empregar o Conjunto Rádio R 107 em vez do R 123 ou R 125. Há previsão de 8 a 12 Conjuntos - Rádio R 112 por BCC.

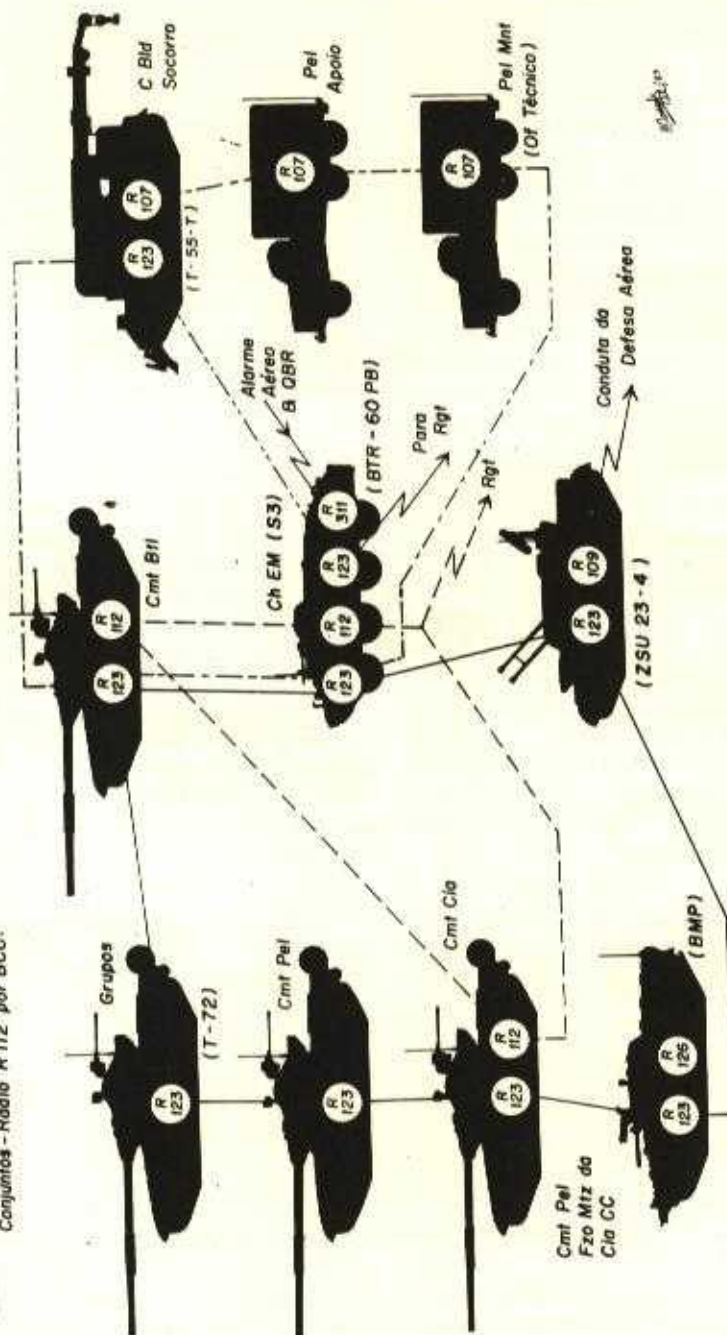


FIGURA 3 - Comunicações Rádio de Batalhão de Carros de Combate

OBS - É possível empregar o R 123 em vez do R 108

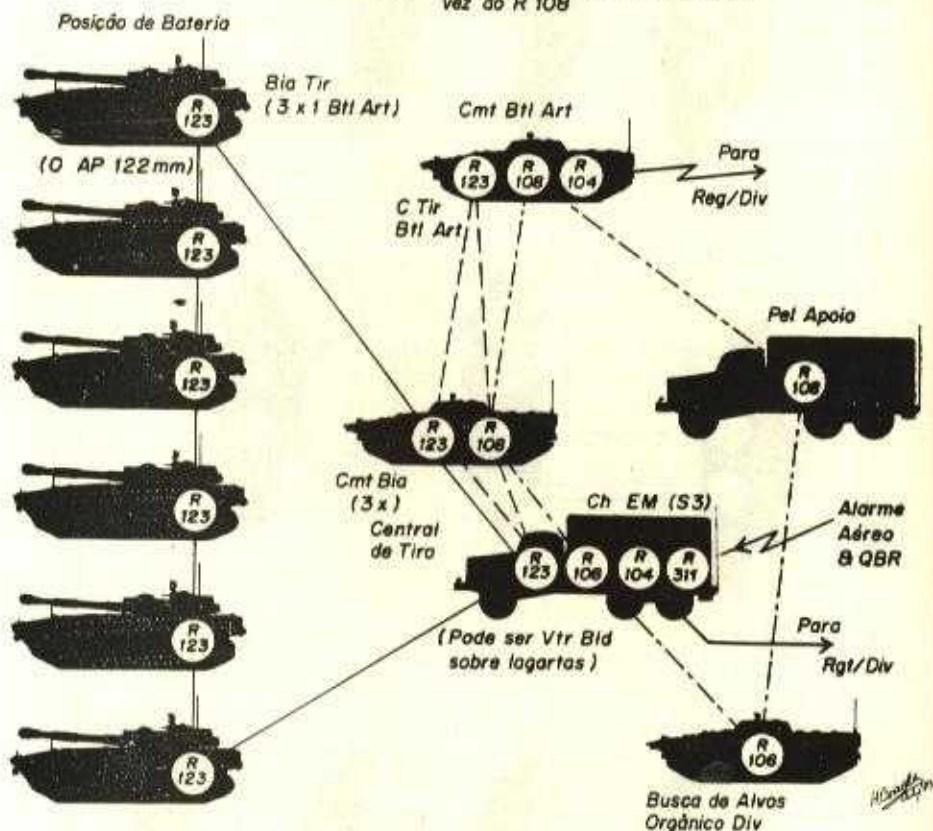


FIGURA 4 - Comunicações Rádio de Batalhão (Grupo) de Artilharia Autopropulsado

podendo acarretar rápida sobrecarga nas redes.

Como resultado prático do emprego das comunicações, os comandantes dos pequenos escalões, particularmente o pelotão e o grupo de combate, inclinam-se para não admitir o recebimento das mensagens transmitidas pelo rádio e para não iniciar uma transmissão, pois a decisão de fazê-la é uma questão de avaliação da situação e da classificação da circunstância extrema.

É normal os comandantes de companhia raciocinarem como comunicar-se com o comandante do batalhão, pois as restrições impostas são fatores de cerceamento à iniciativa, fato que provavelmente seja um reflexo da sociedade fechada em que vivem.

É hábito entre os comandantes soviéticos o seguinte modo de agir: "...na falta de instruções em contrário, a missão deve ser cumprida rigidamente de acordo com a ordem original, isto é, se não houver novidades não há mudança..."

Os conjuntos-rádio táticos de fabricação soviética em FM/VHF recobrem apenas 22 MHz dos canais disponíveis dos conjuntos-rádio de fabricação brasileira, norte-americana e dos principais fabricantes ocidentais. Isto é, da ordem de 50% do espectro utilizado por nós: 30,0 a 79,95 MHz. Figura 5 — Quadro de Conjuntos-Rádio em FM/VHF.

O conjunto-rádio R 123 é o material rádio tático básico de emprego padrão e sua faixa de frequência recobre os demais conjuntos-rádio operacionais, permi-

tindo o combate de armas combinadas.

As possibilidades de interferência nos materiais rádio soviéticos que operam em FM/VHF são relativamente mais fáceis, devido à diferença de quantidade de canais e meios de proteção anti-ruído que possuem. Quanto aos materiais em AM/HF, o grau de interoperacionalidade é desconhecido, porém a oportunidade de interferi-los é óbvia com os meios de GE ocidentais.

O INTERESSE PELA SINALIZAÇÃO ÓPTICA

Para os soviéticos o comando com o auxílio de meios de sinalização é prático em qualquer situação. Muitos sinais estão prescritos em regulamento e são transmitidos por meio de bandeiras, sinais de braço ou sinais luminosos, especialmente para o comando das colunas, durante as marchas e no desdobramento da força, para tomar o dispositivo de combate.

É normal cada oficial e suboficial (subtenentes e sargentos) dispor de uma tabela de sinais ou, no mínimo, de um resumo, onde estão relacionados os sinais em vigor (ópticos, acústicos e de rádio). O chefe das comunicações do batalhão pode adaptar a tabela para a missão e os símbolos luminosos disponíveis podem ser ampliados ou complementados.

No Exército soviético existem os seguintes cartuchos de sinalização:

cartucho de sinalização de uma, duas, três ou mais estrelas;

QUADRO DE CONJUNTOS-RÁDIO EM FM/VHF				
Freq MHz	EXÉRCITO DA UNIÃO SOVIÉTICA	EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS	EXÉRCITO BRASILEIRO	EXÉRCITOS DO BRASIL E DOS ESTADOS UNI- DOS (FAMÍLIA GUERRA DA COREIA)
20.0				20.0
21.5				21.5
22.3				22.3
22.5				22.5
23.0				23.0
27.0				27.0
27.9				27.9
28.5				28.5
30.0				30.0
35.0				35.0
36.5				36.5
38.0				38.0
38.9				38.9
40.0				40.0
42.0				42.0
46.1				46.1
47.0				47.0
48.0				48.0
50.0				50.0
51.5				51.5
51.9				51.9
54.4				54.4
54.9				54.9
55.4				55.4
60.0				60.0
70.0				70.0
75.95				75.95
80.0				80.0

cartucho de sinalização vermelho ou verde;

cartucho de sinalização, fumaça vermelha ou azul; e

cartucho de sinalização de alarme QBR.

O Quadro 1 nos ilustra um exemplo de resumo de uma tabela de sinais de um batalhão de carros de combate.

A tabela pode ser complementada e o chefe das comunicações do batalhão poderia acrescentar, por exemplo: "para o início do ataque — uma salva de cartuchos de sinalização com duas estrelas"; "a partir deste momento, estão suprimidas todas as restrições do emprego rádio — uma salva de cartuchos de sinalização com três estrelas e fumaça vermelha; etc. . ."

Normalmente os comandantes experimentados só fixam sinais complementares após o recebimento da ordem de operações. Mesmo após ter sido liberado o rádio, tornando-se o meio de comunicações preponderante para o exercício do comando, os sinais ópticos e acústicos são empregados freqüentemente como meios alternativos.

Quando uma freqüência é interferida pelo inimigo, será experimentada primeiramente a sua substituição. Só, então, serão empregados sinais ópticos e/ou acústicos, ou mensageiros.

COMENTÁRIO FINAL

Praticamente encerramos este pequeno comentário sobre as comunicações táticas soviéticas em nível acessível, mostrando peculiaridades

que nos chocam quando comparamos aos padrões utilizados pelo Exército brasileiro e com mais forte razão quando estabelecermos paralelos com a filosofia de emprego nos exércitos dos Estados Unidos e demais membros da OTAN.

Também nos causa estranheza por se tratar do Exército da União Soviética, segunda potência da atualidade e que possui uma extraordinária máquina de guerra.

As práticas soviéticas são os reflexos das experiências adquiridas durante as duas Guerras Mundiais e da sociedade fechada onde vivem, nascendo aí as excessivas medidas de segurança e as limitações do emprego do rádio.

O aspecto "saltar escalões" para as redes-comando, permitindo o comandante do "front" controlar e coordenar as divisões; o exército de armas combinadas; os regimentos divisionários; as divisões, os batalhões de seus regimentos e assim até o menor escalão, de acordo com a situação existente; é por certo outra medida peculiar da personalidade militar soviética.

A rígida estrutura das ligações-rádio, acrescidas da rigorosa disciplina de exploração, deixa pouco espaço para a iniciativa própria nos escalões subordinados e obriga o comandante do pelotão a comandar pelo exemplo. Por outro lado, o espaço de tempo entre a decisão do comando e a reação é, talvez, mais curto.

Somente a limitação da iniciativa no emprego do rádio obriga a um esforço na utilização de outros meios de comunicações, fato que

Quadro 01 — Tabela de Sinais de um Batalhão de Carros de Combate Soviético (extrato)

ITEM Nº	SIGNIFICAÇÃO DOS SINAIS	SINAIS	
		Via Rádio	Com cartucho de sinalização e dispositivo de iluminação e estrelas
1	Alarme aéreo	Aviação	Cacho de estrelas — Cartucho de sinalização verde
2	Irradiação	Nuclear	Cartucho de sinalização amarelo
3	Envenenamento	Gás	QBR — Alarme — Cartucho de sinalização
4	Nossas tropas	—	Três estrelas brancas luminativas na direção do inimigo
5	Transporte de fogos de artilharia	888	Cartucho de sinalização vermelho na direção do objetivo
6	Preparação de fogos de artilharia	999	Cartucho de iluminação branco
7	Designação de objetivos para nossos blindados	—	Granada luminativa com rastro
8	Designação de objetivos para nossa artilharia	—	Disparo iluminativo com rastro prolongado
9	Designação da objetivo para unidade de Fzo Mtz	—	Disparo iluminativo com rastro curto
10	Em linha de coluna de pelotões	118	Três estrelas — cartucho de sinalização vermelho
11	Em linha de coluna de companhia	119	Três estrelas — cartucho de sinalização verde
12	Em coluna de marcha — Início	120	Duas estrelas — cartucho de fumaça vermelho
13	Perseguir o inimigo	155	Dois cartuchos de sinalização vermelho
14	Contornar o inimigo pela direita	444	Dois cartuchos de sinalização verde
15	Contornar o inimigo pela esquerda	666	Dois cartuchos de sinalização vermelho
16	Posição (passar para defensiva)	116	Duas estrelas — cartucho de sinalização verde
17	Comandante de unidade comigo	777	Duas estrelas — cartucho de fumaça azul
18	A nunciar posição (minha posição)	222	—
19	Defeito técnico	555	—

também é observado nas unidades não diretamente engajadas no combate.

O número limitado de redes-rádio em operação permite que os comandantes entrem nas redes de sua unidade, generalizando esta prática nas ligações com o escalão superior e vizinhos, entrando nas redes de outras unidades. O mesmo ocorre com os comandantes subordinados.

Será isto válido? Isto fará a mensagem caminhar com mais rapidez? Não irá causar problema nas redes das unidades vizinhas? Será que o seu sistema rígido demonstra fragilidade?

Pelo exposto, os soviéticos são muito pouco dependentes do rádio em campanha. Em consequência, sofrerão menos com as ações da GE e as interrupções porventura ocorridas nas suas redes-rádio oferecerão menos problemas do que para os exércitos ocidentais,

dependentes e habituados ao grande emprego deste meio de comunicações. É certo que a interceptação rádio efetuada pelos seus inimigos será menos produtiva na busca de informações, porque, além do pouco uso que fazem do rádio, eles intensificam as contra medidas eletrônicas (CCME), onde são altamente capazes e, com isto, pretendem conseguir a surpresa táctica.

O julgamento final deste comentário caberá ao leitor, porém, é interessante considerar que o Exército soviético não é uma organização militar onipotente nem incompetente. É uma formidável máquina militar de grandes possibilidades e brilhantes fraquezas.

Os exércitos que adotam seus materiais e doutrinas de emprego devem ser avaliados, pois na preparação para vencer a primeira batalha, é necessário explorar suas fraquezas e negar-lhes as possibilidades.



O Cel Humberto José Corrêa de Oliveira, além dos cursos de formação e aperfeiçoamento, possui as especializações de Navegação Espacial (Escola Naval) e de Comunicações por Satélites (USASCS) e os cursos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da Escola Superior de Guerra e da Escola Superior de Guerra Combinada da França. Exerce atualmente a função de Chefe do Gabinete da Diretoria de Material de Comunicações e de Eletrônica, do Exército.

**Fator de progresso
e desenvolvimento.**

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.



O PACIFISMO – PAZ OU NÃO - GUERRA?

Ney da Silva Oliveira

1. GENERALIDADES

O Pacifismo, modernamente, é entendido como sendo uma doutrina, um sistema ou sentimento daqueles que propugnam paz universal e o desarmamento das nações. Nele, destacam-se duas conotações principais:

- a condenação da guerra como meio de resolução de controvérsias internacionais;
- a consideração da paz permanente entre os Estados como fim desejável e possível.

Em essência, o Pacifismo é contrário àquilo que vem sendo denominado Belicismo, isto é, a todas as doutrinas que exaltam a guerra como fator de progresso moral, social ou técnico. É contrário, também ao Imperialismo, ou seja, à doutrina que não exclui a paz, mes-

mo permanente, mas a considera atingível por meio da conquista ou sujeição das nações mais fracas pelas mais fortes, política ou economicamente.

Por outro lado, o Pacifismo distingue-se do Cosmopolitismo, que é a afirmação de universalismo mais no campo das idéias que no das instituições e reivindica a superação de qualquer barreira nacional pelos indivíduos, sob a alegação de que a pátria de todos os homens é o Universo; e do Internacionalismo, que proclama a unidade supranacional de pessoas pertencentes ao mesmo grupo, ou classe, ou partido, a fim de nelas reforçar a coesão e a influência, não necessariamente com objetivos pacíficos.

O pacifismo moderno nasceu sob forma de doutrina filosófico-jurídica, em 1713, com o "Projeto

para tornar a paz perpétua na Europa", do abade Charles Frene Castel de Saint Pierre, fundamentando-se no princípio de uma aliança perene entre os Estados soberanos, que se empenhariam em firmar um tratado internacional, pelo qual submeteriam suas controvérsias ao juízo de todos os outros Estados reunidos em assembléia permanente.

Teve sua primeira e grande elaboração doutrinária no tratado kantiano "Para a paz perpétua", de 1795, inspirado no princípio de que a tendência da história da humanidade é a de formar uma sociedade jurídica sempre mais abrangente, e entendendo o direito como o conjunto de condições que tornam possível a coexistência pacífica das liberdades externas. Tal finalidade poderia ser obtida por meio de uma Federação de Estados Livres, desde que cada um deles adotasse a forma republicana, na qual o poder de decidir sobre a guerra e a paz não competiria mais ao monarca, mas ao povo.

Em 1814, Saint-Simon, juntamente com Thierry, escreveu o opúsculo "Da reorganização da sociedade européia", no qual defendia a formação de um parlamento geral europeu, à semelhança do da Inglaterra, que se situasse acima de todos os governos nacionais e fosse investido do poder de julgar as controvérsias entre eles.

No século XIX, os projetos individuais cederam lugar à formação de associações para a paz, inicialmente de caráter religioso, como a Sociedade da Paz, de New York (1815), a Sociedade Americana

para a Paz (1828) e a primeira sociedade pacifista européia, fundada na Suíça, em 1830, pelo Conde de Sellon; posteriormente, inspiradas na doutrina econômica do livre comércio, deram lugar aos primeiros grandes congressos pela paz (Londres, 1843; Bruxelas, 1848, Paris, 1849); em uma terceira época, essas associações passaram a ser promovidas por grupos democráticos e radicais, que viam a paz através do triunfo do princípio da nacionalidade, da queda dos velhos impérios e da instauração de governos fundados na "soberania popular", como o Congresso de Genebra, de 1867, organizado pela Liga Permanente da Paz, de Frederico Passy, do qual participou ativamente Garibaldi; o Congresso de Berna, em 1868; e o de Lausanne, em 1869. Uma das maiores manifestações do pacifismo internacional foi representada pelos congressos socialistas (Segunda Internacional, de 1889).

2. FORMAS DE PACIFISMO

As várias correntes pacifistas são distingüidas com base no modo diversificado segundo o qual explicam as causas da guerra e, em consequência, de acordo com as medidas que propõem como necessárias para eliminá-las.

Assim, podem ser consideradas as seguintes formas de pacifismo:

- ético-religioso;
- psicológico;
- econômico;
- democrático;
- jurídico.

Para o *pacifismo ético-religioso*, as causas da guerra devem ser pesquisadas, sobretudo, na própria índole ou natureza do homem, e, sua solução só pode ser de caráter espiritual.

Versões seculares dessa interpretação da guerra são as várias teorias *psicológicas* e, atualmente, também *psicanalíticas*, que ligam a guerra à agressividade instintiva do homem e propõem, como solução para o problema, modos alternativos para satisfazer e descarregar tal instinto de agressão.

O *pacifismo econômico* aponta como principal causa da guerra o protecionismo econômico, que constrange os Estados a procurarem, pela conquista armada, aquilo que não conseguem obter por meio do livre comércio.

A teoria de Cobden, de que, por meio da libertação das fronteiras econômicas, o comerciante, pouco a pouco, substituiria o guerreiro, era concordante com a de Spencer, para o qual as leis fatais da evolução transformariam as antigas sociedades militares que viviam da guerra em pacíficas sociedades industriais.

Já Voltaire sustentava que a guerra, um dos flagelos mais terríveis da humanidade, deriva "da fantasia de trezentas ou quatrocentas pessoas espalhadas sobre a superfície do globo terrestre sob o nome de príncipes ou governantes". Ou seja, que a guerra fosse devida ao "capricho dos príncipes" e, portanto, por causas essencialmente políticas, de onde concluía que a única esperança de eliminá-la seria a passagem do "des-

potismo" para a "democracia", idéia também de Kant.

Essa forma de pacifismo, que pode-se chamar de *político* (pela causa) ou *democrático* (pela solução necessária), teve ênfase, sobretudo, nos movimentos democráticos do século passado.

Mazzini, no estatuto da Europa Jovem, proclamava que "a humanidade não estará verdadeiramente constituída senão quando todos os povos que a compõem, tendo adquirido o livre exercício de sua soberania, associarem-se a uma federação republicana".

No âmbito das várias correntes socialistas, a guerra sempre tem sido considerada como resultado não apenas de um determinado regime político, mas, também, de uma certa forma de produção, como a capitalista, cuja sobrevivência depende da conquista constante de novos mercados e tem, como consequência, de um lado, a guerra de conquista colonial e, de outro, a guerra, ainda mais terrível, entre as potências colonialistas, pela divisão das colônias entre si, segundo a teoria da fase imperialista do capitalismo, da qual são bem conhecidas as versões de Rosa Luxemburg e de Lenin.

Com base nesta interpretação socialista da história, a paz internacional não poderá ser conseguida sem a eliminação do capitalismo.

Moções de orientação pacifista podem ser lidas nas ordens-do-dia aprovadas pelos vários congressos da Segunda Internacional. Na declaração final do Congresso de 1907, proclamam: "As guerras en-

tre os Estados capitalistas são, em geral, a consequência da concorrência que eles mantêm no tocante ao mercado mundial e cessarão com a queda do capitalismo".

A Terceira Internacional, empenhada em defender as conquistas da revolução soviética, viu-se obrigada a omitir-se quanto ao assunto, limitando-se a fazer aparecer como falso pacifismo a ação da Sociedade das Nações, considerando-a como a "Santa Aliança dos Estados Capitalistas".

O *pacifismo jurídico*, ou da Paz por meio do Direito, é aquele que atribui a guerra à permanente anarquia da sociedade internacional e considera, como única solução, a eliminação da soberania absoluta dos Estados e a criação de organizações internacionais sempre mais abrangentes e dirigidas à criação do Super-Estado, isto é, do Estado Universal.

Segundo esse ponto de vista, é indispensável uma distinção entre os conceitos de *conflito* e de *guerra*.

A *guerra* é apenas um modo, caracterizado pelo uso da força organizada, de resolverem-se os *conflitos* internacionais: razões econômicas, políticas e sociais servem para explicar a origem dos *conflitos*, mas somente a soberania absoluta dos Estados e a fraqueza de um direito, como o internacional, explicam por que os *conflitos* entre eles não podem ser resolvidos senão pela guerra.

Em 1947, um projeto de constituição do Estado Universal foi elaborado por uma Comissão; outros projetos foram apresentados nos

anos sucessivos, mas sem qualquer efeito sobre a política dos Estados e com insignificante ressonância sobre a opinião pública mundial.

3. PACIFISMO PASSIVO E PACIFISMO ATIVO

Usando-se outro critério de diferenciação, as doutrinas pacifistas podem ser distinguidas em *passivas* e *ativas*, conforme considerem o objetivo final, a paz, como o resultado de uma evolução inevitável da sociedade humana, ou como produto do esforço inteligente e organizado do homem, dirigido àquele fim desejado.

Grande parte das correntes pacifistas do século passado era dominada pela idéia de que a guerra tendia a desaparecer com o desenvolvimento da sociedade industrial (teorias liberais), com o aumento e o fortalecimento dos Estados nacionais e populares (teorias democráticas), ou com a gradual extinção da sociedade dividida em classes.

O *pacifismo passivo*, assim, teria cumprido sua missão quando conseguisse demonstrar que a guerra não seria mais necessária para o desenvolvimento da humanidade.

O *pacifismo ativo*, por sua vez, propõe-se a demonstrar que a guerra é um evento negativo e danoso, que deve ser evitado, e constituiu-se na característica da corrente pacifista moderna.

Na era das armas nucleares, diante da ameaça de destruição total da raça humana, realmente, a paz adquire um valor importantíssimo, que deve ser garantido por

meio de esforços conjuntos e com toda a tenacidade; portanto, ativamente.

Sob o espectro de tal hecatombe, as teorias segundo as quais a guerra contribui para o progresso moral, social ou técnico da humanidade caem definitivamente por terra.

Evidentemente, não se pode negar que o desenvolvimento vertiginoso das descobertas científicas conseqüentes à preparação dos Estados mais desenvolvidos para uma futura guerra tem contribuído decisivamente para o progresso técnico da sociedade e, extensivamente, para seu progresso social.

Porém, tais benefícios só podem ser considerados enquanto a guerra não for deflagrada. É verdade que, mesmo após uma guerra nuclear, é possível que o que restar do mundo se torne mais unificado sob o ponto-de-vista universal. Mas, que mundo?

As incertezas de uma guerra nuclear são tantas que torna-se impossível qualquer previsão sobre o pós-guerra e, deste modo, igualmente inviável qualquer filosofia de progresso baseado numa guerra de tal natureza, uma vez que o possível desenvolvimento social fundamenta-se sobre a previsão de uma tendência sua em determinada direção, totalmente indefinida sob tais circunstâncias.

Em suma, a partir do momento em que a guerra nuclear entrou na história da humanidade como sendo um evento de possível concretização, o progresso baseado na guerra não pode ser mais invocado como teoria válida; nem mesmo o

progresso tecnológico, que, apesar de inegável, é insuficiente para justificá-la.

Dáí decorre, então, a formação de uma "consciência nuclear", totalmente coincidente com a teoria do *pacifismo ativo*.

O homem, situado em um ambiente tão hostil, alienado no mais amplo sentido da palavra, tem diante de si dois modos de reconciliar-se com o mundo:

- apresentar a si próprio uma razão para o mal que o circunda, por meio de uma transfiguração puramente representativa da realidade;

- agir para modificar ou transformar a realidade, de modo a sujeitá-la a seus próprios desejos.

O primeiro caminho é o processo que vai do mito à filosofia, como tentativa para se chegar a uma explicação racional sobre a realidade. O segundo é o processo que varia entre a magia e a técnica.

Escolhendo o primeiro, o homem procura adaptar-se ao mundo; optando pelo segundo, trata, ao contrário, de adaptar o mundo a si próprio.

São exatamente essas as diferenças entre o *pacifismo passivo* e o *pacifismo ativo*.

4. O PACIFISMO ATIVO E SUAS VARIANTES

O *pacifismo ativo* pode apresentar três formas diferentes, conforme se dedica à solução do problema da eliminação da guerra e da instauração de uma paz perpétua:

- agindo sobre os meios (*pacifismo instrumental*);

— agindo sobre as instituições (*pacifismo institucional*);

— agindo sobre os homens (*pacifismo finalista*).

— No *pacifismo instrumental* distinguem-se dois momentos: o primeiro é representado pelo esforço em prol da destruição das armas, ou, pelo menos, para reduzir ao mínimo sua quantidade e sua periculosidade; o segundo é representado por todas as tentativas levadas a efeito visando à substituição dos meios violentos pelos não violentos e, por conseguinte, à obtenção dos resultados desejados através de outros meios.

O primeiro momento é inteiramente negativo, no sentido de sua ação, uma vez que trata-se de impedir ao homem o uso dos instrumentos que ele utiliza na guerra. O segundo é positivo, pois nele se considera que se a guerra é realizada para a obtenção de determinados resultados, trata-se de verificar se é possível consegui-los sem se recorrer aos meios bélicos.

Ou seja, o primeiro é negativo porque limita-se a indicar os meios que não deveriam ser usados; o segundo é positivo porque se esforça em indicar quais os outros meios que podem ser usados em substituição àqueles indesejáveis.

Ou ainda, o primeiro é expresso na teoria e na prática do desarmamento; o segundo, na teoria e na prática da não violência.

A política do desarmamento apresenta o *pacifismo ativo* na sua forma teoricamente elementar e praticamente mais moderada ou menos radical. Não se preocupa em buscar uma solução para a

eclosão da guerra com base no estudo das causas ou condições que a tornam possível, isto é, com base em explicações cientificamente plausíveis para esse fenômeno. Limita-se a uma observação superficial dos acontecimentos, a relegar ao ostracismo os instrumentos que tornam possíveis as conseqüências negativas da guerra.

Por conseguinte, como forma de pacifismo, a política de desarmamento é extremamente superficial, por não ir à raiz do problema. É a política do mínimo esforço; é simplesmente uma política, não uma filosofia. Parte do pressuposto de que as armas sejam sempre instrumentos de agressão, não as reconhecendo como meio de defesa ou de dissuasão contra a própria violência.

Surgem, então, as teorias da não violência, cuja importância na sociedade contemporânea vem se tornando cada vez maior.

Entende-se, como tal, as teorias que propõem e defendem o uso de meios não violentos, as que se inspiram na renúncia total à violência, enfim, uma ética segundo a qual o recurso à violência jamais pode ser justificado, nem mesmo por razões extremas.

Num mundo no qual o desenvolvimento dos aparatos bélicos dos Estados parece não deixar, perante um regime tirânico, outras alternativas a não ser a obediência passiva ou o sacrifício, a formulação, a aplicação e a verificação de técnicas de não violência podem abrir novos caminhos à luta pela liberdade.

Se a ética da não violência é antiga, as técnicas para torná-la eficaz são muito recentes, a ponto de não ser possível, ainda, prever-se seu possível desenvolvimento.

A não violência ativa é uma estrada aberta para o futuro, até para as relações internacionais. Onde a antiga técnica para a solução das controvérsias entre Estados — a guerra — pode conduzir ao extermínio indiscriminado, as novas técnicas para evitá-la são consideradas como uma das mais altas expressões da sabedoria e da inteligência humana.

— O *pacifismo institucional* dirige a sua ação contra o Estado.

Existem duas maneiras de relacionar o Estado com a guerra, de fazer com que essa última seja dependente do primeiro.

O primeiro modo é o do próprio *pacifismo jurídico* (a paz por meio do direito), segundo o qual a guerra é um evento dependente do Estado, isto é, de sua estrutura econômica e da ideologia política que o dirige, ou, mais precisamente, do caráter que é próprio de todos os Estados na fase atual do direito internacional, fundamentado na igualdade jurídica de todos eles: o poder supremo e exclusivo de tomar decisões relativas ao emprego da força.

O segundo modo é o do próprio *pacifismo social* (a paz por meio da revolução social), segundo o qual a guerra é um evento dependente, não exatamente do Estado, como tal, mas do regime que se mantém pela opressão de classes, nas relações internas, e pela expansão imperialista, nas relações ex-

ternas, fundamentado, em última instância, na violência interna e internacional.

Estas duas formas de *pacifismo institucional* diferem do *pacifismo instrumental* por compreenderem um esforço ulterior na busca das causas e, conseqüentemente, das soluções da guerra. Não se limitam a considerar os meios com os quais os grupos exercem, entre si, a violência e o terror; procuram colocar em evidência as condições que tornam possível a guerra e, com ela, o uso dos meios de violência.

Entretanto, diferenciam-se entre si, porque, na busca daquelas condições, o *pacifismo jurídico* se satisfaz em definir as que, quaisquer que sejam as causas do conflito, tornam inevitável a transformação da situação de conflito em conflito armado ou guerra, enquanto que o *pacifismo social* vai mais além, isto é, até a descoberta das condições que tornam inevitáveis os conflitos, os quais acabam se transformando em guerra.

Em outras palavras: o *pacifismo jurídico* vê, na guerra, um modo de resolver os conflitos internacionais; o *pacifismo social* vê, nela, a conseqüência dos conflitos gerados pela estrutura social e, portanto, da política internacional de alguns Estados.

Essa variação no modo de considerar a guerra se reflete na indicação de suas soluções.

Para o *pacifismo jurídico*, a melhor maneira de resolvê-la é a instituição do Super-Estado ou Estado Mundial, como autoridade superior aos Estados existentes e,

portanto, em condições de decidir, em situação de conflito, qual das partes tem ou não tem razão, e de impor essa sua decisão com a força inerente a sua posição superior. Significa a passagem da atual situação de pluralidade de centros de poder à de concentração do poder em um novo e supremo organismo, que tenha, no confronto com os Estados singulares, o mesmo monopólio da força que cada um deles tem nas relações com seus indivíduos.

Como se vê, essa solução não visa à eliminação do uso da força nas relações sociais, mas, somente, a uma mais eficaz regulamentação e limitação da mesma.

Para o *pacifismo social*, a melhor solução é a transformação do capitalismo em socialismo. Não a eliminação dos Estados, mas a destruição de um determinado tipo de Estado.

Atentando-se para o objetivo dessas duas formas de pacifismo, verifica-se que uma é o oposto da outra: enquanto o *pacifismo jurídico* visa a conduzir à sublimação da instituição do Estado, o *social* visa a sua supressão, sempre considerando-o como expressão da força.

— O *pacifismo finalista* considera indispensável uma radical transformação do homem para se obter a verdadeira paz, encarando a ação sobre os meios (*pacifismo instrumental*) ou sobre as instituições (*pacifismo institucional*) como soluções que não garantem, de modo absoluto, a conquista ou a manutenção daquele objetivo, se não fo-

rem acompanhadas de uma reforma dos homens.

Segundo tal teoria, a guerra é feita pelos homens; logo, a solução para esse problema deve ser buscada na própria natureza do homem, isto é, nas motivações que conduzem os grupos sociais a usarem a violência, uns contra os outros, em determinadas situações. Se essas motivações derivam das necessidades ou dos interesses dos grupos sociais, o fenômeno da guerra deverá desaparecer a partir do momento em que os homens se vencerem de que ela não conseguirá satisfazê-los.

A esse pensamento, alinharam-se, no século passado, os positivistas, os evolucionistas e, de um modo geral, todos aqueles que previam a extinção gradual das guerras (*pacifismo passivo*).

Surge, então, uma pergunta:

Se a guerra não consegue satisfazer aos interesses e às necessidades dos grupos sociais, por que continua a existir e cada vez de maneira mais terrível?

Segundo o *pacifismo finalista*, tal fenômeno é devido a uma razão bastante profunda.

Admitem, tais pacifistas, duas explicações a respeito, inconciliáveis entre si, por inspirarem-se em conceitos opostos sobre a natureza do homem: o *espiritualismo* e o *materialismo*.

Os espiritualistas ligam a guerra à natureza humana considerada sob o ponto-de-vista ético-religioso. Os materialistas consideram a natureza humana sob o ponto-de-vista biológico.

Para os primeiros, a verdadeira razão da guerra deve ser buscada em defeitos morais do homem, ligados a um evento da história religiosa da humanidade (o do pecado original de Adão e Eva); ou explicada por meio de 'modelos conceituais de uma ética naturalista ou racionalista (o domínio das paixões, o contraste razão/vontade, liberdade/arbítrio, inspiração para o bem/inclinação para o mal, disciplina em relação à lei moral/faculdade de violá-la).

Para os segundos, aquela razão deve, ao contrário, ser procurada nas características instintivas do homem; em suas tendências, impulsos ou caracteres primígenos; nas reações que tudo isso provoca nos grupos humanos ameaçados de alienação por parte da natureza hostil ou pela concorrência de outros grupos.

Sobre esse aspecto do problema, ocupa-se, de modo particular, a psicanálise, que, a partir de Freud, intensificou a discussão a respeito da relação entre o fenômeno da guerra e a consciência e a subconsciência humanas.

Portanto, de um lado, a guerra como consequência de um mal moral; de outro lado, como consequência de uma situação explicável somente em termos psicológicos e sociológicos.

Desses dois conceitos sobre a natureza do homem, derivam dois modos de encaminhá-lo para a paz.

Para os espiritualistas, tal obrigação compete aos sacerdotes, moralistas, filósofos, missionários, profetas, reformistas dos costumes

etc. Para os materialistas, compete aos médicos, biólogos, psicólogos, sociólogos, antropólogos, psiquiatras, psicanalistas etc.

Para os primeiros, o problema da guerra é um problema de conversão do homem, de persuasão; para os segundos, de terapia.

5. AVALIAÇÃO DAS FORMAS DE PACIFISMO ATIVO

Não é difícil concluir-se que as três formas de *pacifismo ativo* dispõem-se segundo uma ordem progressiva de maior complexidade e maior profundidade.

O *pacifismo instrumental* situa-se no plano das técnicas; o *institucional* passa do plano das técnicas para o da organização social; e o *finalista* se dirige ao homem, isto é, a quem inventa e usa as técnicas e as várias formas de organização social.

Uma vez que aqueles três caminhos para a paz diferem entre si, seja em complexidade, seja em profundidade, é extremamente difícil estabelecer uma gradação de preferência entre eles, porque, na realidade, trata-se da escolha racional entre diversos meios que servem para se atingir o mesmo fim.

Uma escolha desse gênero deve levar em conta, principalmente, dois requisitos: possibilidade e facilidade de *atuação* do meio selecionado; e sua *eficácia* para obtenção dos resultados desejados.

Esses dois requisitos estão intimamente ligados à complexidade e à profundidade dos três meios considerados.

Para julgar-se a *atuação* deve-se considerar a *complexidade*; para julgar-se a *eficácia*, considera-se a *profundidade*.

A *atuação* é tanto maior quanto menor é a *complexidade*. Já a *eficácia* é tanto maior quanto maior é a *profundidade*.

O fato de os caminhos em busca da paz se disporem em ordem progressiva quanto à *complexidade* e à *profundidade* implica em os mesmos serem dispostos em ordem inversa quanto à *atuação* e à *profundidade*. Daí, o caminho de melhor atuação é, também, o menos eficaz, e vice-versa.

Em suma, à medida em que a *complexidade* aumenta, diminui a *atuação*; à medida em que a *profundidade* aumenta, aumenta a *eficácia*.

Assim considerando, podemos passar à avaliação das três formas do pacifismo ativo.

— O *pacifismo instrumental* propugna o desarmamento. É, provavelmente, o meio de maior *atuação*, mas é, sem dúvida, o menos eficaz.

Destroem-se as armas, mas não se pode destruir, no homem, o conhecimento das técnicas que lhe permitem reconstruí-las. Além disso, um acordo internacional de desarmamento pode ser, a qualquer momento, violado unilateralmente, o que não garante a não eclosão do rearmamento.

Mesmo os mais entusiasmados adeptos desse pacifismo não podem dar garantia ou prever a eficácia dos métodos que propõem.

— O *pacifismo finalista* apresenta uma situação diametralmente

oposta à anterior. É certamente mais eficaz que o pacifismo instrumental, mas ao mesmo tempo, é de menor grau de *atuação*.

É bastante evidente que se se conseguisse transformar o caráter dos homens, a paz perene seria assegurada. Mas, se todos os homens cumprissem o preceito evangélico de "amar o próximo", a guerra também seria eliminada.

Quando haverá essa renovação? Temos alguma razão para acreditar que ela ocorrerá, mesmo a longo prazo? Os rumos da história nos oferecem alguma esperança de isso acontecer?

— O *pacifismo institucional* encontra-se em uma situação intermediária. É o de maior *atuação*, mas menos eficaz que o pacifismo finalista e, ao mesmo tempo, mais eficaz e de menor *atuação* que o pacifismo instrumental.

Já vimos que suas duas variantes — *pacifismo jurídico* e *pacifismo social* — diferenciam-se entre si. Aqui, também apresentam diferenciação.

O *pacifismo jurídico* mostra-se com maior *atuação* que o *social*, mas é menos eficaz que ele.

6. A ESCOLHA

Da observação de que, quanto às possíveis vias para a paz, os requisitos de atuação e eficácia têm relações inversas, surge uma conclusão:

Na situação presente da humanidade, nenhuma das soluções aventadas até agora é, ao mesmo tempo, de atuação e eficácia máximas.

O que equivale a dizer-se que aquele objetivo, ainda que atingível, está muito longe de ser alcançado.

Ninguém, até o momento atual e com os dados disponíveis, está em condições de definir qual o caminho melhor para se garantir a paz.

A única coisa que se pode afirmar com alguma segurança, hoje, é que o problema do destino histórico da humanidade apresenta-se extremamente simplificado. Depois de inúmeros e milenares erros, a humanidade vê-se no ponto em que parece encontrar diante de si apenas dois caminhos; mais nenhum.

Desses dois caminhos, um conduz com tranqüilidade ao destino desejado — a paz. O outro, além dos inúmeros percalços que apresenta, não admite o retorno; termina em um abismo — o fim do mundo.

Qual deles será o escolhido?

Se, diante da bifurcação referida, a humanidade se deparasse com dois caminhos sem sinais indicadores, a escolha, sem dúvida, seria inconsciente e casual.

Por isso, é forçoso que a humanidade adquira consciência da situação limite em que se encontra diante daquela bifurcação e assinala claramente os dois caminhos que tem a sua frente, indicando a que destino conduzem.

E o que, hoje, denomina-se "consciência atômica", que, após adquirida, não admitirá multiplicidade de escolha. Mas não se pode ser otimista. A ética dos políticos, em todo o mundo, ainda é a éti-

ca do Poder (potência). Aquele que apregoa a necessidade de existir uma só moral, válida tanto para os indivíduos como para os Estados, é considerado um visionário, um utopista, uma pessoa desprovida de senso histórico.

7. AÇÕES CONCRETAS REALIZADAS

Deixando de lado as idéias, teorias, pesquisas e aspirações, vejamos as ações concretamente levadas a efeito, com vistas à paz e à distensão internacional, por meio do desarmamento.

A história mundial registra como primeira tentativa de limitação nos níveis dos armamentos, na idade contemporânea, a realizada na Conferência de Paz de 1899, em Haia, convocada pelo Czar da Rússia.

Os resultados dessa Conferência foram, apenas, duas resoluções, nas quais se desejava uma restrição das despesas militares e se recomendava que os governos estudassem a possibilidade de ser firmado um acordo sobre limitações das forças armadas.

A segunda Conferência de Paz, em 1907, também em Haia, somente ratificou as resoluções da Conferência de 1899.

O Tratado de Versailles, de 1919, impôs drásticas restrições quantitativas e qualitativas às forças armadas alemãs. Segundo cláusulas suas, visava, também, a tornar possível a preparação de uma limitação geral dos armamentos, por parte das outras nações. Na realidade, nenhuma delas se esfor-

cou seriamente em reduzir seus armamentos, o que fez a Alemanha se dedicar tenazmente a desembarrar-se das restrições ao Tratado, que a mantinham em uma humilhante condição de inferioridade militar.

Também o Pacto da Sociedade das Nações acenava com um desarmamento geral, e o Conselho foi encarregado de preparar programas visando a esse fim. Foi organizada, então, em 1925, uma Comissão preparatória para uma Conferência sobre desarmamento. Durante as discussões, a preocupação da França foi garantir a continuação do equilíbrio militar criado pelo Tratado de Versailles, enquanto que a Alemanha desejava obter concessão para atingir a paridade com as principais potências. Em setembro de 1932, a Alemanha declarou que, se não obtivesse tal concessão, retirar-se-ia da Conferência, o que de fato ocorreu no ano seguinte. A última reunião da Comissão Geral teve lugar em 1934, data até a qual nenhum resultado substancial fora obtido.

Nas Conferências visando à limitação dos armamentos navais, melhores resultados foram obtidos, mas, ainda assim, inexpressivos e comportando um número muito limitado de países participantes.

Depois da 2ª Guerra Mundial, foram reativados os mesmos temas: as negociações para o desarmamento, dessa vez sob a égide das Nações Unidas, e as restrições sobre a produção alemã de armamentos.

O primeiro acordo a se destacar foi o Tratado da Antártica, de dezembro de 1959, segundo o qual

na Antártica não pode ser construída nenhuma base militar, nem podem ocorrer explosões nucleares. Afora isso, nenhum resultado positivo seguiu-se às prolixas discussões gerais sobre desarmamento na Assembléia Geral da ONU.

Em 1961, um novo passo foi dado sobre o assunto, com a abertura da Conferência de Genebra, para o desarmamento, sob os auspícios da ONU, com a participação de 17 países.

Alguns resultados reais foram obtidos. O primeiro foi o Parcial Test Ban Treaty, de agosto de 1963, basicamente negociado entre as três potências nucleares da época: EUA, URSS e Grã-Bretanha, e que veio satisfazer à ansiedade popular quanto à poluição da atmosfera e dos produtos agrícolas, como consequência da precipitação radioativa das explosões nucleares. Ainda assim, tal Tratado não impede a continuação de experiências nucleares no subsolo, como têm ocorrido nos EUA e na URSS.

A partir de então, novas potências nucleares surgiram, nenhuma delas signatária do referido tratado, o que deu margem à ocorrência de experiências nucleares na atmosfera, como foi o caso da França e da China.

Posteriormente, vieram as proibições do uso do espaço interplanetário para fins nucleares ou militares. A Assembléia Geral das Nações Unidas, em outubro de 1963, aprovou uma resolução na qual saudava as declarações dos EUA e da URSS, que manifestaram sua intenção de não colocarem armas nucleares no espaço, e convidava

todos os demais países a fazerem o mesmo.

Em agosto de 1967, foi firmado um tratado mais amplo, que estabelecia a liberdade de exploração e de acesso ao espaço, à Lua e aos corpos celestes, mas unicamente com fins pacíficos. Foram proibidas, no espaço, a instalação de bases militares e a colocação de engenhos portadores de armas nucleares ou outros instrumentos de extermínio.

Logo após, em fevereiro de 1967, foi estipulado entre os países da América Latina um tratado que vetava o uso, a posse e a fabricação de armas nucleares. Dele, participaram, também, os EUA, a França e a Grã-Bretanha.

Esse tratado constituiu a primeira tentativa coroada de sucesso para se estabelecer uma zona livre de artefatos nucleares em uma área habitada do mundo.

Em fevereiro de 1971, foi firmado um acordo proibindo a colocação de armas nucleares no fundo do mar, além das águas territoriais (12 milhas da costa).

Em abril de 1972, foi realizada uma Convenção sobre a proibição de armas bacteriológicas.

Em 1973, tiveram início as negociações MBFR (Mutual and Balanced Force Reductions), abarcando vários países da OTAN e do Pacto de Varsóvia, visando à redução de forças de ambas as Alianças na região da Europa Central (Holanda, Bélgica, Luxemburgo, RFA, RDA, Tchecoslováquia e Polônia). Até hoje, nenhum resultado positivo foi obtido, e as propostas alternam-se com enorme lentidão.

Tais negociações podem ser consideradas como a correspondência convencional das conversações do SALT, que, segundo uns, deixam margem ao predomínio das duas superpotências (EUA e URSS) sobre os demais países, o que de modo algum contribuirá para um entendimento pacífico geral.

As negociações SALT são de extrema complexidade e de progresso inevitavelmente lento. Constituem, entretanto, uma surpreendente e significativa mudança nas relações internacionais e são frutos da imperiosa necessidade de se chegar a um entendimento comum sobre uma nova filosofia da guerra, para afastar-se o grave e recíproco perigo que as armas nucleares representam. Em outras palavras, tais negociações servem, também, como meio de impedir-se que as armas façam as vezes da política, e constituem um reconhecimento de que uma grande guerra entre potências nucleares não pode, hoje, conduzir nenhuma delas à vitória.

8. A NÃO PROLIFERAÇÃO DAS ARMAS NUCLEARES

A situação mundial, sob o ponto-de-vista nuclear, é plena de paradoxos. Um deles é representado pelas relações entre potências nucleares e potências não nucleares.

O único exemplo relevante de conflito armado entre uma potência nuclear e uma não nuclear — a guerra do Vietnã — mostrou que a posse de armas nucleares não constituiu vantagem para os EUA. Tais armas não foram usadas; não ocorreu, nem mesmo, a ameaça de os norte-americanos usá-las.

Por quê? Presumivelmente, porque seu uso provocaria um protesto público e político extremamente violento, seja nos EUA, seja em âmbito mundial, além de, naturalmente, tornar mais delicados ainda os problemas nucleares entre aquele país e a URSS, podendo dar margem a acontecimento de consequências imprevisíveis.

A situação de confronto entre as duas superpotências parece, portanto, além do seu aspecto indesejável, servir também para evitar agressões nucleares de qualquer uma delas contra terceiros.

É claro que não se pode deduzir que uma potência nuclear jamais usará tais armas contra uma outra não nuclear.

Além disso, é possível considerar-se que as situações mais perigosas poderão advir de fora do âmbito das superpotências e outras potências nucleares.

Uma das características comuns das situações de conflito após a 2ª Guerra Mundial é a ocorrência de hostilidades (conflitos limitados) entre dois Estados ou grupos de Estados, que, às vezes, conduzem à iminência de eclosão de uma guerra geral.

Foi o caso de Coreia do Norte x Coreia do Sul; Vietnã do Norte x Vietnã do Sul; Índia x Paquistão; Israel x Países Árabes e República Sul-Africana x grande número de países africanos.

Nenhum deles, exceção feita à Índia, possui armas nucleares ou, se as possui, mantém sigilosamente essa situação. Mas muitos têm tecnologia suficiente para produzi-las, e grande parte possui, também, re-

ursos materiais necessários a sua produção.

Teoricamente, portanto, não se pode excluir a possibilidade de, em uma situação extrema, um desses países decidir produzir e usar a arma nuclear contra seu inimigo tradicional.

Portanto, ao lado da possibilidade de uma potência nuclear verse forçada a fazer uso dessas armas, deve-se alinhar a mesma possibilidade por parte de países não declaradamente possuidores de tal material.

A luz dessas possibilidades, é que deve se julgar a validade do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

Será errado dizer-se que ele não impede a referida proliferação e, muito menos, o uso das armas nucleares?

Enfim, pode-se afirmar que de nada valerá se não for acompanhada de medidas eficazes de controle. E esse é um grande problema.

Nesse sentido, "controle" significa encontrar-se um método que convença cada uma das partes empenhadas em um determinado tratado de que os demais signatários manterão seu empenho em cumprir os dispositivos nele estabelecidos.

Por muito tempo, os negociadores ocidentais consideraram necessário insistir sobre o *controle direto*, compreendendo liberdade de movimento de todas as partes signatárias em todos os territórios interessados.

Essa teoria sempre foi refutada pela URSS e por seus aliados, que entendiam o controle internacional

como incompatível com sua concepção de soberania.

O mais notável resultado dessa discordância foi a falência do Partial Test Ban Treaty quanto às explosões nucleares subterrâneas, não incluídas em seus dispositivos porque, enquanto as realizadas na atmosfera podem ser detectadas à distância, por meio de métodos que não requerem a presença de observadores no território interessado, aquelas não podem ser descobertas de modo infalível, sem uma inspeção *in loco*. Era, pois, inútil incluí-las na proibição.

Da mesma forma, a dificuldade de controle foi uma das principais razões do não estabelecimento de acordo sobre as armas químicas. A mesma consideração pode ser estendida ao tratado que veta a colocação de armas nucleares no fundo do mar, já que foi estabelecido sem abarcar as águas territoriais, isto é, somente é válido onde é possível proceder-se a uma inspeção e ao controle sem violar a soberania dos diversos países.

Em síntese, todas as tentativas para se chegar à redução de forças e de armamentos são válidas e representam um avanço na direção da paz desejada. Infelizmente, porém, não são, ainda, significativamente expressivas, não garantem a consecução dos objetivos buscados e são de difícil verificação.

9. CONCLUSÕES

A paz, como objeto das relações sociais, tem sido alvo de intensas reflexões através dos séculos. A preocupação por ela reflete dois grandes interesses humanos, que

podem ser sinteticamente expressos em interesse pela *guerra* e interesse pela *justiça*.

De um lado, a paz é a antinomia da guerra, é a ausência de violência, de ódio e de destruição; de outro, é sinônimo de justiça, harmonia de relacionamentos, igualdade e satisfação de necessidades.

As teorias mais modernas classificam como *paz negativa* a ausência de manifestações violentas e armadas do conflito; e como *paz positiva* a ausência do próprio conflito, a harmonia de relações baseada na igual distribuição dos valores.

Entretanto, a paz não vem sendo objeto específico de análise sociológica. Assim como a medicina estuda as doenças, e não a saúde, os estudos sociológicos ocupam-se da guerra; não da paz. Ou seja, o que é anormal, o que vem merecendo estudos a fim de se encontrar uma solução para o problema é a guerra.

Em conseqüência, o problema da paz tem sido abandonado às especulações das diversas doutrinas filosóficas, sem receber o indispensável tratamento das ciências sociais.

Se observarmos a definição de paz, seremos forçados a concordar que ela não pode ser expressa a não ser em relação e íntima conexão com a guerra.

Realmente, são dois opostos: Paz x Guerra. Mas a primeira vem sempre definida por meio da segunda, e não vice-versa.

Em outras palavras, enquanto a Guerra é definida positivamente, a Paz tem característica negativa, ou seja, é a Não-Guerra.

Verifica-se que, dos dois termos, a Guerra é o termo forte; a Paz é o fraco. E quando, em uma oposição de termos, um é forte e outro é fraco, o primeiro é que indica o estado de fato verdadeiramente mais relevante.

A grande filosofia da história contemporânea baseia-se no significado da Guerra para o desenvolvimento da civilização humana. Não existe um fenômeno social que tenha provocado reflexões filosóficas mais intensas do que ela.

Nesse quadro, nem sempre a Guerra tem sido considerada como um mal absoluto. Nos últimos tempos, observam-se duas tendências:

- aquela segundo a qual nem todas as guerras são injustas e, de modo correspondente, nem toda a paz é justa, razão pela qual nem sempre a primeira é um mal, e nem sempre a segunda é um bem.

Por exemplo, a guerra que uma colônia desenvolve com vistas a sua independência é considerada justa. Um país ocupado militarmente por outro mais forte, ainda que sem ocorrência de guerra, caracteriza uma situação de paz injusta.

- aquela segundo a qual a guerra e a paz não são valores absolutos e sim relativos, trazendo como conseqüência, com base no princípio de que o valor do meio depende do valor do fim, a aceitação de que uma guerra pode ser boa, se visa a um fim nobre, e a paz só é boa quando resulta em uma situação justa.

Esses dois pensamentos parecem ser suficientes para atestarem a impossibilidade de se obter a Paz Geral. Sempre houve guerra e — será errado afirmar? — sempre haverá.

Não é a existência de forças armadas que causa a guerra. Tal fenômeno social já existia antes de os exércitos serem formados, e eles o foram justamente como conseqüência dela; da mesma forma, as armas surgiram, basicamente, como meio de defesa do homem, até mesmo contra o ambiente hostil em que vivia.

As correntes pacifistas de hoje propugnam paz, principalmente, porque o espectro de uma guerra futura, em condições nucleares, assumiu um aspecto insuportável.

Estão certas, sem dúvida. A paz é um bem importante demais, repetimos, para ser perdido.

Entretanto, não pode ser garantida simplesmente com base em considerações teóricas; nem mesmos os acordos e tratados internacionais são suficientes para isso. Esses sempre existiram e não foram suficientes para impedirem novas guerras. Já vimos que vários deles deixaram de ser firmados por absoluta falta de meios de controle do cumprimento daquilo que prescreveriam, o que denota a falta de confiança mútua entre os Estados. E onde há desconfiança, a paz, no mínimo, corre sério risco.

Numa sociedade em que as pessoas não renunciam à violência, nos mínimos aspectos — e aqui o termo sociedade é usado no sentido abrangente, o de sociedade mundial — é mais provável que,

mais dia menos dia, ela ver-se-á sujeita à suprema prova da violência exterminadora.

As armas nucleares talvez tenham sido descobertas cedo demais para a rudeza de nossos costumes, a superficialidade de nosso juízo moral, a imoderação de nossas ambições e a enormidade das injustiças que a maior parte da humanidade sofre.

Por isso, é possível que a escolha tenda, ainda, para a violência, como forma de solução dos conflitos.

De qualquer forma, todos os esforços visando à manutenção da paz devem ser feitos. Mas não podem ser unilaterais. Enquanto o mundo inteiro não se convencer de que ela é uma necessidade imperiosa, de que é a sobrevivência do próprio homem que está em jogo, não terá garantia alguma. Lamentavelmente, os comunistas continuam em sua firme intenção de dominarem o mundo. Os próprios pacifistas socialistas pretendem a supressão do Estado, como instituição.

Como se conseguir a paz, nesse quadro de tantos antagonismos?

A situação atual, em relação à paz, parece ter atingido um estado de estagnação. Mais do que uma situação de *paz*, ela seria mais bem caracterizada se a chamássemos de uma situação de *não-guerra geral*.

Não há, no momento, uma guerra geral. Mas não há também, uma paz total. Além das guerras geograficamente limitadas, a que assistimos nos últimos tempos, a paz,

hoje, é guerra fria, é guerra ideológica, é guerra econômica.

É paz instável, baseada em ameaças.

Os grandes exércitos, atualmente, além da capacidade de destruição que possuem, têm, por isso mesmo, valor como elemento de dissuasão da guerra. Poderiam, perfeitamente, vigiar e regular a passagem da situação de *não-guerra* para a de *paz*. Se isso fosse possível, é claro.

A fase histórica de nossos dias, não obstante, parece predisposta ao conflito. Talvez estejamos em uma época em que, 37 anos após o término da pior das Guerras Mundiais, as pessoas estejam se esquecendo de seus horrores.

Talvez, também, a vizinhança dramática do medo, do luto e da destruição possa fazer surgir uma nova solução para a *paz*. Os sentimentos extremos — é característica do homem — frequentemente são muito próximos entre si.

Mas não sejamos otimistas; nem teóricos; nem ingênuos pacifistas.



Símbolo da Organização das Nações Unidas

BIBLIOGRAFIA

CARACCILO R. — Discorsi sul disarmo — Milano — 1973.

FORNARI F. — Dissociazioni della guerra. Dal pacifismo alla scienza dei conflitti — Milano — 1979.

JACOBELLI A.M. — La responsabilità individuale nell'era atomica — Roma — 1970.

SCUOLA DI GUERRA — Governo del Personale e Sociologia Militar — Pace e Pacifismo — Civitavecchia, Itália.



O Cel Art QEMA Ney da Silva Oliveira tem os seguintes cursos militares: Artilharia, da Academia Militar das Agulhas Negras; Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, da EsAO; Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; Superior de Estado-Maior, da Escola de Guerra da Itália; Superior de Guerra Naval, da Escola de Guerra Naval. Foi Instrutor da AMAN e da ECEME. Serve atualmente na 3ª Seção do Estado-Maior do Exército, Brasília, D.F.



NA BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL ESSE GRÃO PESA MUITO.

Quem diria que um simples grão de café pudesse ter tanto peso no desenvolvimento de um país.

O Grupo Tristão sempre acreditou nisso. Desde que iniciou suas atividades em Afonso Claudio, no Espírito Santo.

E foi parar em 56 países e 5 continentes. Com escritórios em Vitória, Rio, Londres e Nova Iorque. Mas, o Grupo não se limitou apenas ao setor cafeeiro. Em quase meio século, diversificou suas atividades e hoje se constitui num conglomerado de empresas que além de cobrir as áreas de comercialização

e industrialização de café, atua também em corretagem de câmbio e valores, poupança e empréstimo imobiliário, mercado imobiliário, armazenagens, importação e exportação de manufaturados, agro-indústria, reflorestamento, pecuária, hotelaria, seguro, indústria eletrônica e processamento de dados.

Assim, o Grupo Tristão gera divisas para o desenvolvimento do país, cria empregos e contribui para o progresso e bem-estar social.

E a fórmula é uma só: experiência, credibilidade e qualidade.





QUADRO DE ENGENHEIROS MILITARES

- Importância e Recrutamento

Clóvis Pinto Ilha

Os recentes combates nas Malvinas e no Oriente Médio ressaltaram a importância crescente e, cada vez mais, decisiva da tecnologia inserida no material bélico. Levaram-nos também ao inevitável questionamento: estará o Exército brasileiro em condições de cumprir sua destinação constitucional, no que se refere à defesa externa?

Não é fácil responder a esta pergunta; dependerá da natureza e das dimensões da ameaça. De qualquer forma, hoje em dia, podemos considerar como forte o Exército que estiver atualizado tecnologicamente, o que não constitui privilégio das grandes potências. Aí estão Israel e África do Sul.

Análise da Situação

Se o nosso Exército não está em dia com o estado-da-arte em tec-

nologia de emprego militar, e acreditamos que há um longo caminho a percorrer, possui, entretanto, as estruturas e os recursos humanos necessários. As estruturas, representadas principalmente pelo CTEx — Centro Tecnológico do Exército e pela IMBEL — Indústria de Material Bélico do Brasil, ainda carecem de ampliação e principalmente dinamização, o que, de alguma forma vem sendo feito.

Quanto aos recursos humanos, aspecto crítico dessa problemática, estamos em boa situação. Possuímos um QEM — Quadro de Engenheiros Militares, com potencial apreciável, que, se bem explorado, poderá atender às necessidades do Exército, em tecnologia de emprego militar.

Possuímos, também, a escola de formação desses engenheiros, o IME — Instituto Militar de Engenharia — respeitado pela excelên-

cia de seus cursos, capaz de formar os artífices desse desenvolvimento tecnológico, na quantidade e com a qualidade que se fizeram necessárias.

Os efetivos previstos nos Quadros de Organização e Distribuição e os existentes são adequados; há previsão, entretanto, de que a existência venha a declinar muito rapi-

damente a partir de 1983, em consequência do perfil de composição do QEM e da grande redução havida nos últimos anos no número de oficiais matriculados nos cursos de graduação do IME.

A maior evasão, em razão do perfil de composição do QEM, pode ser vista no quadro abaixo, onde se constata que a maior par-

Quadro de Distribuição dos Efetivos do QEM

Turma de Formação	Existente em 31 Dez 81		Existente em 31 Dez 82	
	QTD	Percentual (%)	QTD	Percentual (%)
1951	2	0,32	1	0,16
1952	1	0,16	—	—
1953	3	0,48	1	0,16
1954	2	0,32	1	0,16
1955	7	1,11	3	0,47
1956	12	1,89	11	1,72
1957	8	1,26	8	1,25
1958	6	0,95	3	0,47
1959	8	1,26	7	1,14
1960	38	5,99	37	5,77
1961	27	4,26	25	3,90
1962	71	11,19	70	10,91
1963	74	11,66	73	11,37
1964	76	11,97	76	11,84
1965	51	8,04	51	7,95
1967	59	9,30	59	9,19
1968	36	5,67	36	5,61
1969	21	3,31	21	3,28
1970	45	7,09	47	7,32
1971	40	6,30	42	6,55
1972	22	3,47	25	3,90
1973	21	3,31	24	3,74
1974	5	0,79	12	1,87
1975	—	—	9	1,41
Totais	635	100%	642	100%

Fonte: Almanaque do Pessoal Militar do Exército — Oficiais 1982.

te dos oficiais são das turmas de 1960 a 1971, que a partir de março de 1983, de uma maneira geral, começam a atingir o tempo de serviço mínimo, que permite o exercício do direito de transferência para a reserva.

As evasões previsíveis são de tal magnitude, que podem comprometer os planos de pesquisa e desenvolvimento em andamento ou em vias de implementação.

As providências que urge tomar devem ser suficientemente objetivas e eficazes, e representar solução definitiva.

Soluções Possíveis

A solução mais simples seria aumentar o número de vagas oferecidas nos concursos de admissão ao 3º ano do IME, às quais concorrem, mediante condições pré-estabelecidas, os oficiais oriundos da AMAN. Isto, entretanto, só pode ser feito com o sacrifício de outras áreas, pois o universo de seleção é insuficiente para suprir todas as necessidades. O Exército cresceu, não tanto quanto desejável, mas cresceu, particularmente quanto a funções de oficiais de carreira, e o número de aspirantes-a-oficial formados pela Academia Militar diminuiu, mercê do aumento na duração dos cursos (de 3 para 4 anos) e da manutenção da capacidade máxima da AMAN.

Já não há mais as turmas enormes do nosso tempo. É difícil para nós, que tivemos o acesso aos postos superiores retardado, em virtude dos efetivos elevados formados a cada ano, acreditar que agora,

não tantos anos depois, essa situação tenha se invertido.

Por outro lado, o QEM é peça essencial para atingirmos o objetivo permanentemente perseguido, de obtenção de um Exército eficaz, em condições de cumprir suas destinações constitucionais. Dessa forma, é justo que o QEM participe com uma parcela maior na divisão do bolo, representada por um substancial aumento no número de vagas do 3º ano do IME, oferecidas em concurso aos oficiais oriundos da AMAN.

As necessidades, entretanto, são de tal ordem (cerca de 70 por ano, a partir de 1985), que esse aumento de vagas, mesmo que substancial, representará apenas parte da solução, pois não poderá ser tão grande que cubra, por si só, as evasões previstas. Acreditamos que este tipo de recrutamento deve atender a uma fração não menor do que 30% das necessidades.

É preciso que se diga que estamos entre os que consideram o esquema vigente de recrutamento para o QEM como o ideal, pela perfeita integração existente entre oficiais engenheiros militares e oficiais combatentes, produzidas pela origem comum. Lamentavelmente, pelas razões citadas, terá que haver uma segunda fonte de recrutamento, que só pode ser representada pelos alunos oriundos do meio civil que entram, mediante concurso, para o 1º ano do IME, transformado agora em escola cativa, formando exclusivamente engenheiros militares para o Exército.

A experiência com as 2 (duas) turmas do Curso Técnico da

AMAN (15 Fev 55 e 06 Jan 56) foi extremamente positiva; seus integrantes, que se formaram no IME, tiveram a engenharia militar como formação inicial, e analisados hoje, mais de 27 anos depois, verifica-se que foram os melhores engenheiros militares que o Exército já teve. A existência de mais de uma fonte de recrutamento, para o QEM, está coerente com a tradição do Exército; na AMAN costumamos ter cadetes oriundos da Escola Preparatória, dos Colégios Militares, do meio civil e de escolas militares das outras Forças.

A contribuição do IME ao desenvolvimento científico e tecnológico do país, ainda está por ser avaliada, mas certamente foi muito grande e decisiva, em virtude do caráter pioneiro e do alto nível de seus cursos. Hoje, entretanto, a sua importância relativa é muito menor, mercê, graças a Deus, do grande desenvolvimento por que passa o País. Desta forma, transformar o IME em escola cativa, deixando de formar engenheiros para o meio civil, representará uma pequena perda para as atividades não militares, mas também

um grande e decisivo benefício para o Exército.

Por outro lado, os recursos aplicados na formação dos alunos do IME passarão a estar mais de acordo com a destinação precípua das sempre escassas verbas do orçamento do Ministério do Exército. A implementação dessa segunda linha de recrutamento pode ser feita de maneira semelhante à que faz o Ministério da Aeronáutica com os alunos de origem civil do ITA — Instituto Tecnológico de Aeronáutica — que se destinam ao seu Quadro de Engenheiros.

Durante o Curso Básico, o aluno oriundo do meio civil cursará simultaneamente o NPOR, sendo, ao final do 2º ano, declarado aspirante-a-oficial da Reserva, e como convocado cursará os 3º, 4º e 5º anos do IME (juntamente com os oficiais oriundos da AMAN, aprovados no concurso para o 3º ano), e será, por ocasião da formatura, promovido a 2º tenente do QEM, agora da ativa.

Há um tempo certo para cada mudança, e acreditamos que, para o QEM, este tempo é agora.



O Major Clovis Pinto Ilha pertence ao Quadro de Engenheiros Militares e possui os cursos de formação da Academia das Agulhas Negras, de graduação do Instituto Militar de Engenharia (Engenheiro de Comunicações) e de altos estudos militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Curso de Direção para Engenheiros Militares). Foi instrutor da AMAN, serviu na 5ª Cia Com, no SRME, na D Com e na DMCE. É professor em comissão do IME.



ARTILHARIA DE TUBO VERSUS LANÇADORES MÚLTIPLOS

Kleber F. de Oliveira

UM ARMAMENTO REDESCOBERTO

Recentemente, as revistas especializadas em comentários e análises de equipamentos bélicos vêm apresentando, com frequência, estudos sobre as características e emprego dos lançadores múltiplos de foguetes, assim como notícias sobre diversos modelos deste armamento, em produção em diversos países.

O número 699, de Jan/Fev 82, da *Defesa Nacional* contém um artigo sobre o assunto. Pelo interesse que ele parece ter despertado, procurarei acrescentar mais alguns pontos referentes ao tema, com o fim de abordar aspectos não considerados anteriormente.

A redescoberta do lançador múltiplo de foguetes pelos Exérci-

tos ocidentais decorre de razões bastante definidas; de um lado, ao maior poder de defesa antiaérea, conseqüente do aperfeiçoamento dos mísseis para emprego contra aviões a baixa altura (a título de exemplo, há informação de que os mísseis ingleses terra-ar *Rapier* conseguiram um índice médio de acertos de 80% no desembarque na baía de São Carlos); e, mais ainda, à inviabilidade do emprego, mesmo limitado, de armas nucleares táticas, o qual poderia levar a guerra a uma escalada estratégica de intercâmbio de ogivas da classe de megatons, cujas conseqüências seriam imprevisíveis para a humanidade.

Efetivamente, a guerra nuclear tática é a forma mais eficiente para destruir a força inimiga, tanto em termos de custo financeiro co-

mo de efetivos envolvidos e equipamento necessário. Mas isto só é válido quando a posse de arma nuclear é unilateral: se os dois partidos dispõem dela, desaparecem as vantagens.

É preciso, então, recorrer a formas de combate mais tradicionais, nas quais o máximo poder de fogo se associa à manobra para a conquista ou defesa dos objetivos. Esta associação, contudo, deve ser mantida dentro de custos aceitáveis — em material e mão-de-obra — e ser de execução tão simples quanto possível, expondo ao mínimo de risco tanto o equipamento como o pessoal envolvido.

VANTAGENS E DESVANTAGENS DO FOGUETE

Algumas experiências no passado, de utilizar foguetes como armas de guerra, se frustraram pela dificuldade de produzir uma trajetória de mínima confiabilidade e alcance apreciável. De um lado as pólvoras de então não permitiam a obtenção de um conjunto propulente com um programa de queima rigorosamente controlado e de outro os metais disponíveis não se prestavam a construir um recipiente bastante robusto para resistir às pressões da combustão, sem que se tornasse excessivamente pesado.

Solucionados satisfatoriamente os problemas acima, restava buscar um método para que, com razoável certeza, fosse atingido o alvo desejado, com uma grande vantagem: estavam superados os obstáculos da limitação do peso do pro-

jetil em relação ao tubo da peça. Com efeito, no foguete o tubo da peça (agora chamado motor foguete) percorre com o projétil (agora chamado ogiva) a trajetória balística. Não precisando absorver a energia do recuo, a plataforma de tiro do foguete pode ser mais simples e leve; o foguete, por sua vez, transportar cargas muito mais poderosas, a maiores distâncias.

Para obter alcances maiores, as peças de artilharia de tubo precisavam de reparos extremamente pesados e complexos, de custos proporcionalmente elevados e perdendo mobilidade. Pode-se dizer que o progresso da engenharia mecânica neste campo atingiu o limite do possível, para materiais de campanha. Recentemente, com projetis assistidos por um foguete em parte da trajetória (RAP-Rocket assisted projectile) o alcance é acrescido de cerca de 25%, mas há uma perda de potência explosiva e ligeira redução de precisão.

Ademais, o projétil do canhão deve suportar um esforço mecânico muito grande (acima de 10.000 g) devido à forte aceleração inicial que recebe: necessita, portanto, ter paredes espessas e robustas, razão pela qual o peso do explosivo transportado é relativamente pequeno e os estilhaços da carcaça se apresentam em grandes fragmentos, de tamanhos extremamente variados. Já o foguete recebe acelerações máximas da ordem de 100 g e assim a relação peso do explosivo/peso da carcaça pode ser otimizada para um melhor rendimento, as paredes da ogiva podem ser construídas com linhas de rup-

tura predeterminadas, de forma a produzir bem maior número de estilhaços, de tamanho e forma uniformes, de grande energia cinética e portanto de efeito mortífero muito mais significativo, tanto pela extensa distância que percorrem como pela maior capacidade de penetração.

Deve ser dito ainda que o foguete normalmente atinge a área de alvos com ângulos de incidência próximos da vertical, o que confere aos arrebentamentos um excelente aproveitamento circular da dispersão dos estilhaços. Os projéteis de tubo, porém, apresentam ângulos de incidência entre 30° e 70° e quanto menor este ângulo, menor o aproveitamento da dispersão dos estilhaços, grande parte dos quais são arremessados para o ar ou contra o solo.

Pela sua capacidade de transportar maiores cargas, os foguetes se prestam a servir como vetores de submunições, isto é, de cargas bem menores que podem ser espalhadas sobre a área de alvos por meio de uma ejeção no ar da ogiva vetora. No momento da ejeção as submunições são liberadas a algumas centenas de metros de altura, caindo sobre a área do alvo segundo um cone e produzindo efeitos em um círculo de raio bastante grande, entre 80 e 160 metros, tanto maior quanto mais alta for a ejeção.

Entretanto, se o foguete apresenta estas vantagens, em outros pontos ele apresenta também desvantagens.

O seu maior inconveniente é a dispersão, a qual decorre, sobretu-

do, do seu mecanismo de lançamento, no qual a velocidade inicial é muito baixa, enquanto na peça de tubo o projétil deixa a boca da peça animado de uma velocidade inicial de muitas centenas de metros por segundo. Assim, enquanto a velocidade do projétil de tubo é decrescente no ramo ascendente da trajetória e no ramo descendente volta a ser crescente pela aceleração da gravidade, no caso do foguete ela é crescente a partir do lançamento, atingindo o valor máximo no fim da queima do propelente; decresce então até o apogeu da trajetória e passa novamente a ser crescente, pela aceleração da gravidade. Durante o primeiro terço do ramo ascendente, o foguete é altamente sensível a influências externas (sobretudo vento) e a influências internas, isto é, de sua própria construção — variação de peso, variação do centro de gravidade, dispersão no programa de queima, variação na rotação própria etc. Esta grande sensibilidade é o principal fator da maior dispersão do foguete em relação ao projétil de artilharia de tubo.

Para compensar o acréscimo de dispersão do foguete, quatro a cinco vezes maior que a dispersão de tubo, podem ser adotadas soluções de dois tipos:

— dar um mecanismo de guagem ao foguete. Esta guagem pode ser inicial (por exemplo, apenas na fase propulsada) ou terminal (baseada em reflexões de raios laser, radares de busca do alvo, dispositivos de procura da fonte de calor etc.). O uso da guagem transforma, no vocabulário militar cor-

reto, o foguete em míssil e é obrigatório nos grandes alcances ou quando o alvo é de dimensões reduzidas e só o impacto direto causará dano apreciável — por exemplo, um navio. O alto custo do míssil é o único fator que limita seu uso: quando a relação custo benefício estiver em níveis aceitáveis, o míssil substituirá inteiramente a artilharia de tubo, como aliás já acontece na guerra naval. Cruzadores e encouraçados, que só existiam como plataformas de canhões gigantescos, de mais de 300 mm, são hoje apenas lembranças. No mar, o preço dos alvos admite o alto custo dos mísseis; em terra, este custo não é aceitável, pela capacidade de dispersão no terreno e pequeno valor do alvo;

— a outra alternativa é lançar um número elevado de foguetes, de forma a se obter uma compensação recíproca da dispersão e cobrir uma área apreciável do terreno, condição que torna este método particularmente adaptado à guerra terrestre. Em terra, os alvos são vulneráveis a arrebentamentos de menor energia (pessoal descoberto ou ligeiramente abrigado, veículos, instalações improvisadas etc.) e sensíveis mesmo a efeitos indiretos (estilhaço, sopro, incêndio, queda do moral etc.). Esta alternativa é a que deu origem aos lançadores múltiplos de artilharia, sem prejuízo de que é possível uma combinação das duas fórmulas. Assim é que os Estados Unidos pretendem adotar no seu sistema MLRS (Multiple Launcher Rocket System) a adoção da guiagem terminal Copperhead em seus fogue-

tes, os quais terão uma capacidade de busca de carros de combate inimigos pela reflexão de raios laser, emitidos por uma aeronave auxiliar.

COMPARAÇÃO EM PODER DE FOGO

O estudo que se segue se fundamenta na capacidade de aplicar sobre uma posição inimiga, cuja localização é conhecida, uma grande quantidade de projetis, em um espaço de tempo pequeno (da ordem de 16 segundos) para a máxima obtenção de efeito destruidor, em decorrência de surpresa.

Para simplicidade de exposição, consideraremos na artilharia de tubo apenas quatro calibres, os mais usuais nos Exércitos ocidentais: o 105 mm, o 155 mm, o 175 mm e o 203 mm. No espaço de tempo de 16 segundos, uma peça de 105 pode disparar três tiros; a de 155, dois tiros e as demais um tiro. Os respectivos projetis representariam:

105 mm: 2,2 kg de explosivo e 13,0 kg de carcaça.

155 mm: 4,9 kg de explosivo e 25,0 kg de carcaça.

175 mm: 6,2 kg de explosivo e 39,1 kg de carcaça.

203 mm: 9,0 kg de explosivo e 51,0 kg de carcaça.

Portanto, em 16 segundos de fogo, o inimigo receberá:

105 mm: 6,6 kg de explosivo mais 39,0 kg de estilhaços.

155 mm: 9,8 kg de explosivo mais 50,0 kg de estilhaços.

175 mm: 6,2 kg de explosivo mais 39,1 kg de estilhaços.

203 mm: 9,0 kg de explosivo mais 51,0 kg de estilhaços.

Consideremos agora um lançador múltiplo capaz de lançar 32 foguetes (calibre entre 120 e 130 mm) no mesmo espaço de tempo, conduzindo ogivas de alto explosivo de 20 kg, portadoras cada uma de 6,7 kg de explosivo e 13,3 kg de carcaça. O material lançado sobre o inimigo será:

$32 \times 6,7 = 214,4$ kg de explosivo e
 $32 \times 13,3 = 425,6$ kg de estilhaços.

A relação de poder de fogo entre este lançador múltiplo e as peças de tubo seria fornecida pela divisão dos valores acima, nos dois campos de comparação.

Em poder do explosivo, o lançador valeria:

$214,4 / 6,6 = 32$ peças de 105 mm
 $214,4 / 9,8 = 21$ peças de 155 mm
 $214,4 / 6,2 = 34$ peças de 175 mm
 $214,4 / 9,0 = 23$ peças de 203 mm

Em material de estilhaços, a relação seria:

$425,6 / 39 = 10$ peças de 105 mm
 $425,6 / 50 = 8$ peças de 155 mm
 $425,6 / 39,1 = 10$ peças de 175 mm
 $425,6 / 51,0 = 8$ peças de 203 mm

É óbvio que as relações acima têm apenas valor indicativo e não devem ser tomadas em termos absolutos, mesmo porque outros dados precisariam ser considerados. A favor do material de tubo, poderia ser dito que a dispersão do seu tiro é muito menor e a bateria é menos vulnerável à localização pelo inimigo; a favor do foguete, que o seu projétil tem mais poder aquisitivo, a rajada cobre uma área maior simultaneamente e a direção de tiro é muito mais simples.

No que se refere ao bombardeio sobre alvos de grandes dimensões — entendidos como áreas de 20 a 30 hectares, isto é, equivalentes a quadrados de lados acima de 450 metros — a relação é extremamente favorável aos foguetes de grande calibre, com ogivas de cabeça múltipla. Como exemplo, uma rajada de quatro foguetes de 300 mm, cada um com ogiva portadora de dezenas de submunições, pode saturar em alguns segundos uma área de mais de 220.000 metros quadrados. Para a obtenção de igual efeito com o material de 155 mm, necessitaríamos mais de cem tiros, ou seja o fogo de cinquenta peças. Ademais, isto só seria obtido após cálculos de tiro extremamente complexos, para que os impactos se distribuíssem sobre a área de maneira uniforme. Esta dispersão desejável se consegue pelas próprias características do foguete e como consequência da ejeção no ar das submunições.

Não podemos, também, perder de vista o fato de que todos estes efeitos são conseguidos, sem maiores problemas, em alcances bem superiores aos das peças de artilharia de tubo.

ANÁLISE DE CUSTO PARA A RAJADA

Argumenta-se, freqüentemente, que a munição tipo foguete é mais cara que a equivalente de tubo e sendo o lançador múltiplo um voraz consumidor de munição, um sistema de armas de foguetes é extremamente caro e alimentá-lo em

acompanha um problema logístico e solução muito difícil.

O que acima está dito é parcialmente correto. Como muitas vezes acontece, sobre uma premissa verdadeira se estabelece uma dedução correta, por se deixar de considerar as outras componentes que também afetariam a dedução. Vamos um exemplo:

Considerando-se a necessidade de atingir um alvo a 25km ocupando uma área de 400 x 500 m, ou seja 20 hectares, com a duração

máxima do bombardeio de 20 segundos, levantaremos o custo de duas modalidades de execução, com uma bateria de foguetes múltiplos e com artilharia de tubo. Para este cálculo, empregaremos os seguintes valores, que podem ser considerados médios do mercado internacional de armamento, para material novo e em operações comerciais livres de preços políticos (isto é, valores subsidiados pelo governo vendedor para obter ou reforçar uma dependência política).

Projétil de artilharia 155 mm	—	US\$	1,200.00
Foguete com ogiva de alto explosivo	—	US\$	6,200.00
Obuseiro 155 mm auto rebocado, tipo M-198			
americano ou similar europeu	—	US\$	485,000.00
Trator para o obuseiro	—	US\$	50,000.00
Lançador múltiplo de 32 tubos (AP)	—	US\$	600,000.00
Material para direção de tiro de uma bateria de 4			
peças de tubo (calculadores, material de			
comunicações, observação etc.)	—	US\$	40,000.00
Diretora de tiro com radar, para trajetografia,			
tipo FieldGuard	—	US\$	3,500,000.00

Quanto à organização, o cálculo considerará baterias de 4 peças, para os dois casos. É claro que o mesmo mecanismo de custos poderá ser feito para baterias de 6 peças.

Admitido o relacionamento em poder de fogo de um lançador para 21 peças, proporcionalmente uma bateria de foguetes equivale a 21 baterias de 155 mm ou a 7 grupos de 3 baterias. Consequentemente, os valores finais seriam:

Custo da rajada da bateria de foguetes			
1) Equipamento			
4 lançadores	—	4 x 600,000.00.	US\$ 2,400,000.00
Diretora de Tiro	—	1 x 3,500,000.00.	US\$ 3,500,000.00
2) Munição	—	4 x 32 x 6,000.00.	US\$ 768,000.00
		Total	US\$ 6,668,000.00

Custo da rajada de artilharia de tubo

1) Equipamento				
84 peças de 155 mm	—	84 x	485,000.00	... US\$40,740,000.00
84 tratores	—	84 x	50,000.00	... US\$ 4,200,000.00
21 centrais de tiro	—	21 x	40,000.00	... US\$ 8,400,000.00
2) Munição — 2 x 84 x				
			1,200.00	... US\$ 2,016,000.00
Total				US\$55,356,000.00

Verifica-se, assim, que o custo da rajada executada pela bateria de foguetes é nove vezes menor que o custo da mesma rajada executada com obuseiros 155 mm auto-rebocados. Se considerássemos o material 155 mm autopropulsado a relação seria ainda mais desfavorável, pois uma peça 155 mm autopropulsada custa da ordem de US\$ 800,000.00.

É também conveniente notar que construímos a comparação com ogivas simples de alto explosivo para os foguetes, de calibre em torno de 120 ou 130 mm. Caso considerássemos foguetes de grande porte, portadores de ogivas múltiplas para liberação no ar de submunições, apenas uma seção de dois lançadores cobriria a mesma área que 20 peças de 155 mm, com efeito menor contra equipamento mas com igual efeito em nível de baixas contra pessoal.

ASPECTOS LOGÍSTICOS

No cálculo acima limitamos a comparação ao custo de equipamento diretamente ligado ao tiro e à munição respectiva.

É válido estender a mesma análise ao campo logístico em geral.

Assim, uma bateria de foguetes tem um efetivo da ordem de 110

homens enquanto um grupo de artilharia 155 mm tem um efetivo de 604 homens. Portanto, a relação de efetivo necessário para igual liberação em poder de fogo é 110 homens/foguete para $604 \times 7 = 4228$ homens/tubo (pois vimos que 21 baterias 155 mm se organizam em 7 grupos). Aqui, então, a estatística mostra que um soldado empregado na artilharia de foguetes vale trinta e oito na artilharia de tubo.

A experiência da II Guerra Mundial, adotada pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como orientadora para cálculos logísticos, mostra alguns valores indicativos do consumo de suprimentos na zona de combate. Destes, o de menor índice é o obtido pelos VI e VIII Exércitos americanos no Pacífico e aponta a necessidade de 15,6 kg de suprimentos/homem/dia (os valores do teatro europeu são bem maiores).

Usando este valor de 15,6 kg/homem/dia, uma bateria de foguetes requer $110 \times 15,6 = 1,716$ kg por dia de suprimento de todas as classes; os sete grupos de artilharia 155 mm exigiriam $4228 \times 15,6 = 65.956,8$ kg diários de suprimentos, os quais por sua vez empenha-

riam apreciável mão-de-obra e material de transporte.

A comparação dos valores acima dispensa comentários.

No que se refere ao aspecto específico da munição, admitido que uma bateria de foguetes execute três ou quatro rajadas completas por jornada, o peso da munição correspondente é da ordem de 4 x 128 x 60 ou 30.720 kg, isto é, menos da metade do peso de suprimento geral que necessita a artilharia de tubo. Parece válido referir, ainda, que é preferível lançar este peso (ou mais precisamente um terço dele) em explosivo sobre o inimigo, do que levar para a zona de combate suprimentos de classe I, combustíveis, material de intendência, etc.

CONCLUSÃO

Poderia parecer, com base apenas nas comparações de custos acima, que é aconselhável a substituição de toda a artilharia de tubo pelos lançadores múltiplos.

Tal afirmação seria um erro.

Dentro das características atuais da guerra, os dois tipos de material devem coexistir no campo de batalha. Suas missões são complementares, pois o seu emprego tático ocorre em condições diferentes.

O apoio contínuo e cerrado à arma-base permanece com a artilharia de tubo, capaz de atirar sobre alvos de pequenas dimensões, situados próximos à linha de contacto. Pela flexibilidade da sua organização e pela judiciosa coordenação do apoio de fogo, a artilha-

ria de tubo é apta a distribuir seus bombardeios em pequenas concentrações, compatíveis com alvos de dimensões reduzidas e com grande presteza de atendimento.

Já as baterias de foguetes devem ser empregadas como uma "reserva de fogo", a ser lançada na batalha nos momentos decisivos do combate ou quando é localizado — em geral em áreas mais à retaguarda — um alvo de grande valor tático, como concentrações de tropa, postos de comando, áreas de suprimentos etc. Nada seria mais inadequado do que lançar uma rajada de bateria de foguetes sobre um ninho de metralhadora a 600 metros da linha de contacto. Comparativamente, isto seria atirar em um coelho com um rifle de caçar elefantes.

Como uma idéia de grandeza, seria correto admitir que para cada alvo compatível com o poder e custo dos foguetes, surgirão no decorrer do combate dezenas de alvos adequados à artilharia de tubo. A cada alvo, deve corresponder o fogo do armamento apropriado.

É certo que, neste quadro doutrinário de emprego, os lançadores múltiplos permanecerão nas posições de reunião a maior parte do tempo; apenas durante alguns segundos, talvez apenas durante um minuto por dia, eles estarão efetivamente atirando.

Contudo, neste minuto de fogo eles estarão talvez rompendo o equilíbrio tático da batalha, caso sejam judiciosamente levantados e escolhidos os alvos atingidos.

É conhecido e tradicional o conceito de que o comandante

mostra o seu talento tático pelo emprego da sua reserva, no momento certo e no local adequado. Batalhas foram perdidas pela reserva não ter sido empregada, devido à excessiva cautela do comando; outras, pelo seu desgaste prematuro e em áreas secundárias, fruto da inadequada apreciação do quadro tático pelo comando.

Ora, a artilharia de foguetes pode ser apreciada como a reserva em poder de fogo de um escalão, à sua disposição para emprego nos momentos críticos do combate e/ou contra alvos cujo valor possa influir seriamente no prosseguimento das operações. De certo modo, ela representa um sucedâneo — por certo bem menos poderoso, mas com o mesmo papel — da arma nuclear tática: sem dúvi-

da, a arma realmente absoluta, desde que disponível apenas para um dos partidos. Uma Brigada, uma Divisão, um Exército que disponha de uma apropriada artilharia de foguetes múltiplos pode empregar sua artilharia de tubo na missão normal de apoio direto ou ação de conjunto e guardar sua massa de fogos em foguetes para reforçar o fogo das unidades de tubo nas zonas de ação críticas, ou concentrá-las para momentos decisivos do combate, como uma preparação de ataque. Há um campo imenso aberto ao estudo e à imaginação dos coordenadores de apoio de fogo em qualquer escalão, na busca de melhores fórmulas de emprego de um poder de fogo devastador, desencadeado por pequenos efetivos e a custos operacionais relativamente baixos.



O Cel R1 Kleber F. de Oliveira é da turma de 1946 da AMAN e possui todos os cursos da carreira militar, inclusive o CEMCFA e ESG. Em 1972 foi Chefe da Seção de Artilharia da ECEME e da Comissão de Estudos para implementação de mísseis no Exército, integrada por oficiais do C. Art. da ECEME e EsAQ. Transferido para a reserva a pedido em abril de 1979, atualmente é Gerente de Vendas Internacionais e Assessor Especial para Armamento do Exército da Avibrás Indústria Aeroespacial S.A., empresa brasileira em São José dos Campos.



O SISTEMA FHE/POUPEx

INFORME ESPECIAL

1. O Sistema FHE/POUPEx

1.1 — Origens

Para se entender o que é o Sistema FHE/POUPEx há necessidade de conhecer-se, não só a origem dessas duas entidades, como também, as origens da poupança e do financiamento habitacional no Brasil e das entidades voltadas para essas atividades.

A Fundação Habitacional do Exército — FHE e a Associação de Poupança e Empréstimo POUPEx se originaram da Caixa de Financiamento Imobiliário do Exército, entidade autárquica, de natureza híbrida, mista de Autarquia e APE, regida pelas regras de Administração Pública e as do Sistema Financeiro da Habitação que, somadas,

restringiam seu campo de atuação. A criação da FHE e da POUPEx decorreu, de certa forma, da separação das atividades subordinadas à Administração Pública das atividades subordinadas ao Sistema Financeiro da Habitação.

1.1.1 — Origem da Poupança no Brasil

No Brasil a poupança surge em 04 Nov 1861, com a fundação no Rio de Janeiro, então Capital do Império, da Caixa Econômica e Monte de Socorro (hoje Caixa Econômica Federal), à rua da Misericórdia.

A instituição recebia depósitos de poupança de todas as classes sociais, inclusive dos escravos, que destinavam os recursos poupados à compra de sua alforria.

1.1.2 — Origem do financiamento habitacional

Em 1885, o Visconde de Ouro Preto dirigia ao Parlamento proposta no sentido de que a Caixa Econômica e Monte de Socorro concedesse financiamento para a casa própria. O projeto foi rejeitado.

Somente com o advento da República nova, na década de 1930, é que o problema habitacional passou a ser encarado como um problema social. Surgiram, nessa época, além da Carteira Habitacional e Hipotecária da Caixa Econômica, os financiamentos dos Institutos de Previdência e a Fundação da Casa Popular, esta, a primeira entidade voltada, exclusivamente, para a habitação, porém, sem nenhum objetivo quanto à poupança.

1.1.3 — A Caixa de Construção de Casas do Ministério da Guerra.

O problema habitacional atingiu, também, a área militar. Foi nessa época que se deu a criação da Caixa de Construção de Casas do Ministério da Guerra, com base no Decreto nº 21.245, de 17/01/32 e competência ampliada pelo Decreto nº 24.256, de 16/05/34, com as atribuições de:

a) promover a construção de casas para residência do pessoal pertencente ao Ministério da Guerra, mediante pagamento de aluguel;

b) fazer empréstimos ao mesmo pessoal, para construção, aquisições ou liquidações de hipotecas

de casas, destinadas à moradia da respectiva família.

Os recursos para a consecução desses objetivos eram:

- a) orçamentários;*
- b) recursos provenientes de aluguel de casas;*
- c) recursos adiantados pelo Conselho Superior de Economias de Guerra.*

1.1.4 — Origem da Caixa de Financiamento Imobiliário do Exército.

O problema habitacional depara-se com a difícil conciliação entre a captação de recursos e a sua aplicação. A inexistência da Correção Monetária nos financiamentos invalidava qualquer sistema e tornava inviável qualquer entidade.

Todas as entidades criadas com a finalidade de solucionar o problema habitacional não conseguiram acompanhar o ritmo da demanda por habitação em face da insuficiência de recursos. O retorno do capital aplicado não apresentava a mesma capacidade aquisitiva, e, por outro lado, os financiamentos concedidos passaram a se constituir em verdadeiras dâdivas para os contemplados.

Uma nova política habitacional fazia-se necessário para a solução do problema, agravado há muito tempo pelo desestímulo da Lei do Inquilinato, estabelecida pelo Governo em 1943, que alijou do mercado imobiliário os investidores. Estes deixaram de construir para alugar, em face da baixa remuneração do capital investido.

O advento da nova era da política habitacional, tem seu marco no dia 21 de agosto de 1964, através da Lei nº 4.380, que criou o Banco Nacional da Habitação (BNH), o qual, desde aquela data, orienta, disciplina, estimula e promove todo o esforço relacionado com a poupança e o empréstimo habitacional.

A Correção Monetária passou a se constituir na pedra angular do Sistema.

Em tudo isso vê-se um processo evolutivo na busca da solução para o problema habitacional.

A Correção Monetária veio restituir a capacidade aquisitiva da moeda no retorno dos financiamentos.

Para acompanhar a evolução da política habitacional, em 10 Jan 69, pelo Decreto nº 63.977, a Caixa de Construção de Casas do Ministério do Exército passa a denominar-se Caixa de Financiamento Imobiliário do Exército (CFIEx), e passa a integrar o Sistema Financeiro da Habitação.

A Caixa de Financiamento Imobiliário do Exército (CFIEx), é uma entidade de Administração Indireta, vinculada ao Ministério do Exército.

O BNH em Resolução do Conselho de Administração, RC nº 07/69, baixa normas e regula as condições de funcionamento da Caixa de Financiamento Imobiliário do Exército (CFIEx), e lhe aplica, no que couber, as disposições legais, regulamentares e normativas referentes à Associações de Poupança e Empréstimo.

Assim, em 30/12/69, o Banco Nacional da Habitação, expediu a Carta Patente nº 33, em favor da CFIEx, para que ela, "como órgão integrante do Sistema Financeiro da Habitação", pudesse iniciar as suas atividades nos termos do Decreto nº 63.977, de 10/01/69, e demais normas legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Como se vê, a CFIEx constituía-se em uma entidade híbrida, mista de autarquia e de APE, subordinada às regras da Administração Pública e às do Sistema Financeiro da Habitação.

Tal situação dificultava a sua administração no sentido de atingir os objetivos para a qual foi criada, devido à sua vinculação ao Ministério do Exército e à Administração Pública.

1.1.5 — Origem da FHE e da POUPEX

O problema habitacional na área militar, especificamente no Ministério do Exército, e a dificuldade de sua solução pela CFIEx, ensejaram o equacionamento do problema no sentido de dinamização da CFIEx e da sua desvinculação do Ministério do Exército, sem que este perdesse o seu controle.

Visando essa dinamização, o Exmo. Sr. Ministro do Exército, baixa diretriz à DGEF, que, por seu Diretor, nomeia o então Gen Bda. MILTON PAULO TEIXEIRA ROSA, para presidir o Grupo de Trabalho que teria a si o encargo de estudar o problema.

A desvinculação da CFIEEx do Ministério do Exército e, conseqüentemente, da Administração Pública, sem que o Exército perdesse o seu controle, encontrava amparo no Regulamento Geral das APE's, instituído pela RC-05/78 do BNH, em cujo art. 18 está prescrito: "Os Estatutos da APE poderão prever sistema institucional para outorga de mandato a entidade credenciada pelo BNH, visando a representação dos associados em Assembléias Gerais".

Esta entidade credenciada pelo BNH é denominada de entidade mandatária.

Dessa forma, duas entidades foram criadas para sucederem a CFIEEx:

- a) a Fundação Habitacional do Exército — FHE, que sucedeu a CFIEEx nas obrigações não vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação, com a função de entidade mandatária da POUPEEx e,
- b) a Associação de Poupança e Empréstimo POUPEEx, que sucedeu a CFIEEx nas suas obrigações, quando decorrentes de operações não vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação.

As duas entidades atuam de forma sistemática e integrada, constituindo-se no Sistema FHE/POUPEEx.

1.2 — Finalidades

1.2.1 — da FHE

A principal finalidade da FHE é a de gerir a POUPEEx; para isto, ela

atua como sociedade mandatária dos associados da POUPEEx, nas Assembléias, independentemente da outorga do mandato.

Além de atuar como sociedade mandatária da POUPEEx, a FHE está credenciada pelo BNH para atuar como Agente Promotor, Agente Financeiro e Agente para Atividades Complementares.

1.2.2 — da POUPEEx

A principal finalidade da POUPEEx é propiciar ou facilitar a aquisição de casa aos seus associados, bem como captar recursos, incentivar e disseminar a poupança no setor habitacional.

2. Área de Atuação

2.1 — da FHE

2.1.1 — Empreendimentos

A FHE como Agente Promotor e Agente Financeiro do SFH, desenvolve empreendimentos habitacionais para os associados da POUPEEx, beneficiários do Sistema de Poupança de que trata o art. 8º da Lei nº 6.855/80. O atendimento aos seus associados se faz com base em critérios estabelecidos pela FHE, e que se encontram publicados no Noticiário do Exército nº 6.165, de 30 Nov 82.

Como Agente para Atividades Complementares a FHE pode assessorar e orientar agentes promotores.

Metas Fixadas pela FHE para 1983

Empreendimento		Nº de UH	Custo U P C	Situação
Rio de Janeiro REALENGO		432	1.800	– Em andamento as providências para contratação da execução com a empresa ELDORADO S/A.
Rio de Janeiro	Grajaú I	88	5.250	– Projetos em andamento
	Grajaú II	144	3.800	
Porto Alegre CRISTAL		24	3.150	– Projeto de arquitetura em fase final de aprovação. – Sondagem concluída. – Projetos complementares em andamento.
Brasília ASA NORTE		36	3.910	– Entendimentos com a CEF e a UNB visando a aquisição de terrenos. – O custo FHE está cerca de 35% abaixo dos preços de mercado.
		36	5.870	
Recife		106	1.800	– Levantamento da disponibilidade de terreno.
Fortaleza		46	1.800	– Levantamento da disponibilidade de terrenos.
		50	2.250	
Juiz de Fora		24	2.250	– Em andamento a licitação para aquisição de terrenos.
		30	2.700	
TOTAL		1.016		

2.1.2 – Área Social

A atuação da FHE na área social de moradias de baixo custo é feita mediante convênios com entidades que também atuam na área social.

Nesse sentido, por exemplo, a FHE firmou convênio com a Caixa Econômica Federal para o desenvolvimento de casas econômicas, cuja construção será levada a efeito pelo sistema de mutirão, e com o BNH, através do PROMORAR, para execução desse programa visando a construção de moradias, na VILA MILITAR – RJ, para pessoal de renda até 3 (três) salários mínimos.

2.2 – da POUPEX

2.2.1 – Captação de Recursos

A POUPEX complementa atuação da FHE. Para isso a POUPEX, como Agente Financeiro do Sistema Financeiro da Habitação, atua na captação de recursos, mediante a abertura de caderneta de poupança. Esta captação pode ser ampliada, à medida em que, haja necessidade de um maior aporte de recursos, no que a FHE autoriza a POUPEX a firmar convênios com entidades, permitindo aos seus funcionários e dependentes o acesso à caderneta de poupança.

2.2.2 – Aplicação de Recursos

A POUPEX pode aplicar os seus recursos em todas as operações do Sistema Financeiro da Habitação, permitidas às APE's.

Dessas operações ressaltam-se:

- o financiamento individual;
- o programa Condomínio;
- o CICAP;
- o Plano Empresário.

3. Instrumentos Operacionais

Os instrumentos operacionais da POUPEX restringem-se à Caderneta de Poupança e aos Financiamentos.

3.1 – A Caderneta de Poupança

A Caderneta de Poupança é o principal instrumento operacional da POUPEX na área de captação de recursos. A Caderneta de Poupança é idêntica às demais Cader-netas oferecidas pelos outros Agentes Financeiros, porém, com a vantagem da consignação em folha e de ser transferida para qualquer localidade do território nacional onde haja agência do Banco do Brasil, sem necessidade de mudança de número ou encerramento de conta.

Atualmente a POUPEX está em fase final de implantação da Caderneta de Poupança de Trimestre Móvel e em estudo de Caderneta de Poupança Programada.

3.1.1 – A Abertura de Conta

A abertura de Conta na POUPEX dá a seu detentor a condição de associado. Porém, para ser associado da POUPEX é necessário que sejam satisfeitas as exigências dos art. 8º e 9º da Lei nº 6.855, de 18/11/80, e mantenham em favor da POUPEX

o depósito em dinheiro necessário à abertura de conta.

Para isto o interessado deve procurar uma agência do Banco do Brasil, em que deseja ter a sua conta, apresentar o documento de identidade, o CPF e, no caso de Pensionistas e Funcionários Civis, também o último contracheque. Para os civis serve a Carteira Funcional.

O depósito inicial é feito com o valor de 1 (uma) UPC ou acima dele. Por deliberação da Diretoria da FHE, aos militares de algumas Guarnições, foi concedido o privilégio de ter a sua conta já aberta pela POUPEX, com Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro), simbolicamente.

Os depósitos subseqüentes, em qualquer valor, poderão ser efetuados livremente, através de qualquer agência do Banco do Brasil ou mediante consignação em folha. Neste último caso, o interessado dirige-se ao Representante da POUPEX na sua OM ou a que estiver vinculado, apresenta a segunda via da proposta de abertura de conta, e solicita a averbação da importância que deseja passar a descontar.

3.1.2 — Associados

Poderão ser associados da POUPEX e, em consequência, beneficiários do sistema de poupança de que trata o art. 8º da Lei nº 6.855/80:

- (a) — os oficiais da ativa, as praças da ativa com permanência assegurada e os inativos;
- (b) — os servidores civis do Ministério do Exército da

ativa e inativos e pensionistas de militares ou funcionários civis (contrato assinado MEX e FHE datado de 08/10/81);

- (c) — os militares de carreira sem permanência assegurada;
 - os oficiais e sargentos do Quadro Temporário;
 - os incorporados ao Exército para prestação de serviço militar inicial, durante os prazos previstos na legislação ou durante as prorrogações daqueles prazos;
 - os alunos de órgãos de formação de militares da ativa e da reserva;
 - os pensionistas de civis e militares enquadrados em quaisquer das categorias acima;
 - os servidores civis ativos e inativos da Fundação Osório.
- (1º Termo Aditivo do Contrato assinado entre o MEX e a FHE em 08/10/81).

Poderão, ainda, ser associados da POUPEX, servidores de órgãos de Administração Direta e Indireta e Fundações criadas por lei, mediante contrato firmado entre esses órgãos e a FHE. Esses associados serão regidos, exclusivamente, pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Os associados da POUPEX desfrutam dos seguintes benefícios:

- (a) — dividendo e correção monetária sobre o saldo mé-

dio trimestral, se não houver retiradas no trimestre ou sobre o menor saldo do trimestre, se houver retirada durante o trimestre considerado;

- (b) — garantia de depósito pelo BNH, de até 3500 UPC;
- (c) — juros de 6% ao ano;
- (d) — abatimento no Imposto de Renda, de acordo com a legislação vigente;
- (e) — incentivo fiscal de 4%, sobre a parcela do saldo médio, até 1.000 UPC;
- (f) — beneficiar-se de financiamentos.

3.2 — Os Financiamentos

Os financiamentos destinam-se a atender somente ao associado da POUPEX.

3.2.1 — O Financiamento Individual

Também chamado de financiamento isolado, é concedido ao associado que seleciona uma unidade habitacional com até 180 dias de "habite-se". O financiamento é concedido na ordem de 90% do menos dos dois valores, o de avaliação ou o de compra e venda.

3.2.2 — O Plano Condomínio

Destina-se à concessão de financiamentos para realização de empreendimentos imobiliários diretamente desenvolvidos pelos beneficiários finais, reunidos em regime de Condomínio, na forma da Lei nº 4.591, de 16/12/1964, sem a

participação de incorporador imobiliário, para aquisição de terreno e/ou construção de edificações com um ou mais pavimentos, constituídas por unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais dos próprios condôminos, pessoas físicas.

Para a realização do empreendimento, um grupo de associados, de 02 a 150, adquire um terreno (com financiamento ou não da POUPEX) e, através de uma Comissão de Representantes, com o apoio da FHE, contrata os projetos e a construção do empreendimento, tudo com financiamento da POUPEX.

3.3 — Construção Individual da Casa Própria — (CICAP)

Programa cuja finalidade é a concessão de empréstimo para aquisição de terreno e/ou abertura de crédito para construção da casa própria, diretamente ao mutuário final, associado da POUPEX.

O empréstimo poderá ser para a construção em lote próprio ou em lote com financiamento de 20% do total do financiamento.

3.4 — Plano Empresário

Destina-se ao financiamento a Empresários pela POUPEX, com o mínimo de 60% das unidades habitacionais, destinadas aos associados da POUPEX.

Os quadros que se seguem dão a noção do andamento de financiamentos concedidos ao tempo da CFIE e o comportamento deles, a partir da implantação da POUPEX.

a) — Movimento de Financiamentos Imobiliários

Posição em 31/05/83

Tipo de Financiamento	Financiamento Concedido			Situação dos Créditos			Pedidos de Financiamentos				
	CFIEx	POUPEX	Soma	Liquidação Antecipada	Em fase de Liberação	Em Retorno	Em Processamento	Em Estudo	Em Carteira	Soma	
Condomínio	21	24	45	02	24	19	40	217	—	257	
Em Lote Próprio	34	27	61	11	23	27	11	—	17	28	
Em Lote Financiado	—	05	05	—	05	—	—	—	05	05	
Aquisição Imóvel Novo	15	116	131	02	—	129	09	—	37	46	
Aquisição Imóvel Antigo	67	130	197	17	—	180	02	—	06	08	
Reforma	05	—	05	03	—	02	—	—	—	—	
Total	142	302	444	35	52	357	62	217	65	344	

Data de criação da CFIEx: 10 Jan 69
 Data de criação da POUPEx: 20 Jan 82

b) Pedidos de Financiamento
— Por Estado da União

Posição em 31/05/83

Por Estados da União	Unidades Habitacionais	UPC	Cr\$ Mil
Rio Grande do Sul	98	273.427	981.228
Distrito Federal	21	52.873	189.742
Rio de Janeiro	69	184.507	662.127
Pernambuco	82	174.000	624.422
São Paulo	12	18.000	64.595
Ceará	34	146.000	523.940
Minas Gerais	28	112.000	401.927
Total	344	960.807	3.447.981

— Por Tipos de Financiamento

Posição em 31/05/83

Tipo	Unidades Habitacionais	UPC	Cr\$ Mil
Construção Lote Próprio	28	66.413	238.332
Construção Lote Financiado	05	12.766	45.812
Condomínio — Em Processamento	40	124.400	446.426
Condomínio — Em Estudo	193	540.136	1.938.348
Aquisição Imóvel Novo	46	109.029	391.265
Aquisição Imóvel Usado	08	18.961	68.044
Empreendimento FHE	24	89.102	319.754
Total	344	960.807	3.447.981

4. A Intermediação do Banco do Brasil

- A presença das Delegacias da FHE, no Rio de Janeiro e Porto Alegre, e da sede em Brasília (DF), têm permitido o acesso à casa própria, mais facilitado nas áreas de suas jurisdições.

Pesquisas têm demonstrado e o elevado número de associados existentes nessas áreas asseguram, a necessidade de se destinar um maior número de financiamentos àquelas localidades.

Todavia, em momento algum, a FHE descuidou-se das demais regiões do país. E, para que elas não se sentissem como que alijadas desses benefícios, criou-se o PROGRAMA CONDOMÍNIO, de âmbito nacional, programa esse que já mereceu maiores esclarecimentos, algumas linhas atrás.

Não fora isso suficiente, novos estudos levaram a Diretoria da FHE a autorizar um convênio entre a POUPEX e o BANCO DO BRASIL, no sentido de permitir o atendimento de financiamento de moradia aos companheiros de outras Guarnições mais distantes, e, com isso, interiorizar o crédito.

A utilização desse sistema, ora implantado em MANAUS, SANTA MARIA, RECIFE, JUIZ DE FORA e CAMPO GRANDE, desdobra-se em 5 (cinco) fases, a saber:

- o atendimento preliminar;
- a fase pré-contratual;
- a formalização do contrato;
- a liberação dos recursos;
- o pagamento da prestação do financiamento.

O associado que desejar beneficiar-se desse atendimento, deverá dirigir-se à agência do Banco do Brasil, credenciada para tal e, no setor responsável pela CARIM, da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, comprovar sua condição de associado da POUPEX e receber o folheto contendo as "Informações do PropONENTE de Financiamento" e a "Proposta de Financiamento".

O mais, é proceder segundo as instruções e, ao final do processo, ter os recursos liberados para efetuar a compra do imóvel escolhido.

Brevemente, outras agências do país estarão credenciadas a efetuar essa Intermediação.

Pretende-se ter, até fins deste ano de 1983, as sedes das Regiões Militares atingidas por essa inovação, o que significará ter o acesso ao financiamento da casa própria aberto aos companheiros, em todo o território nacional.

5. Conclusão

O Sistema FHE/POUPEX é constituído de duas entidades com personalidades jurídicas próprias, atuando sistematicamente, com a finalidade de solucionar o problema habitacional na área do Ministério do Exército. A atuação das duas entidades são complementares. Os instrumentos de financiamentos imobiliários, estão ficando cada vez mais ao alcance dos companheiros e constituem-se, sem dúvida, em vantagens que só o Sistema FHE/POUPEX pode oferecer.

Para usufruir, pois, destas e de outras vantagens que advirão em

decorrência da ampliação das atividades da FHE e da POUPEX, torna-se imprescindível o vínculo societário, o que se concretiza com a abertura da conta de poupança, na POUPEX.

6. Fontes de Consulta

1. *Lei nº 6.855, de 18/11/80 — Cria a FHE e dá outras providências. (DOU de 19/11/80).*
2. *Decreto nº 86.050, de 01/06/81 — Constitui a FHE, aprova o seu Estatuto e dá outras providências. (Revogado).*
3. *Lei nº 7.059, de 06/12/82 — Altera o Art. da Lei nº 6.855, de 18/11/80. (DOU de 07/12/82).*
4. *Decreto nº 88.220, de 06/04/83 — Aprova o novo Estatuto da FHE e dá outras providências. (DOU de 08/04/83).*
5. *Deliberação nº 003, de 20/01/82 — Aprova os Estatutos da APE/POUPEX. (MEX nº 5.963, de 29/01/82).*
6. *Introdução ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — ABECIP.*



REFORMULAÇÕES DO SFH NO 1º SEMESTRE DE 1982

Informe Especial (Conclusão do nº anterior)

As operações especiais continuaram as mesmas. Revoga a R/BNH nº 115/81, de 4 de agosto de 1981 (R/BNH nº 145/82, de 12 maio de 1982.

24. Refinanciamento do SBPE — Foi adotado um único tipo de refinanciamento do BNH aos agentes financeiros do SBPE. Anteriormente, os refinanciamentos eram divididos em básicos e complementares. Quando o mutuário toma o financiamento e adota a Tabela Price ou o Sistema de Amortização Misto (SAM), o BNH passou a refinarciar o agente financeiro através do SAM. Quando o mutuário toma o financiamento adotando o Sistema de Amortização Constante (SAC), o BNH passou a refinarciar o agente financeiro pelo SAC. Anteriormente, a cada sis-

tema de amortização escolhido pelo mutuário correspondia o mesmo sistema adotado no refinanciamento do BNH ao agente financeiro. Foram elevadas as taxas de juros, cobradas pelo BNH aos agentes financeiros, nas faixas de valor unitário de financiamento de até 887 UPC e reduzidas as taxas de juros nas faixas de valor unitário de financiamento de 913 até 2.700 UPC. Revoga a R/BNH nº 13/79, de 24 de setembro de 1979 (R/BNH nº 146/82, de 17 de maio de 1982).

25. Limite das operações passivas das SCIs — A R/BNH nº 147/82 adaptou o limite das operações passivas (operações com recursos de terceiros) das Sociedades de Crédito Imobiliário (SCIs) às alterações introduzidas pela R/BNH

n.º 146/82, que regulamentou as operações de refinanciamento do BNH para os agentes financeiros do SBPE. Revoga a RD n.º 19/75, de 28 de abril de 1975 (R/BNH n.º 147/82, de 17 de maio de 1982).

26. Prodepo — A partir de julho deste ano, a taxa de administração, cobrada pelo BNH aos agentes financeiros e repassada por estes ao mutuário final, passou de 1 para 2% sobre o valor do empréstimo ou do financiamento, respectivamente, nas operações vinculadas ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pólos Econômicos (Prodepo). Esta taxa é descontada, proporcionalmente, de cada parcela liberada. Revoga a RC n.º 04/75 e a RD n.º 10/75, ambas de 3 de março de 1975 (R/BNH n.º 150/82, de 17 de maio de 1982).

27. CURA — A partir de julho deste ano, a taxa de administração, cobrada pelo BNH aos agentes financeiros e repassada por estes ao mutuário final, passou de 1 para 2% sobre o valor do empréstimo ou do financiamento, respectivamente, nas operações vinculadas ao Programa de Complementação Urbana (CURA). Esta taxa é descontada, proporcionalmente, de cada parcela liberada. Revoga a R/BNH n.º 53/80, de 11 de fevereiro de 1980 (R/BNH n.º 151/82, de 17 de maio de 1982).

28. Extinção do FINURB — O Programa Financiamento para Ur-

banização (FINURB) foi extinto porque sua finalidade ampla de financiar o desenvolvimento urbano foi sendo incorporada pelos programas CURA, PRODEPO e pelos fundos regionais de desenvolvimento. Revoga a RC n.º 11/74, de 26 de março de 1974 (DCA-185ª, de 18 de maio de 1982).

29. Taxas de administração e compromisso — A partir de 1º de julho de 1982, a taxa de administração, incidente sobre os valores das parcelas de empréstimo do BNH ao agente financeiro, passaram a ser de: 1%, nas operações do PROMORAR; 3%, nas operações do FIMACO; e 2%, nas operações dos demais programas do BNH. Anteriormente esta taxa era de 1% nas operações de todos os programas do Banco. A taxa de serviços técnicos foi extinta. A taxa de compromisso, paga pelo agente financeiro ao BNH, exigível apenas quando não ocorre utilização dos recursos provenientes de empréstimo do Banco, nos prazos estipulados em cronogramas, e incidente sobre o valor de cada parcela não utilizada, passou a ser devida a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para liberação de cada parcela do empréstimo não utilizada, até a data de sua efetiva liberação. A taxa de compromisso passou a corresponder à taxa nominal de juros fixada para a operação. Anteriormente, esta taxa tinha o mesmo valor da taxa de juros apenas durante 60 dias,

após os quais sera majorada em 1%. Foi determinado também que, em nenhuma hipótese, é permitida a transferência ao beneficiário final de financiamento habitacional do ônus correspondente à cobrança da taxa de compromisso. Tais determinações entraram em vigor a partir de 1º de julho de 1982. Revoga a RC nº 10/66, de 29 de novembro de 1966 (R/BNH nº 154/82, de 19 de maio de 1982).

30. Intervenção e dissolução de cooperativas — Foi alterada a sistemática de intervenção e dissolução de cooperativas habitacionais, na forma das Leis nºs 4.380, de 21/8/64, e 5.764, de 16/12/71. A medida visou à reabilitação administrativa e financeira dessas instituições. O ato de intervenção é por ordem do Diretor de Programas Habitacionais, com base em decisão da Presidência do BNH. Anteriormente, a intervenção era da competência da Diretoria do Banco por solicitação do Diretor da Área de Programas Habitacionais. A intervenção é decretada quando houver: violação das disposições legais; estado de pré-insolvência; má administração da sociedade; paralisação das atividades sociais por mais de 120 dias consecutivos, entre outros fatos. O prazo de intervenção não pode ser superior a 180 dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Anteriormente, cada caso era considerado particularmente. Além da intervenção e da dissolução, o BNH

pode promover a dissolução extrajudicial da cooperativa nos seguintes casos: quando a entidade deixe de oferecer condições operacionais por estar caracterizado o caso de insolvência; na conclusão do programa habitacional; quando a assembléia-geral extraordinária não se reunir no prazo estabelecido para deliberação de dissolver a cooperativa ou reunindo-se não deliberar neste sentido, ou ainda quando houver inobservância de dispositivos previstos em lei e normas do BNH, que acarrete a adoção da medida. Revoga a RD nº 11/75, de 4 de março de 1975, e altera instruções do Conselho de Administração; RC nº 10/78, de 25 de setembro de 1978, artigos 86 a 91, capítulo XI, e artigos 99 a 109, capítulo XII (R/BNH nº 149, de 21 de maio de 1982).

31. FINSOCIAL — O Presidente da República assinou decreto criando o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL). Para a formação deste Fundo, foi determinada a contribuição de 0,5% da receita bruta de todas as empresas (públicas e privadas) que realizam venda de mercadorias, bem como das instituições financeiras e das sociedades seguradoras. Para as empresas que realizam exclusivamente venda de serviços, a contribuição foi fixada em 5% sobre o valor do Imposto de Renda devido. O Fundo se destina a custear investimentos de caráter assistencial, como habitação popular, ali-

mentação, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor (Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982. Publicado no Diário Oficial da União, do dia 26/05/82, pág. 9.531, seção 1).

32. Convênio BNH/CREA-RJ — Com a finalidade de aperfeiçoar os serviços técnicos de engenharia e arquitetura utilizados nas obras financiadas pelo SFH e SFS, o BNH firmou com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ) um convênio para a implementação de mecanismo que permita a efetiva fiscalização do exercício profissional de engenheiros e arquitetos, no âmbito dos sistemas geridos pelo Banco. Para coordenar, planejar e operacionalizar a execução das atividades previstas no convênio, foi formada uma comissão mista, paritária, integrada por representantes do BNH e do CREA-RJ, que ficou com a incumbência de: estabelecer mecanismos para a efetiva fiscalização do exercício profissional; estudar conjunto de normas de desenvolvimento de serviços técnicos de engenharia e arquitetura; promover intercâmbio de dados e informações manipuladas pelas áreas de informática das duas entidades (CVE nº 0015/82, de 8 de junho de 1982).

33. Desempenho de construtoras — Novos critérios para aferição do desempenho técnico das empresas construtoras foram estabelecidos pelo BNH, consolidando o

sistema de fiscalização constante, já desenvolvido pelo Banco. Pelo novo processo, o Departamento de Engenharia do BNH, além de acompanhar o andamento das obras do SFH, afere também o desempenho de cada construção através do preenchimento de um Boletim de Desempenho Técnico. Os conceitos vão de bom a péssimo, passando pelo satisfatório, razoável e fraco. O critério de medição considera o projeto e suas especificações contratuais, a qualidade de execução e do material utilizado, que tem que estar dentro dos padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os engenheiros do BNH passaram a avaliar a construção de moradia e suas obras complementares. No que se refere a construção habitacional são aferidos: serviços iniciais; fundações; estruturas; instalações elétricas; instalações hidráulicas; instalações de esgotos pluviais; instalações mecânicas; paredes e painéis; cobertura; impermeabilizações; portas, janelas e vidros; revestimentos e forros; pisos; rodapés, soleiras e peitoris; aparelhos e ferragens; pinturas e arremates finais. Das obras complementares são medidos: terraplenagem; pavimentação; drenagem de águas pluviais; rede de esgoto sanitário; rede de água potável; rede elétrica; distribuição de gás e equipamentos comunitários. Uma vez caracterizado efetivamente pelo Departamento de Engenharia do BNH a

falha de construção, a empresa terá 15 dias para apresentar defesa. Os padrões considerados inaceitáveis pelo BNH serão classificados de "péssimo" e "fraco" e as empresas que merecerem tais conceitos e não se comprometerem a reparar a obra entrarão na "Relação de Firms e Pessoas Impedidas de Operar com os Sistemas Geridos pelo BNH". Entretanto, estas empresas poderão ser excluídas da lista de impedimento se corrigirem as falhas apontadas (R/BNH nº 156/82, de 14 de junho de 1982).

34. Novas condições de financiamento e empréstimo — Foram alteradas as condições básicas de financiamentos concedidos pelos agentes financeiros do SFH aos mutuários finais e de empréstimos e refinanciamentos concedidos pelo BNH a seus agentes financeiros. Os prazos máximos para os mutuários pagarem o total de suas prestações foram elevados de um e dois anos, na faixa de financiamento entre 1.901 e 3.500 UPC. O prazo máximo continuou sendo o de 25 anos, para financiamentos de até 1.500 UPC, com exceção dos financiamentos concedidos através do Promorar — que atinge, no máximo, 300 UPC — com prazo máximo de 30 anos. Os prazos para empréstimos e refinanciamentos do BNH aos agentes financeiros foram alterados em decorrência das alterações na estrutura de prazos aos mutuários finais. Foi alterada a estrutura de taxas nomi-

nais de juros cobráveis dos mutuários finais e dos agentes financeiros. A taxa máxima de juros do SFH (10% a.a. aos mutuários finais) cobrada, anteriormente, a partir de financiamentos de 1.500 UPC, passou a ser adotada apenas nos financiamentos acima de 2.700 UPC. Assim, a taxa de juros cobrada aos mutuários finais do SFH, que anteriormente variava de 1 a 10% nos financiamentos de até 1.500 UPC passou a variar de 2 a 10% nos financiamentos de até 2.700 UPC. A mudança na estrutura de juros proporcionou, para um mesmo valor de financiamento, redução das prestações iniciais nas faixas entre 266 e 479 UPC e entre 1.234 e 2.700 UPC, com intensidade maior de redução entre 1.400 e 2.100 UPC. Nesta faixa, concentra-se parte substancial dos empreendimentos habitacionais financiados pelo SBPE e estimulados pelo BNH através do Modelo de Indução. Foi modificado ainda o percentual de aplicação dos agentes financeiros na faixa de financiamentos entre 3.500 e 5.000 UPC. Anteriormente, estes financiamentos não podiam exceder a 8% do saldo das aplicações imobiliárias próprias do agente nas faixas de até 2.700 UPC. A partir de 1º de junho, no entanto, os agentes do SBPE foram autorizados a utilizarem o equivalente a 12% do saldo das aplicações imobiliárias próprias de valor unitário de até 1.350 UPC para financiar imóveis

que comportem financiamentos entre 3.500 e 5.000 UPC. Aquele percentual poderá ser acrescido de 10% do saldo daquelas aplicações com valor unitário superior a 1.350 UPC, até 1.800 UPC; de 9% do saldo daquelas aplicações de valor unitário superior a 1.800, até 2.500 UPC; e de 8% do saldo daquelas aplicações de valor unitário superior a 2.250, até 2.700 UPC. Esta modificação amplia o volume de recursos passível de ser aplicado em financiamentos de casa própria para a classe média. Foi autorizado, também, aos agentes finan-

ceiros do SFH a concessão de financiamentos de 100% do preço de aquisição da habitação, quando este valor não ultrapassar a 1.800 UPC, dispensando portanto, a exigência de uma parcela apresentada como poupança prévia. Anteriormente, o limite era de 1.350 UPC. Revoga as R/BNH nºs 06/79, de 30 de julho de 1979; 66/80, de 30 de abril de 1980; 70/80, de 5 de maio de 1980; e 116/81, de 4 de agosto de 1981 (R/BNH nº 14, de 1982, de 05 de maio de 1982 — R/BNH nº 155/82, de 22 de junho de 1982).



INFORMAÇÕES

PRIMEIRA VIATURA TRANSPORTE QUALQUER-TERRENO É ENTREGUE AO EXÉRCITO SUECO

O Comandante Supremo do Exército sueco, Tenente-General Nils Sköld, recebeu recentemente o primeiro Carro Transporte Qualquer Terreno, produzido em série, de um pedido de 3.500. Estas viaturas articuladas, sobre lagartas, Bv 206, representam o início da fase final de uma transição das Forças Armadas Suecas, para a geração de viaturas de longo raio de ação em campo, tanto em termos de tecnologia quanto de desempenho.

A nova geração se destaca pela notável mobilidade, tanto em terra como na água, combinada com excelentes condições de manutenção a baixos custos e grande disponibilidade ao longo da vida útil da viatura. A Viatura Transporte QT, Bv 206, é baseada em um modelo clássico, para uma carga útil de 2.000 kg e velocidades de até 55 km/h. Estão também sendo fabricadas versões da Viatura Transporte para rádio e para canhões e mísseis anti-carro.

As Viaturas Transporte QT que ora começam a ser entregues ao Exército sueco, numa média de 100 por mês, serão usadas, primordialmente, para aumentar a mobilidade da tro-





pa, não só na estrada mas também fora dela. O Bv 206 substituirá seu predecessor, o Bv 202. Comparado ao modelo antigo, o Bv 206 tem capacidade de carga 150% maior (2.000

kg ou 17 pessoas), anda 50% mais rápido (até 55 km/h), é de operação muito mais simples, apresentando ainda um maior conforto interno. A viatura é equipada com uma caixa de



mudança automática, uma direção tipo "power drive", suspensão de mola de lâmina e uma carroceria de plástico isolante acústico prensado. As lagartas, fabricadas em borracha reforçada, dispõem de comando individual, e as cabines, dianteira e traseira, são ligadas por uma unidade de direção articulada.

Algumas versões

Além da versão básica, que se destina à dotação normal de todas as brigadas de infantaria suecas, há também uma versão para Posto Rádio de Comando, a Bv 2061, para as Comunicações do Grupo de Artilharia. Com a idéia de melhorar as condições de mobilidade em campo dos canhões e mísseis anticarro, há versões anticarro que permitem a utilização do Canhão Sem Recuo de 9 cm, a Bv 2062, e do sistema de mísseis anticarro, a Bv 2063. Será também fabricada uma versão civil especial da Viatura QT 206, para ser utilizada nas operações de salvamento, e nas atividades de prospecção e de engenharia civil, e também como veículo transporte na indústria do turismo. A nova viatura militar é fabricada pela firma AB Hägglund & Söner, Suécia.

RENK-ZANINI EQUIPA MARINHA BRASILEIRA

A Renk-Zanini S/A Equipamentos Industriais, subsidiária da Zanini, assinou contrato com a Marinha do Brasil para o fornecimento das caixas reductoras que equiparão as quatro corvetas em produção pelo Arsenal da Marinha. O contrato faz parte do programa de reequipamento da Marinha brasileira e de nacionalização da produção de equipamentos bélicos.

Esta foi uma das mais importantes encomendas recebidas pela Renk-Zanini desde sua fundação em 1976.

BERNARDINI DESENVOLVE BLINDADO PARA PÂNTANO COM CANHÃO DE 90mm

Um canhão de 90 milímetros para operar munição Flecha é o novo produto em fase de lançamento pela Bernardini, tradicional fabricante brasileira de cofre de aço especializada em blindagens e há 15 anos também atuando na produção de material bélico. A empresa está desenvolvendo

do um blindado leve de reconhecimento para operar em regiões pantanosas, como as existentes nas fronteiras com as Guianas, no Norte, e na região do Pantanal, no Centro-Oeste.

O novo canhão está sendo produzido pela primeira vez em um país das Américas (fora dos Estados Unidos) e, além de utilizar a munição convencional, usa também a Flecha — introduzida há poucos anos nos arsenais de bélicos dos países mais adiantados. Trata-se de uma espécie de dardo, geralmente de tungstênio, que é liberado com uma velocidade de 1 mil 500 metros por segundo e, numa trajetória tensa (linha reta), perfura blindagens de 35 centímetros de espessura a uma distância de 2 mil metros. Esse canhão é apropriado para carros de combate acima de 23 toneladas.

A munição Flecha é constituída por um estojo convencional em que a parte do projétil (a barra metálica de tungstênio) fica envolta numa guia de nylon, o "sabo". Quando disparada, a guia separa-se em três partes, à semelhança dos estágios dos foguetes, liberando a "flecha" em linha reta na direção do alvo. Esse tipo de munição ainda não é produzido no Brasil. Fonte da empresa admitiu que o novo canhão poderá substituir os modelos antigos em todos os blindados brasileiros.

Novo carro

O mais recente blindado da Bernardini é um carro sobre esteiras de 12 toneladas, equipado com quatro canhões de 12,7 milímetros, controlados por radar. Pode ser usado para defesa aérea, disparando 2 mil tiros por minuto, e na formação de fogo de barragem contra avanço da Infantaria.

Faz parte da nova linha de blindados leves sobre lagartas da empresa, destinados a teatros de operações pantanosos, semelhantes aos existentes no Norte do Brasil e na Região Centro-Oeste. A empresa mantém uma linha de blindados médios entre 23 e 30 toneladas em que se destaca o MB-3, equipado com canhão de 90 milímetros, motor diesel e sistema elétrico de 24 volts.

A Bernardini vem fazendo também o repositenciamento de tanques da esteira M-41, de fabricação norte-americana, movidos a gasolina de aviação, o que cria sérios problemas de segurança. Muitos explodiram na Guerra da Coreia. O modelo totalmente modificado pela Bernardini está há oito meses em ação na Tailândia, integrando a força da Royal Thai

Army. Registrou bom desempenho em combate contra carros de fabricação soviética utilizados pelos vietnamitas.

A nova versão do M-41 foi totalmente nacionalizada, inclusive na parte de armamento, recebendo canhão e metralhadoras nacionais. O sistema de tração a diesel eliminou o problema de segurança da versão original, aumen-

tando sua autonomia de 100 para 700 quilômetros. Em função de seu desempenho na frente de combate, na Tailândia, foi alvo da atenção de uma equipe de especialistas norte-americanos que inspecionaram totalmente um dos modelos numa base aérea tailandesa.

Augusto Mário Ferreira

Vocação Tecnológica

Há 66 anos, a IBM vem procurando sempre ir além de suas atribuições naturais de empresa que presta serviços e fabrica produtos.

Desde que chegou ao Brasil a IBM vem colocando o seu conhecimento e sua vocação à disposição da comunidade brasileira.

E sua participação

no processo de desenvolvimento do País tem sido cada vez mais ampla e positiva.

Ela gera divisas, exportando seus produtos.

Colabora para

o aumento da produtividade e a conseqüente redução dos custos.

Desenvolve uma série de projetos, ao lado de instituições científicas e órgãos do governo.

Está continuamente abrindo espaço para o talento, preparando profissionais para o desenvolvimento do Brasil.

A IBM entende o que é este o seu papel: muito mais que um fabricante de equipamentos, ela é gente preparando o futuro desde já, a cada dia.

The IBM logo, consisting of the letters 'IBM' in a stylized, bold, sans-serif font. The letters are composed of horizontal bars, with the 'I' and 'M' having more bars than the 'B'.



LIVROS

REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA — Dalton Daemon, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1982.



Uma obra de profundidade sobre a economia é muito rara em nosso País. Mais rara ainda é uma obra que conduz à reflexão, ou seja, que partindo de fatos e conceitos objetivos sobre a nossa realidade possibilite a criativa associação de idéias, o confronto de experiências, a análise de opções e, por fim,

uma visão renovada e enriquecida dos elementos que mais importam à discussão dos problemas econômicos.

Todas estas características são encontradas nestas "Reflexões sobre a Economia Brasileira", do professor Dalton Ferreira Daemon, brilhante economista que combina a ciência do mestre universitário com o reconhecido talento do consultor empresarial. E muito mais nos oferece o autor, sendo particularmente notáveis a clareza e a precisão com que enuncia os conceitos, expõe os fatos e desenvolve os argumentos mais complexos. Desse modo, tornam-se acessíveis a um largo círculo de interessados muitas questões de grande atualidade.

A reflexão séria e profícua só é possível a partir de conceituações claras, de noções bem definidas a respeito dos assuntos em exame. Esta pré-condição, infelizmente, falta em boa parte das discussões e das propostas de análise reflexiva sobre temas econômicos feitas em nosso País. São comuns, assim, os debates equivocados sobre "modelos" e "políticas" de desenvolvimento, "crescimento equilibrado",

"produtividade", "integração econômica", "pólos regionais", "estatização" e inúmeros outros, conduzidos em bases totalmente falsas, dada a imprecisão e a obscuridade das idéias em jogo. Não é de admirar que, em tais circunstâncias, sejam produzidas tantas teses inconsistentes, tantas teorias ilusórias e tantas propostas inúteis à solução de nossos reais problemas. Mas é de lamentar, por outro lado, que tanto tempo seja perdido por falta de conceitos seguros, de conhecimentos claros sobre os objetivos do debate, prejudicando-se a racionalidade inerente ao discurso construtivo.

Com um perfeito domínio da teoria econômica e uma vivida experiência das lides empresariais, assumiu o professor Daemon posição privilegiada para examinar as mais abrangentes e cruciais questões da economia brasileira, focalizando-as sob diferentes prismas. E é isso que ele faz neste livro, abordando cada assunto com definições rigorosas e concisas de seus elementos essenciais para, em seguida, passar a exposições interpretativas, incluindo, quando necessário, judiciosas observações pessoais.

Suas colocações nunca são dogmáticas mas, pelo contrário, revelam o arejamento peculiar dos livres pensadores, estimulando a franca movimentação de idéias e a busca participativa de soluções que sejam não apenas inovadoras mas, sobretudo, conscientes. Trata-se, com efeito, de atributos das autênticas proposições reflexivas, denotando a propriedade com que o autor mantém o espírito da obra.

O presente texto destina-se, pela natureza dos temas e pela forma como estes são desenvolvidos, a um público muito amplo. Nele inclui-se material de interesse tanto para os que pretendam ampliar conhecimentos sobre as questões básicas da economia moderna como

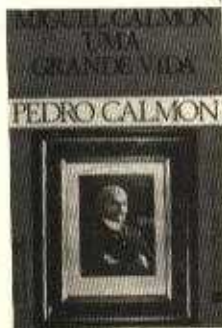
para os especialistas que desejem repensá-la em interação com a economia brasileira.

Este fato realça o significado da ação cívica e cultural da Biblioteca do Exército, responsável pela edição da obra. A iniciativa dessa instituição reafirma seu tradicional objetivo de contribuir para o aprimoramento da cultura profissional-militar e dos estudos de maior interesse para a formação intelectual dos oficiais. Mas vai muito mais longe, ao oferecer ao País um trabalho sobre o qual podem debruçar-se, com o máximo proveito, todos os cidadãos, civis ou militares, preocupados com a bem fundamentada reflexão em torno dos grandes desafios de nossa economia.

Estamos diante de uma obra que, mais uma vez, exprime o alto sentido de integração das Forças Armadas com os esforços nacionais de elevação cultural — e também por este motivo devemos nos congratular com o professor Daemon e a direção da Biblioteca do Exército.

Mario Garnero

MIGUEL CALMON: UMA GRANDE VIDA. Pedro Calmon. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1983, 173 págs.



Na presente biografia, Pedro Calmon apresenta o magnífico retrato de um líder da primeira República e da primeira metade do século, herdeiro dos tempos heróicos de renovação dos governos Rodrigues Alves e Afonso Pena. Miguel Calmon formou-se no presidencialismo democrático,

marcado pelo parlamentarismo imperial, e sucedido, de Epitácio Pessoa a Washington Luís, pelo presidencialismo autoritário, que desembocou logicamente, a partir de 1930, no presidencialismo ditatorial, civil e militar, que tem ocupado o poder, desde então, por nada menos de trinta e quatro anos. Este foi o caminho da extinção dos estadistas-políticos, como Miguel Calmon, (vindos da Regência e da Maioridade) para a dominação atual dos tecnocratas-políticos.

Mas o livro de Pedro Calmon é, também, de certa maneira, um auto-retrato. Em menos de duzentas páginas, equipado com o cabedal gigantesco do seu saber de pesquisador e da

sua experiência de escritor, ele dá um claro exemplo do seu processo elaborativo e artesanal de historiador. Autêntico fidalgo brasileiro, com raízes que vão até os Calmons medievais franceses; os Monizes e Aragões (que ele também estudou) e os Gamas setecentistas mineiros (parentes do poeta Basílio e do Navegador Vasco) o mestre baiano, anotador do Catálogo genealógico de Jaboaão, embrenha-se nas alcovas e salões das casas-grandes rurais e das mansões urbanas da Bahia, essa Bahia das baronesas e dos marqueses, dos bispos e poetas, dos latinistas e oradores, dos juristas e parlamentares, essa sociedade refinada e graciosa tão forte, tão brasileira, tão representativa como a outra, aquela perenizada por Jorge Amado.

Calmon nos leva, também, aos ambientes do Paris brasileiro instalado pelos seguidores de Pedro II no exílio, numeroso ao tempo de Miguel Calmon, e cujos últimos representantes ainda conheci na juventude. O Paris brasileiro, sempre afável e cortês, nunca adulator e mesureiro, que vinha dos tempos dos Condes d'Eu, de Barral, de Nioac, dos Viscondes de Ouro Preto, dos Barões de Loreto, de Estrela, de S. Joaquim, de Itajubá, prolongado, bem depois da morte do Imperador, pelo Paris dos monarquistas tardios como Rio Branco, Eduardo Prado, Afonso Arinos...

Calmon fez um pouco a biografia dessa elite brasileira, sem cuja direção, de 1840 a 1930, o Brasil não se teria transformado no primeiro país da América Latina.

Sérgio Buarque de Holanda, um dos maiores historiadores sociais do Brasil, seguindo Joaquim Nabuco, o maior historiador político, começou a fazer a biografia dessa elite no seu livro Do Império à República. Não a terminou, e não teve, até agora, continuadores à altura.

Miguel Calmon foi um epígono desse grupo social. Pedro Calmon, outro produto dele, apresenta-nos valiosa contribuição para o esforço de um historiador disposto à grande obra de conjunto.

Como seu companheiro de seis décadas nos bancos acadêmicos, na cátedra universitária, na Academia Brasileira, no Conselho Federal de Cultura, como seu amigo e como testemunha da sua marcha irreprochável para a glória, que lhe coroa os oitenta anos, sinto-me habilitado a proclamá-lo um dos grandes da nossa geração.

Afonso Arinos de Melo Franco

DELINEAMENTOS DA ESTRATÉGIA — João Carlos Gonçalves Caminha. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, Vol. 1, 1982.



A edição pela Biblioteca do Exército de "Delineamentos da Estratégia" do Vice-Almirante João Carlos Gonçalves Caminha vem preencher uma sensível lacuna na bibliografia brasileira sobre tão importante quanto apaixonante e momentoso tema. Refiro-me ao enorme vácuo de publicações de

estudos sistematizados, com sabor didático, sobre fenômenos estratégicos, vistos sob a ótica de concepções doutrinárias formuladas por brasileiros, à luz de nossas realidades e sobretudo marcadas por nossas necessidades.

A carência é antiga, apesar de esforços esporádicos, por vezes brilhantes, de alguns solitários estudiosos. Parece que a herança colonial, legada pelos bem-sucedidos fautores das estratégias de conquista e de colonização do território e de expansão de seus limites, transferida com algum ímpeto e vigor a estadistas e chefes militares do império, promotores da consolidação da Independência, preservação da unidade nacional e definitiva estabilização das fronteiras, esgotou-se na República Velha com os arquitetos da "política de prestígio" do início do século e não inspirou seguidores e analistas contemporâneos.

Assinale-se, em respeito à justiça, o esforço pioneiro e muitas vezes mal compreendido da Escola Superior de Guerra, após o segundo conflito mundial, elaborando idéias, conceitos, normas e processos, sob a orientação de inteligências lúcidas e criativas, em tentativa de construir método para formular políticas e planejar estratégias, coerentes, realistas, compondo sistema homogêneo e lógico de objetivos e ações, integração de subsistemas hierarquizados desde o nível mais elevado — a arte de governar — até o cenário do fortalecimento, mobilização, preparação e aplicação da componente militar do Poder Nacional.

Registre-se também a saudável repercussão dos estudos da Escola Superior de Guerra nas escolas militares de nível superior — Escola de

Guerra Naval, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica — nelas escorvando processos de libertação da excessiva dependência intelectual e doutrinária a matrizes táticas alienígenas, a par de orientá-las e incentivá-las em seus esforços de produção de pensamento estratégico militar autóctone, subordinado às aspirações, interesses e circunstâncias traduzidos pela política e estratégia nacionais.

Não obstante, surpreendentemente, os estudos de estratégia não conseguem emergir de um plano secundário. Até mesmo o meio militar parece continuar a demonstrar preferência pela via mais curta, mais simples, mais segura, mais concreta, porém mais modesta, menos efetiva e decisiva da reflexão tática, muita vez deslocada da moldura da realidade, posta no campo de hipóteses beirando a ficção.

A prática sistematizada da avaliação estratégica, com o suporte da pesquisa, da análise e da síntese da situação conjuntural, desenvolvidas com continuidade em instituições militares e civis, inclusive nas acadêmicas, caminha lentamente e já tarde em atingir a densidade e produzir os efeitos reclamados pela importância crescente de um Brasil que se transforma rapidamente, vive na mesma época as revoluções industrial e científico-tecnológica, moderniza aceleradamente sua estrutura econômica, integra e ocupa seus imensos território, mar territorial e espaço aéreo, depende cada vez mais das vias marítimas para a realização de crescente comércio com o exterior, contempla inquieto a dramática evolução de parâmetros sociais e políticos, e antevê o agravamento de desconfortos entre suas possibilidades e suas necessidades militares.

As consequências dos erros de perspectiva estratégica de estadistas e de militares são geralmente funestas e irreversíveis a curto e médio prazos, como a história vem ensinando há séculos em duras e dramáticas lições. Registre-se, como exemplos, pelo menos os dois episódios mais recentes: a conquista da Indochina pelos comunistas e o equívoco das Malvinas.

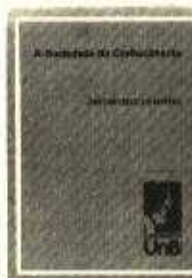
Ocorre quase sempre que a boa tática não supre as deficiências da má estratégia, podendo até mesmo agravá-las, instruindo planejamento de projetos inúteis, animando empreendimentos equivocados ou adiando custosamente composições que poderiam antecipar um desfecho adverso, minorando suas consequências. Em contrapartida uma razoável es-

tratégia multiplica potencialidades econômico-militares e pode criar alternativas de ação ou mesmo aconselhar a prudência da moderação ou da inação para os mais carentes de recursos de poder.

Das considerações apresentadas julgamos ser possível inferir e aplaudir a oportunidade e a utilidade da publicação dos estudos tão bem apresentados em "Delineamentos da Estratégia". É leitura obrigatória para os militares, em particular para os que pretendem o bom desempenho de funções de comando, chefia ou assessoramento de estado-maior em organizações de nível elevado das Forças Armadas; é leitura aconselhável para civis — funcionários públicos, administradores, políticos, empresários, chefes, governantes, líderes da comunidade nacional — à procura do entendimento global dos problemas de Segurança Nacional, a fim da representação eficaz do papel que as instituições reservam às elites: compatibilizar estratégias política, econômica, psicossocial e militar no quadro amplo de uma autêntica estratégia nacional.

General Diogo de Oliveira Figueiredo

A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO — Da Teoria de Sistema à Telemática, João Metello de Mattos, Editora Universidade de Brasília, 1982, 512 págs.



O Capitão de Corveta RNR JOÃO METELLO DE MATTOS, de Longa data assinante e eventual colaborador da revista Defesa Nacional, vem de lançar em Brasília, a obra "A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO — da Teoria de Sistemas à Telemática". Nesse livro, editado pela Universidade de Brasília

— UNB em conjunto com a Escola de Admi-

nistração Fazendária — ESAF, o autor vem colocar à disposição do grande público uma obra extremamente atual e oportuna.

"De tudo o que se poderia assinalar em relação a esse livro", diz o prefaciador Roberto Barbosa de Castro, "um aspecto há de ser destacado: sua inegável oportunidade. Vivemos hoje o instante dramático em que nossa sociedade deve rapidamente decidir se acompanha o grupo de países desenvolvidos, ou se simplesmente adota postura resignada de retornar à condição de caudatário do primeiro time, sistema periférico das economias centrais".

A obra pode ser dividida em duas partes: na primeira, o autor, em linguagem coloquial, nos conduz através do universo dos sistemas e das redes de comunicação de dados, fazendo com que os conceitos complexos como o de Ciberbética, Informática, Teleinformática e Telemática tornem-se simples e facilmente assimiláveis pelo leitor. Na segunda, são discutidas as alterações em curso na economia e na sociedade trazidas pelo uso intensivo e extensivo dos computadores.

Trata-se da primeira obra impressa em país do Terceiro Mundo que aborda temas extremamente atuais como a transformação de nossa sociedade industrial, para uma sociedade que valoriza o conhecimento e que elege a informação com sua mais preciosa mercadoria. São feitas considerações sobre os desdobramentos possíveis, no curso da evolução do uso dos computadores nos serviços públicos; na saúde, no ensino, na estrutura do poder, no jogo do comércio internacional e na política. Discute, ainda, o uso dos computadores sobre as pessoas e as comunidades em seu papel de instrumento capaz de ampliar a capacidade intelectual do ser humano. Discute o emprego, os robôs e as transformações econômicas.

Com paciência de mestre, o autor leva-nos desde a iniciação básica sobre a teoria de sistemas até os mais avançados métodos de tratamento e difusão da informação, induzindo-nos a especular sobre a diversidade de sua aplicação e de seus efeitos na vida humana.

Artur Rocha dos Santos



REGISTROS

GENERAL MEIRA MATTOS DEFENDE TESE DE DOUTORAMENTO

Em Aula Magna realizada no dia 11 de março do corrente ano, o General Carlos de Meira Mattos vem de doutorar-se pela Universidade Mackenzie, São Paulo, formalizando de direito um título — Doutor em Ciência Política — que já lhe é devido, de fato, por méritos irrecusáveis. A tese defendida pelo General Meira Mattos, "Política Internacional, Geopolítica e Trópico", foi submetida a uma comissão de julgamento integrada pelos professores Gilberto Freyre, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Ricardo Teixeira Brancato, Antonio da Rocha Penteado e José Alfredo Amaral Gurgal, e aprovada summa cum laude.

Dividida em três capítulos — "O Confronto, a Polêmica, a História e a Síntese", "A Perspectiva do Brasil Tropical"

e "Conclusões Finais", a Tese de Doutorado do General Meira Mattos será oportunamente publicada em A DEFESA NACIONAL.

ECOS DO 69º ANIVERSÁRIO DE "A DEFESA NACIONAL"

Em carta dirigida à Redação de A DEFESA NACIONAL, o General José Manuel Bethencourt Rodrigues, Diretor da "Revista Militar", de Portugal, expressa congratulações pelo 69º Aniversário desta publicação, ao mesmo tempo em que tece significativos comentários sobre os vínculos históricos e afetivos que unem o Exército Brasileiro ao Exército Português. Ei-la na íntegra:

"Exmo. Senhor Director da Revista "A Defesa Nacional",

No seu número de Setembro/Outubro de 1982, a Revista "A Defesa Na-

cional" assinalou a efeméride da passagem do seu 69º aniversário através de uma expressiva síntese do General Ivan de Sousa Mendes, que, de Maio de 1976 a Agosto de 1979, foi seu Presidente e de um artigo, rico de significação e de conceitos, do Embaixador Manoel Pio Corrêa Júnior, falando em nome dos leitores e admiradores da Revista.

A muitos títulos se identifica a "Revista Militar" com "A Defesa Nacional". A língua e o património da História comum, encarados mutuamente sem preconceitos e com fraterno apreço, a antiguidade das nossas publicações, visto que a "Revista Militar" é hoje a mais antiga do mundo sobre assuntos militares e de defesa nacional — ininterruptamente dada à estampa desde 1849 —, os objetivos e a prestigiosa colaboração que norteiam e caracterizam o conteúdo das suas páginas ao serviço da Pátria de cada uma delas.

Isto seriam, por si, motivos mais do que suficientes para a "Revista Militar" pretender assinalar o facto e tornar público o muito apreço que lhe merece "A Defesa Nacional", que entre nós é lida, e muitas vezes citada, com a devida consideração que os seus estudos nos motivam.

Duas outras ordens de razões, porém, nos levaram ainda a fazê-lo.

Uma delas respeita a laços existentes de longa data entre a Revista Militar e o Brasil, no âmbito militar. Entre os seus Fundadores, alguns ilustres oficiais serviram no Exército do Brasil, como o Barão de Wiederhold, que foi Comandante do Estado-Maior do Exército Português, e o Tenente-General Barão de Eschwege, que efectuou importantes trabalhos de mineração nos territórios brasileiros. O primeiro Adido Militar junto da Embaixada Portuguesa no Rio de Janeiro, então o Tenente-Coronel Pereira da Conceição, era Sócio da Revista Militar e colaborador em revistas brasileiras, tendo sido também Adido Militar no Rio de

Janeiro o actual Sócio General Joaquim da Luz Cunha, que veio depois a exercer as altas funções de Ministro do Exército Português.

A cargo do Brigadeiro Ruy da Cunha e Meneses esteve desde 1947 a 1949 e de 1953 a 1959, período em que este nosso Sócio fixou residência no Brasil, uma Crónica do Brasil e vários artigos sobre assuntos relativos às suas actividades militares. Como ele anunciou, "À Maneira de Prefácio" usando a sua expressão, pretendia-se "contribuir assim para o estabelecimento e manutenção de um intercâmbio espiritual e que, por todos os motivos é aconselhável, tanto mais que se integra perfeitamente na política de mútua compreensão e de mútua aproximação". Seu filho, o Major do Exército brasileiro, Roberto da Cunha e Meneses, após a morte do Brigadeiro Ruy de Meneses manteve a seu cargo tal tipo de colaboração.

Na actualidade, a posição mantém-se com toda a validade para a Revista Militar, que acaba de publicar dois artigos sobre o Exército e o Ensino Superior Militar no Brasil, de autoria do Coronel Eurico Sales Grade, que frequentou a ECEME brasileira, tendo-se por oportuno divulgar nas nossas páginas os ensinamentos e impressões por ele colhidas durante a frequência do curso em que tomou parte.

O segundo motivo exprimimo-lo na nossa nota de saudação a "A Defesa Nacional" e respeita às palavras do Embaixador Manoel Pio Corrêa Júnior, quando afirma que a singular fortuna do Brasil em possuir umas Forças Armadas de grande qualidade se deve, em apreciável medida, à criação pela Coroa Portuguesa de Escolas de formação de Oficiais para o Exército e para a Marinha, em que os corpos docentes foram sempre integrados por homens de grande valor. Esta afirmação justa e expressiva sensibilizou-nos profundamente como militares portugueses.

É por todas estas razões que, ao associarmos-nos jubilosamente à passagem de mais um aniversário de "A Defesa Nacional", vimos testemunhar-lhe o nosso muito apreço enviando a V.Exa. um exemplar dos nossos números de Outubro e, especialmente, de Novembro-Dezembro de 1982.

Muito agradeço também se V.Exa. quiser ter a gentileza de fazer chegar às

mãos do General Ivan de Sousa Mendes e Embaixador Manoel Corrêa Júnior os exemplares que lhe são destinados e que vão também juntos a este ofício.

Apresento a V.Exa. as minhas muito cordiais saudações.

*O Presidente da Direcção,
José Manuel Bethencourt Rodrigues
General"*

1983

CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO
GENERAL EUCLYDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
E DO
GENERAL FRANCISCO DE PAULA CIDADE
FUNDADORES DE A DEFESA NACIONAL



**BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORA**

AS MELHORES OBRAS DOS MELHORES AUTORES

**A BIBLIX PUBLICOU EM SEU EDITORIAL DE 82,
COM GRANDE SUCESSO, AS SEGUINTE OBRAS:**



**NOVAS DIMENSÕES DA
HISTÓRIA MILITAR**
Volume 2
Russell F. Weigley



**AMAZÔNIA — Natureza,
Homem e Tempo**
Leandro Tocantins



QUEBRA-CANELA
General Raul da Cruz Lima Junior



NAPOLEÃO — O Retrato do
Gaston Bonheur
Toda em papel Couchet, ricamente ilustrada a cores.



ATÉ BERLIM
Volume 1
General James M. Gavin



**FREI ORLANDO — O Capel
que não voltou**
Tenente Gentil Palhares



ATÉ BERLIM
Volume 2
General James M. Gavin



**REFLEXÕES SOBRE A ECO
BRASILEIRA**
Dalton Daemon



**OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA
NA GUERRA DO PARAGUAI**
Volume 2 — Tomo I
General Paulo de Queiroz Duarte



DELINEAMENTOS DA EST
Volume 1
Vice-Almirante
João Carlos Gonçalves Camin

COMO JÁ ERA PREVISTO O SUCESSO ALCANÇADO EM 82, A BIBLIX IMPRIMIU ALGUMAS COLEÇÕES DO EDITORIAL, ALÉM DO NÚMERO NECESSÁRIO PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ASSINANTES, E COLOCA ESSAS COLEÇÕES A DISPOSIÇÃO DO PÚBLICO EM GERAL, ATENDENDO PEDIDO PELO REEMBOLSO POSTAL. PARA TANTO BASTA PREENCHER O PEDIDO NA PÁGINA AO LADO E REMETER PARA:

APROVEITE Ainda existem em pequena quantidade, coleções de 80 e 81 pelo mesmo preço do Editorial 82

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias — Pç. Duque de Caxias
3º andar, Ala Marcílio Dias
CEP 20455 — Rio de Janeiro (RJ) — Tel. (021) 251-1111

Seguindo a nossa linha de sucessos editoriais,
apresentamos a **PROGRAMAÇÃO 83**

OBRAS JÁ SELECIONADAS

DELINEAMENTOS DA ESTRATÉGIA — Vol. 2

Vice-Almirante João Carlos Gonçalves Caminha

DELINEAMENTOS DA ESTRATÉGIA — Vol. 3

Vice-Almirante João Carlos Gonçalves Caminha

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 2 — Tomo II

General Paulo de Queiroz Duarte

O MITO DA CAVERNA — Sua atualidade

Professor Jorge Boaventura

A HISTÓRIA DO 4º G A C

Coronel Oswaldo Pereira Gomes

OBRAS EM APRECIACÃO PARA SELEÇÃO DE MAIS CINCO "BEST-SELLERS"

MASCARENHAS DE MORAES E SUA ÉPOCA

General Carlos de Meira Mattos

A ESPADA E A PENA

Sir Liddell Hart

A HISTÓRIA DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO — Suas duas vidas

General Umberto Peregrino

A ESPIÃO

Virgil Gheorghiu

A ERA DA INCERTEZA

John Kenneth Galbraith

O INCRÍVEL PADRE LANDELL DE MOURA

Ernani Fornari

A ANTÁRTIDA — Nos confins dos três mares

Aristides Pinto Coelho

A GUERRA DE CANUDOS

Macedo Soares

A ARTE DE SER CHEFE

Gaston Courtols

UM PROFESSOR NA GUERRA

Sir David Hunt

EU QUERIA TANTO AINDA VIVER

Rutina U. (Ruta)

AS GUERRAS ÁRABES-ISRAELENSES — Guerra e Paz no Oriente-Médio

General Chaim Herzog

Assinatura 83
Cr\$ 3.600,00

Você receberá 10 livros
anualmente no seu endereço
em qualquer ponto do País



**BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
EDITORA**

Pedido de assinatura

Assinaturas

☐ 80 ☐ 81 ☐ 82

Valor de cada assinatura

Cr\$ 3.000,00

Você somente pagará a(s) assinatura(s) solicitada(s) quando recebê-la(s) pelo Reembolso Postal.

Assinatura 83

Cr\$ 3.600,00

Remeta nominalmente à
Biblioteca do Exército

NOME

ENDEREÇO

ENDEREÇO PARA REMESSA

CEP

ASSINATURA

☐
☐
☐

— Vale postal — Agência 520641 Correio QG I Ex

— Cheque nominal nº _____ Banco _____

— Ordem de pagamento — Banco do Brasil — Ag. Tiradentes

Conta 396 0



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1983: Cr\$ 2.000,00

PAGAMENTO:

Em cheque

☐

Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.

Em vale postal

☐

A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25

20455 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: 283-3030



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cr\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos cruzeiros) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEx — BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.

É BOM CRESCER QUANDO MUITOS CRESCEM JUNTO COM A GENTE.

Você acredita na imensa potencialidade do Brasil. Mas sabe que o futuro dele, como o de todos os brasileiros, depende do que cada um for capaz de realizar.

O Sistema Financeiro Haspa é um complexo de 12 empresas que trabalha duro, atuando nos mais diversos setores da economia. O resultado deste trabalho colocou a Haspa entre os mais sólidos e bem administrados grupos financeiros do país. E estamos crescendo ainda mais. Gerando novos negócios e, portanto, mais desenvolvimento.

É bom saber que, junto conosco, também cresce o bem-estar de todas as comunidades onde estamos presentes. Seja pelo aumento da oferta de empregos ou pela nossa participação no processo social, cultural e econômico de cada região.

É bom saber que o nosso trabalho, representado por todas as empresas do Sistema Financeiro Haspa, também está construindo um futuro melhor de ser vivido.

HASPA - HABITAÇÃO SÃO PAULO S.A. DE
CRÉDITO IMOBILIÁRIO
HASPA S.A. DE CAPITALIZAÇÃO
HASPA S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO
HASPA - CORRETORA DE CâMBIO E VALORES S.A.
HASPA - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
HASPA - INCORPORAÇÕES, ADMINISTRAÇÃO
E SISTEMAS S.A.
HASPA - CORRETORA E ADMINISTRADORA
DE SEGUROS S/C LTDA.
HASPA - CLUBE
HASPA INFORMÁTICA LTDA.
FUNDO DE INVESTIMENTOS HASPA
FUNDO DE INVESTIMENTOS HASPA-187
HASPA - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E
PARTICIPAÇÕES S.A.

SISTEMA FINANCEIRO HASPA

Cimento, base de desenvolvimento.



Capão Bonito - SP

A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

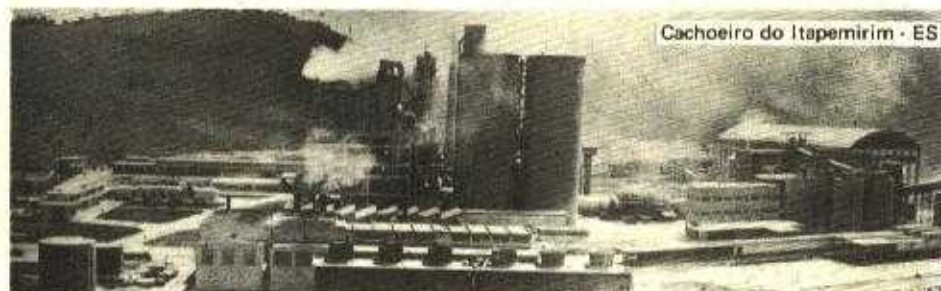
Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim-ES e a outra em Capão Bonito-SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio-X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-polluição e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.



Cachoeiro do Itapemirim - ES



GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro do Itapemirim — ES

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP